

CADERNOS DO

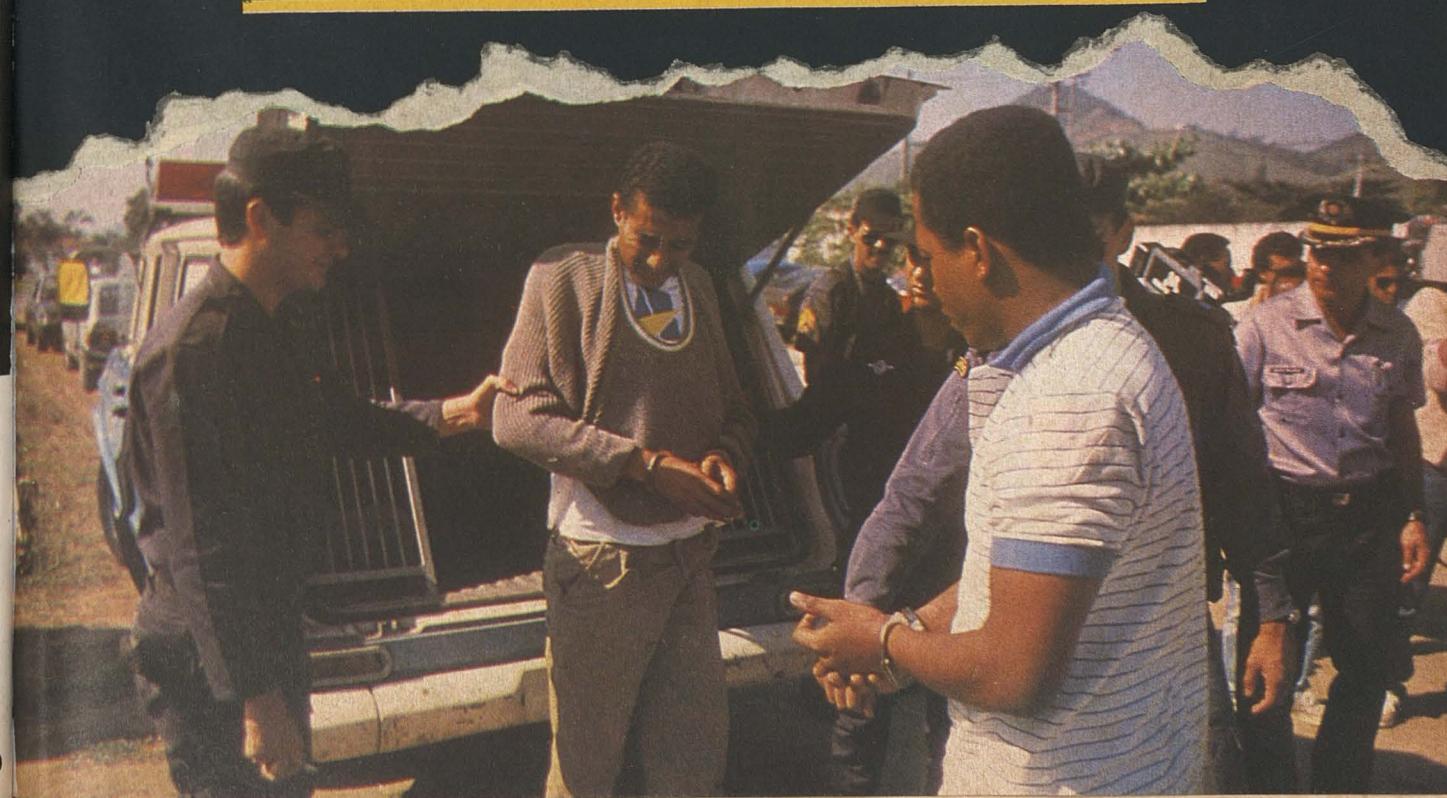
terceiro mundo

INVASÃO
ESTRANGEIRA
AMEAÇA
SUCATEAR
NOSSA
INDÚSTRIA

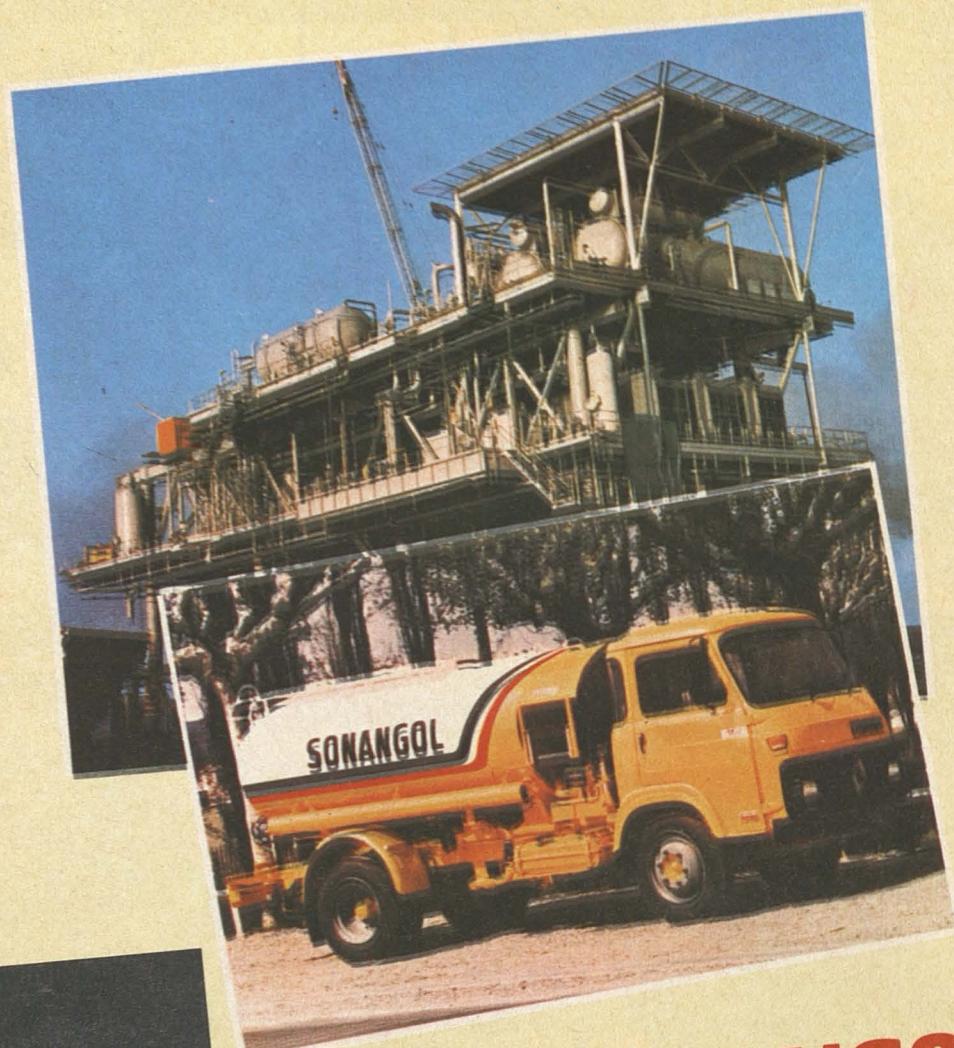
PUBLICAÇÃO MENSAL • Nº 132 • Cr\$ 170,00 • BOA VISTA, MANAUS Cr\$ 220,00 • ANO XIII

A GUERRA URBANA

SEQUESTROS, ASSALTOS, MEDO



**No desenvolvimento
da Indústria Petrolífera
para a reconstrução de Angola,
Sonangol é vital
para o futuro**



SONANGOL

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA
C.P. 1316 – LUANDA – TELEX 3148 – 3260

A PUBLICAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA SUA PESQUISA E CONSULTA.

GUIA DO TERCEIRO MUNDO



São 674 páginas com informação objetiva e independente sobre todos os países do mundo, com o olhar de quem “vê o Terceiro Mundo com os próprios olhos.”

Contém:

Dados de história, economia, geografia e política.
Suplemento especial sobre Brasil.
Mais 1000 mapas e gráficos.
As organizações internacionais, como funcionam e porquê.
Temas da atualidade tais como: matérias-primas, tecnologia, fome, dívida externa, aids, transnacionais e outros.

Atende a:

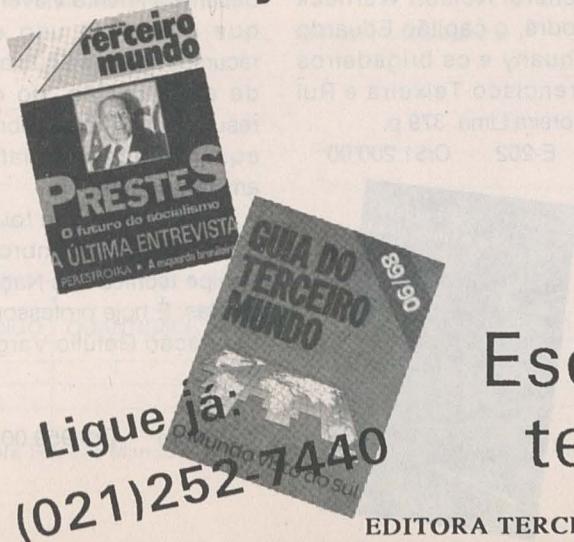
Professores, Estudantes, Jornalistas, Administradores, Economistas, Industriais, Políticos, Exportadores, Diplomatas e outras atividades.

O produto:

Impressão em papel de qualidade.
Formato amplo (21x28cm).
Diagramação moderna e ilustrada.
Acabamento reforçado (costurado e colado).

GANHE MAIS CRUZEIROS TODOS OS MESES

Seja nosso **REPRESENTANTE**
em sua cidade.



Escreva para nós ou
telefone ainda hoje.

EDITORIA TERCEIRO MUNDO LTDA – Rua da Glória, 122 grupos 104 a 106
tel.: (021)252-7440 CEP: 20241 – Rio de Janeiro – RJ

CADERNO POSTAL



O PILÃO DA MADRUGADA

De Neiva Moreira
(Depoimento a José Louzeiro)

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Nos salões iluminados das conferências de chefes de Estado, nas vielas das guerrilhas, nas catástrofes e no front das guerras declaradas, lá estão eles, testemunhas da História.

Este livro é a reportagem com um desses repórteres: Neiva Moreira. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou, fala da sua inquietação, do inconformismo diante das injustiças, do fascínio pela informação e, por que não dizer, pelo perigo.

Neste depoimento, ele narra episódios marcantes e, com visão política e linguagem de repórter, permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial". 464 p.

José Louzeiro
E-208 Cr\$ 1.010,00

A BATALHA DOS TRILHOS Bases para uma Política Nacional de Transporte

De: Francisco Cunha Jr.

Este livro bate numa velha tecla. Aprende-se nos bancos escolares que o Brasil tem que substituir a rodovia pela ferrovia e hidrovia, meios de transportes mais econômicos. Isto todo mundo sabe, mas nada é feito para solucionar o problema.

O que não se aprende na escola, e o próprio autor desconhecia, é que as economias possíveis superam 3% do PIB. O desperdício não envolve apenas a diferença no custo do transporte de produtos essenciais, mas também vários subsídios ao transporte rodoviário, além do investimento em novas fontes energéticas para suprir um consumo dispensável.

A eliminação desse desperdício é fundamental para uma nação que tem que crescer por seus próprios meios, pois sabe que nada deve esperar da comunidade internacional. Francisco Cunha Jr. é engenheiro de aeronáutica, formado pelo ITA em 1961, ano em que iniciou carreira profissional sempre voltada à implantação de sistemas viários. 94 p.

E-211 Cr\$400,00

A ESQUERDA E O GOLPE DE 64

De: Dênis de Moraes

O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964 com revelações a respeito de fatos até hoje controvertidos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Prestes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbet de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se alinhavam com Jango, como o general Nélson Werneck Sodré, o capitão Eduardo Chuahy e os brigadeiros Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima. 379 p.

E-202 Cr\$1.200,00



DESENVOLVIMENTO E CONVERGÊNCIA

De: Celso W. Bueno

Adotem a rota do socialismo, ou do capitalismo, os países do Terceiro Mundo jamais chegarão a reproduzir os padrões de produção e de consumo das nações ricas, simplesmente porque esses padrões dependem de transferências de recursos vindos dos próprios países do Terceiro Mundo, a baixos preços, o que obriga aí baixos salários. O único desenvolvimento viável é o que otimize o uso dos recursos naturais e humanos de cada região, do que resultarão padrões sóbrios, equilibrados social e ambientalmente.

Celso W. Bueno foi durante 10 anos membro da equipe técnica das Nações Unidas. É hoje professor da Fundação Getúlio Vargas. 242 p.

E-214 Cr\$ 950,00

**O TRÓPICO DOS
PECADOS**
**Moral, Sexualidade e
Inquisição no Brasil**
De: Ronaldo Vainfas

Um dos períodos mais obscuros da nossa história revelado em estudo minucioso - na linha chamada História das Mentalidades - dos conflitos e desejos das moralidades coloniais. O controle do Santo Tribunal sobre as práticas sexuais, ao construir o jogo do lícito e do ilícito, vai demarcando um território do qual o autor capta o clima da época, os costumes e todos os impasses daqueles homens e mulheres marginalizados. 404 p.

E-217 Cr\$2.900,00

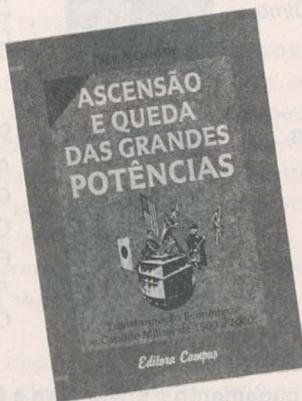
**A DERROTA DA
DIALÉTICA**
De: Leandro Konder

Na verdade, são apresentadas duas derrotas da dialética. Uma que se consumou no interior do "marxismo-leninismo" e a outra, mais ligada ao Brasil, onde o modo de pensar positivista acabou favorecendo a versão stalinista

do marxismo, causando extensos prejuízos à consciência revolucionária. Além deste exame na mentalidade da nossa esquerda e das pesquisas feitas na Alemanha, França e Argentina, Konder amplia a força deste livro com sua própria trajetória intelectual, marcada pelo golpe de 64 e pelo AI-5. 222 p.

E-215 Cr\$1.900,00

**ASCENSÃO E QUEDA
DAS GRANDES
POTÊNCIAS**
De: Paul Kennedy



No séc. XVI ou quase no séc. XXI, uma nação afirma seu poderio militar de acordo com os recursos

econômicos que possui. Assim, em uma brilhante análise das razões da ascensão e declínio das grandes potências do passado, Kennedy define todos os impasses das potências modernas. Erros que se repetem, tendências, conflitos, dilemas e táticas, fazendo da História das Nações a história de uma tentativa de equilíbrio de forças. 688 p.

E-220 Cr\$3.800,00

**A ECONOMIA
POLÍTICA DO
NORDESTE**
**Secas, Irrigação e
Desenvolvimento**
De: J. Otamar de Carvalho

Destruindo o mito conveniente de que a seca é a causa do atraso do Nordeste, Otamar de Carvalho "mapeia" o território nordestino disposto a não deixar canto inexplorado. Começando pela apreciação geral da economia do Nordeste, continua pela delimitação da área sujeita às secas. A finalização é um exame minucioso, no qual mostra as razões verdadeiras do

atraso e as possibilidades de desenvolvimento. O autor é agrônomo, ex-diretor da Assessoria Técnica da Sudene e doutor em Economia pela Unicamp. 520 p.

E-216 Cr\$2.300,00



**A FACE OCULTA DA
DROGA**

De: Rosa del Olmo

O que existe por trás deste comércio ilegal? Qual é o outro lado do tráfico? O que está além das entrelinhas do noticiário que o grande público não percebe? Estas são questões que Rosa del Olmo levanta e discute em **A face oculta da droga**. 87 p.

E-212 Cr\$700,00

- Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados, com descontos que tiver direito.

() assinante () não-assinante

Nome
Endereço
Bairro Cidade
Estado CEP Tel.
Profissão
Assinatura _____

**TABELA DE
DESCONTOS**

- 5% para assinantes.
ou
- 10% para pagamento antecipado de assinantes e não-assinantes
- O preço dos livros está de acordo com as tabelas das respectivas editoras.

**VALIDADE
30.08.90**

**APÓS
A DATA DA
VALIDADE,
COBRAREMOS
PREÇOS
ATUALIZADOS**

CÓDIGO	QUANTIDADE								

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Rua da Glória 122 - gr.104 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241 Tel.: (021) 252-7440

Assine

CADERNOS DO terceiro mundo

Assinatura: Cr\$ 1.800,00 (1 ano)
Cr\$ 3.600,00 (2 anos)

Traga os amigos
e escolha
o seu brinde

Oferta especial: Assinatura de
"CADERNOS" (1 ano) + Guia = Cr\$ 4.000,00

GUIA DO TERCEIRO MUNDO

Cr\$ 2.500,00 o exemplar

Assinatura de "CADERNOS" vale 10 pontos, 2 anos 20 pontos, "Guia" 15 pontos

Brindes:



40 pontos

Desenvolvimento
e convergência
Celso W. Bueno
Cód: 214



30 pontos

A Face Oculta
da Drogas
Rosa del Olmo
Cód: 212



40 Pontos

A Esquerda e
o Golpe de 64
Dênis de Moraes
Cód: 302

40 pontos

1 assinatura
anual de
"CADERNOS"
Cód: 230



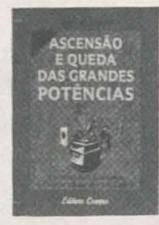
15 pontos

A Batalha
dos Trilhos
Francisco
Cunha Jr.
Cód: 211



60 pontos

Guia do
Terceiro
Mundo
Cód: 221



90 pontos

Ascenção e
Queda das
Grandes
Potências
Paul Kennedy
Cód: 220

100 pontos

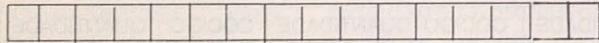
1 assinatura de
"CADERNOS" + 1
Guia
Cód: 240

Preencha os cupons em letra de forma conforme sua opção de pagamento e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 Gr. 105 a 106 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20241 – Tel.: (021)252-7440 validade: 30.08.90

Assinale a forma de pagamento do(s) seu(s) pedido(s):

- Cheque (s) nominal (is) em anexo
 Vale postal –Ag. Lapa
nº série.....
 Pagarei o "GUIA" por reembolso postal
 Pagarei o "GUIA" dos meus amigos por reembolso postal
 Autorizo débito no meu CREDICARD do valor referente ao meu pedido
 Autorizo débito no meu CREDICARD dos pedidos referentes aos meus amigos em nº de pedidos anexos

CREDICARD:



Data:/...../90.

Assinatura do Comprador

Para pedidos de mais de dois amigos use relação anexa ou cópia xerox. Ao preencher cupom do remetente informe o(s) código(s) do(s) brinde(s) a que tem direito.

ASSINALE. Assinat. de "CADERNOS" ou Renovação
PEDIDO DE: Guia do Terceiro Mundo: pago, r. postal

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Profissão:

ASSINALE. Assinat. de "CADERNOS" ou Renovação
PEDIDO DE: Guia do Terceiro Mundo: pago, r. postal

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Profissão:

CUPOM DO REMETENTE

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Profissão:
Livros brindes código:

Os jovens que não viveram a etapa colonial saem às ruas dos países africanos de língua francesa para exigir o fim do regime de partido único, a liberdade de expressão e a substituição dos políticos corruptos

21



Em entrevista exclusiva, a líder indígena guatemalteca Rigoberta Menchú dá um vigoroso testemunho da luta do seu povo para resgatar e preservar suas raízes históricas, étnicas e culturais

33



O governo Collor anunciou uma nova política industrial, que expressa a citação das teses norte-americanas e obteve os aplausos de George Bush

46



PANORAMA	
TRICONTINENTAL	2
CARTAS	8

AMÉRICA LATINA	
Peru: Um governo de unidade	10
Chile: Em busca da verdade	13
Argentina: A sombra da impunidade	16

ÁFRICA	
Argélia: A hora fundamentalista	18
O crepúsculo dos reis	21

ORIENTE MÉDIO	
Israel: Um elemento novo	24
Palestina: Vida amarga	27

NORTE-SUL	
Armamentismo: Um negócio obscuro	28
África: O único caminho	31

MINORIAS	
Guatemala: Resgate do passado	33

ESPECIAL	
Peru: O ciclo da droga	37

SUPLEMENTO BRASIL	
Capa/Sequestros: Delinquentes fazem a guerrilha urbana no Rio	42

Economia: A política de porteiras abertas	46
Uma política sem futuro	48
E a pequena indústria?	50
Um exemplo perigoso	52

Índios: Calha Norte reduz terras indígenas	53
As cobaias do Calha Norte	57

Aprendendo saúde: O cigarro e a gestante	59
Opinião: O "livre comércio" de Bush e a ecologia	60



Nelson Mandela recebeu demonstrações de carinho em todos os países que visitou

ÁFRICA DO SUL Movendo a balança

O giro por 14 países realizado em junho pelo líder sul-africano Nelson Mandela foi considerado um êxito rotundo pelo Congresso Nacional Africano (CNA), apesar dos esforços realizados pelo governo de Pretória para diminuir sua importância.

Mandela recebeu significativas demonstrações de apoio na França, Holanda, Canadá, Inglaterra e Estados Unidos, e atingiu seu objetivo principal: arrancar desses países o compromisso de manter as sanções econômicas contra a África do Sul até que o governo renuncie ao sistema de segregação racial conhecido como apartheid.

O líder nacionalista mudou assim a imagem que tinha deixado na Europa o

presidente sul-africano Frederick De Klerk, que em maio visitou nove nações e se reuniu com vários mandatários.



Frederick De Klerk

Deles, De Klerk escutou que estavam dispostos a suspender as sanções econômicas, se houvesse indícios claros de que o apartheid seria desmantelado. Mandela obteve agora

a promessa de que as sanções só serão abandonadas quando o fim desse sistema se concretizar de fato.

O grande momento da viagem ocorreu nos Estados Unidos, onde Mandela recebeu demonstrações de reconhecimento e carinho nunca antes dadas a líderes estrangeiros. Este também foi o país onde o CNA mais arrecadou dinheiro para sua luta contra o apartheid.

O líder negro sul-africano pronunciou um discurso numa sessão conjunta do Congresso e manteve um histórico encontro com o presidente George Bush. Durante essa reunião, Bush pediu que "todas as partes da África do Sul abandonem a violência e a luta armada".

Mandela respondeu que não será necessário o uso da violência, se Pretória acabar com a segregação racial, mas reiterou que, caso contrário, o Congresso Nacional Africano se reserva o direito de continuar a luta armada. "Se nos vemos obrigados a recorrer à violência, é porque não temos outra alternativa", enfatizou.

Mandela visitou também a sede das Nações Unidas, que tantos esforços fez por sua libertação. Numa sessão extraordinária do Comitê Especial da ONU contra o Apartheid, o secretário-geral, Javier Pérez de Cuellar, disse que "a extirpação do apartheid não pode se limitar à erradicação das instituições injustas, das leis e práticas atuais. Também requer uma mudança de comportamento entre os homens. E, nesse aspecto, poucos contribuíram tanto quanto Nelson Mandela".

Em todas as escalas da viagem se comprovou o prestígio do líder do CNA, que se permitiu atitudes de total independência, como a defesa de Fidel Castro, Yasser Arafat e Muammar Kadafi nos Estados Unidos, e sua exortação ao governo de Londres no sentido de estabelecer conversações com o Exército Republicano Irlandês (IRA).

A maior vitória de Mandela foi conseguir a manutenção das sanções econômicas contra a África do Sul, uma iniciativa que produz prejuízos muito maiores do que os que Pretória reconhece. Mas, ao mesmo tempo, a viagem fortaleceu o ex-presidiário político dentro da África do Sul, onde o primeiro desafio, agora, é unir todas as forças do movimento anti-racista.

ZAIRE

Abertura frustrada

O incipiente processo de democratização que vive a África francófona tem no caso do Zaire a sua trágica exceção.

Imposto no poder por um golpe de estado, no qual a CIA norte-americana teve um papel de destaque, o presidente Mobutu Sese Seku tem governado o Zaire com mão de ferro durante 25 anos. O faro político que lhe permitiu sobreviver no poder durante um quarto de século, alertou Mobutu de que os ventos democratizantes no Leste europeu iriam chegar ao seu país.

O chefe de estado zairense decidiu, então, em janeiro deste ano, tomar a dianteira e promover mudanças políticas.

Em abril, Mobutu foi mais longe: anunciou o fim do sistema de partido único, legalizou a atividade sindical e prometeu realizar eleições livres em um prazo de um ano. O corrupto e autoritário chefe de estado zairense – dono de uma das dez maiores fortunas do mundo, fruto

da malversação de fundos públicos – não contava com a rápida resposta do povo a suas promessas de abertura. Em poucas semanas, foram organizadas centenas de associações, sindicatos, partidos políticos, com uma eficiência surpreendente para um povo que passou tantos anos oprimido e aparentemente estava resignado à letargia política.

A rápida organização popular assustou Mobutu, que tinha anunciado o processo de abertura na expectativa de segurar o povo e, ao mesmo tempo, encher os olhos dos países doadores de recursos com mudanças cosméticas.

Atemorizado, Mobutu recuou e, em maio, somente 15 dias após o seu anúncio de abertura, lembrou que os partidos ainda não tinham existência legal e que a Constituição devia ser modificada para preservar “a autoridade do chefe de estado acima de qualquer crítica”.

Era tarde demais: a essa altura, a população, em particular os estudantes, não aceitaram mais um recuo. E começaram a exigir a renúncia de Mobutu. Na Universidade de Lubumbashi, a segunda maior do país, os estudantes desmascararam agentes dos serviços secretos infiltrados e os responsabilizaram pelo



Mobutu: sob denúncia de massacres

desaparecimento de 23 colegas, nos últimos cinco anos. Mobutu enviou, então, o batalhão de elite da presidência, que com listas fornecidas pelos infiltrados, tirou os ativistas dos dormitórios durante a madrugada, e os assassinou diante dos seus aterrorizados companheiros.

No dia seguinte, os sobreviventes do massacre fugiram para outras províncias e, inclusive, para a vizinha Zâmbia. A partir daí, as denúncias da repressão desatada por Mobutu ganharam os jornais da Europa. *Le Monde* fala em 100 e até 150 mortos em Lubumbashi, uma tragédia que põe um final sangrento ao tímido processo de abertura política, no Zaire.

ZÂMBIA

Golpe fracassado

No dia 30 de junho, um setor do exército tentou tomar o poder na Zâmbia, país da África Austral, depois de cinco dias de violentos distúrbios causados pelo drástico aumento dos preços dos alimentos.

O golpe acabou sendo frustrado pelas tropas leais ao presidente Kenneth Kaunda, que está no poder há várias décadas, mas foi uma advertência de que as tensões na sociedade estão contaminando as forças armadas.

Kaunda considerou que deveria tomar alguma medida para acalmar o temporal político e anunciou a convocação de um plebiscito para o próximo dia 17 de outubro, quando o povo deverá decidir se deseja manter ou não o atual sistema de partido único.

O líder da rebelião militar foi o tenente-coronel Mwambala Luchembe, que está detido. O jovem oficial se transformou numa figura muito popular, pois com sua atitude captou o estado

de espírito de uma boa parte da população do país, estimada em 10 milhões de habitantes.

Calcula-se que pelo menos 30 pessoas morreram nos distúrbios que antecederam à tentativa de golpe, e que se estenderam de Lusaka, a capital, a várias cidades do interior.

O conflito estourou depois da decisão de Kaunda de conceder um aumento de mais de 100% nos preços do milho, alimento básico da população.

Os preços dos produtos básicos aumentaram rapidamente desde que Kaunda lançou, em julho de 1989, um programa de ajuste econômico para conseguir o reingresso da Zâmbia no Fundo Monetário Internacional (FMI).

Dessa forma, o governo de Lusaka está tentando estimular a produção agrícola e superar a dependência das exportações de cobre (que representam mais de 80% do total exportado pelo país).

DÍVIDA

Um problema de todos



Na reunião do Sela se enfatizou que a dívida é um problema também dos países ricos

Os países ricos "devem fazer a sua parte" na solução do problema da dívida externa, para que a América Latina possa viver um período de esperança, após uma década perdida. Este foi, em síntese, o teor das colocações dos países latino-americanos formuladas ao longo do simpósio sobre o tema "Endividamento Externo e Alternativas de Crescimento da América Latina e do Caribe", organizado pelo Sistema Econômico Latino-Americano (Sela) e realizado em Caracas, no mês passado.

Entre os convidados ao simpósio, estavam o ex-primeiro-ministro da Itália, Bettino Craxi, como representante pessoal do secretário-geral da ONU, Pérez de Cuellar, para o problema da dívida externa; o presidente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Enrique Iglesias, e o vice-presidente do Citicorp, William Rhodes, estes últimos representando dois tipos de credores: um organismo multilateral e um banco comercial.

Da parte dos devedores latino-americanos, falaram o ministro da Economia da Argentina, Antonio González, o das Finanças e Serviços Públicos da Jamaica, Seymour Mullings, e o negociador da dívida externa mexicana, José Ángel Gurria.

Durante a conferência, representantes de 26 países que integram o Sela aprovaram uma proposta da região

para lidar com a dívida, na qual se assinala como meta fundamental obter uma redução de 75% na transferência de recursos para os credores.

Tal proposta inclui recomendações para o tratamento diferenciado de quatro tipos de dívida: com os bancos comerciais; com os governos dos países industrializados; com organismos financeiros multilaterais (como o BID, o Bird e

o FMI); e aquela contraída com nações da própria região.

Durante o encontro, Bettino Craxi afirmou que o estudo do problema o levou "à convicção absoluta" de que a solução da dívida passa por sua redução, porque "tal como está a situação atualmente, a dívida não pode ser paga".

A América Latina transferiu aos países ricos 231 bilhões de dólares, a partir de 1982, o equivalente a 27 meses de exportações, enquanto que os pagamentos pelo serviço da dívida durante o mesmo período foram de 382 bilhões de dólares, ou quatro anos de exportações. Apesar desse esforço, a dívida passou de 340 bilhões para 416 bilhões de dólares em 1989, embora o desembolso líquido de novos recursos para a região fosse praticamente nulo.

Em seu discurso de encerramento, o presidente venezuelano Andrés Carlos Pérez advertiu: "Viajamos todos no mesmo avião e podemos cair todos juntos. O colapso do Sul não deixará o Norte incólume". E prosseguiu: "Sem redução da dívida externa, é impossível resolver os problemas originados na crise dos anos 80". Para uma platéia de mil espectadores, Pérez qualificou o simpósio de um acontecimento histórico, pela possibilidade aberta de estabelecer conjuntamente critérios sobre um problema que afeta a todos.

Já o presidente do BID, o uruguai Enrique Iglesias, destacou que a grande questão da crise provocada pela dívida é a vertiginosa queda de investimentos econômicos e sociais, avaliada em 70 bilhões de dólares.



A dívida aumentou a pobreza da América Latina

A comunidade internacional confirmou, durante uma reunião realizada na sede das Nações Unidas, em fins de junho, que apoiará financeiramente os programas de repatriação e integração dos refugiados da América Central.

Governos latino-americanos e europeus e diversos organismos internacionais se comprometeram em Nova Iorque a fornecer uma importante ajuda econômica aos programas de apoio aos refugiados, na primeira reunião de acompanhamento da Conferência Internacional sobre Refugiados Centro-Americanos (Ciresca). O objetivo do evento era avaliar os avanços nos projetos em favor dos refugiados propostos pela Ciresca, realizada na Guatemala em maio de 1989, e conseguir financiamento para essas iniciativas.

Durante a reunião de 89 na Guatemala, os governos da região expuseram à comunidade internacional o que necessitavam para pôr em prática um plano de ação para os refugiados. Também pedi-

AMÉRICA CENTRAL

Atenção aos refugiados



REFUGIADOS

ram o apoio econômico a um pacote de 57 projetos de desenvolvimento voltados para a atenção às vítimas dos conflitos da área, que já chegam a dois milhões de pessoas.

O secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, manifestou que a reunião de Nova Iorque "representa um passo firme num processo que ainda não acabou". E acrescentou que, enquanto não se resolver o drama da perda de raízes dos centro-americanos, continuarão sendo necessários esforços conjuntos.

O Japão doará sete milhões de dólares para projetos que beneficiem

refugiados residentes no México, Guatemala e Nicarágua e para o trabalho do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) na área centro-americana.

A Finlândia, por sua vez, destinou este ano 750 mil dólares aos programas da Ciresca e solicitou que a Acnur utilize esses recursos em projetos de educação, capacitação e auto-suficiência econômi-

ca dos exilados na Costa Rica, El Salvador e México.

A Comunidade Econômica Européia (CEE) tem previstos 20,9 milhões de dólares para a região em 1990, dos quais 4,5 milhões serão investidos num programa para repatriar profissionais de alto nível. Sem especificar cifras, os governos da Holanda e Suíça também se comprometeram a ajudar.

O drama dos refugiados, vítimas de décadas de guerras civis nos diferentes países centro-americanos, é um dos problemas sociais mais graves dessa região.

CUBA

As crianças de Chernobyl

O vice-ministro de Saúde Pública de Cuba, José Antelo, declarou que 30 mil crianças soviéticas afetadas pelo acidente nuclear de Chernobyl poderão viajar a Cuba para tratamento médico, além das mil que já se encontram nesse país. Essas mil crianças, acompanhadas de suas mães, fazem parte de um grupo de dez mil, que inicialmente foi indicado para receber atenção médica gratuita na ilha caribenha. Em 29 de março passado, chegou o primeiro grupo de 139 crianças de Chernobyl.

Só Cuba respondeu até o momento com ajuda concreta ao pedido de apoio internacional, encaminhado à Organização Mundial da Saúde (OMS). As autoridades do setor de saúde de Cuba designaram um médico e uma enfermeira para cada 100 pacientes, para que acompanhem de perto sua situação.

O presidente Fidel Castro declarou que Cuba pode prestar



Cuba pôs sua estrutura hospitalar à disposição das crianças

essa colaboração pela estrutura médico-hospitalar que possui. Acrescentou que em breve chegarão de férias a Cuba 100 crianças, órfãs em consequência do terremoto da Armênia.

A usina nuclear de Chernobyl sofreu um grave acidente em 26 de abril de 1986, afetando seriamente milhares de pessoas das repúblicas soviéticas da Bielorrússia, Rússia e Ucrânia.

CHIPRE

Um conflito não solucionado

O Conselho de Segurança das Nações Unidas votou, em julho, a favor de prorrogar por mais seis meses o mandato da Força Pacificadora da ONU em Chipre (UNFICYP).

O Conselho aprovou por unanimidade a manutenção da UNFICYP até 15 de dezembro, e lamentou que nos 15 anos de sua existência não se tenha conseguido uma saída negociada para o problema da ilha de Chipre, dividida ao meio após a ocupação de uma parte do seu território por tropas turcas. Os membros do Conselho também externaram sua preocupação com a crise financeira que afeta a Força de Pacificação. Os custos da Força são pagos pelos governos que administram as tropas, e também por meio de contribuições voluntárias, reconhecidas pela ONU para esse fim.

A maior parte do déficit é coberta pelos governos da Austrália, Áustria, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Inglaterra e Suécia, países que colaboram enviando tropas, cuja manutenção já está absorvendo mais de 70% dos custos totais do projeto.

Situada num ponto estratégico do Mediterrâneo, a história de Chipre sempre esteve marcada pelo interesse que despertou em outros povos e países e pelos conflitos entre as suas duas comunidades, a de origem grega, majoritária, e a turca.



A ONU prorrogou o mandato de sua Força de Paz

Fortemente ligadas a seus países de origem, estas duas comunidades nunca conseguiram superar suas divergências, que se agravaram em 1974, quando a Guarda Nacional cipriota – a mando de oficiais do exército grego – depôs o arcebispo Makarios da presidência, que foi ocupada por Nikos Sampson, um partidário da anexação da ilha à Grécia. Cinco dias depois, a Turquia invadiu o norte do país, bombardeou a capital, Nicósia, e expulsou 200 mil greco-cipriotas para o sul.

A partir de então, o país ficou dividido em dois. Em 15 de novembro de 1983, foi proclamada a chamada República Turca de Chipre do Norte, reconhecida unicamente pela Turquia. Desde então, a ONU vem mediando esforços entre as duas partes, visando a obter a reunificação do país.

EQUADOR

Governo perde posições



As últimas eleições significaram um revés para o presidente Rodrigo Borja (dir.)



O Congresso que se instalará a 10 de agosto no Equador mostrará um novo quadro político no país, cuja principal característica será o de uma forte oposição de direita e esquerda, que poderá se aliar contra o governo social-democrata de Rodrigo Borja.

Esse novo panorama é consequência das eleições realizadas em julho, que mostram um crescimento do conservador Partido Social Cristão (PSC) e do Partido Socialista (PS). O pleito destinou-se à eleição de deputados estaduais e autoridades locais. A abstenção foi alta, de um milhão de eleitores, num total de cinco milhões cadastrados.

Os 60 deputados estaduais eleitos permanecerão

em seus cargos por dois anos e se somarão a outros 12 deputados federais que assumiram em agosto de 1988, por um período de 48 meses.

O PSC, do ex-presidente León Febres Cordero (1984-1988), passou de sete para 17 deputados, enquanto que a Esquerda Democrática (ID) perdeu o lugar de primeira força política do Congresso.

reduzindo sua bancada de 30 para 13 cadeiras.

Até as últimas eleições, o governo social-democrata, que tomou posse em agosto de 1988, tinha a maioria do Congresso.

A guinada do eleitorado para a direita foi classificada como "parte do jogo democrático" pelo presidente Rodrigo Borja, acrescentando: "Acho que a oposição não deve assustar

qualquer democrata convicto".

Para o dirigente da Frente Unitária dos Trabalhadores (FUT), Prolán Asanza, entretanto, a acen-tuada preferência dos eleitores pela direita representou "o repúdio à estratégia econômica do governo, que, em 22 meses, não conseguiu debelar a inflação e superar a crise na produção".

PALESTINA

Diálogo rompido

A recente decisão de Washington de suspender suas conversações com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) foi duramente criticada pelos governos árabes. Os dirigentes desses países advertiram sobre um provável aumento da repressão nos territórios de Gaza e da Cisjordânia, ocupados em Israel desde 1967, e manifestaram preocupação pelo futuro da precária paz do Oriente Médio.

Esses temores se fundamentam na constatação de que a suspensão do diálogo entre a Casa Branca e os palestinos não apenas frustrou os que acreditam na possibilidade de solucionar o conflito por meios pacíficos, mas também fortaleceu os seto-

res mais duros e intransigentes da política israelense.

Não foi só do lado árabe que surgiram esses temores. Também dentro de Israel houve quem advertisse sobre o perigo da ruptura do diálogo. Akif Aldar, do jornal israelense *Haaretz*, entre outros, escreveu em sua coluna que a decisão de Bush deixa a direção da OLP em minoria diante da ala mais radical.

O próprio presidente da OLP, Yasser Arafat, reconheceu que a ruptura das negociações com os Estados Unidos fortalece as posições palestinas extremistas. Para o líder palestino, este gesto está mostrando "a cega parcialidade" do governo Bush na questão do Oriente Médio. A justificativa norte-americana para romper o diálogo foi uma desastrada tentativa de um grupo de palestinos radicais de desembarcar em Israel.



Arafat e Bush: a ruptura do diálogo fortalece a ala mais radical da OLP

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS



Desde 1985 o IBASE — Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas — publica mensalmente uma análise da conjuntura político-econômica abordada sob a ótica dos movimentos populares.

Conheça este boletim!!!

Solicite um exemplar grá-tis!!!

IBASE
R. Vicente de Souza, 29
Botafogo - CEP: 22251
Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021)286-0348

PG

Promessas

Desejo sucesso enorme para toda essa equipe, pela reportagem "Um plano de 150 bilhões", da edição 131. Acho isso um problema muito sério a ser resolvido, mas gostaria de saber de onde o novo presidente vai tirar toda essa grana para o programa do menor abandonado. Também acho que essa promessa será igual às outras que ele vem fazendo, desde o início de sua campanha.

Sr. Collor, acho que já chegou a hora de acabar com todas essas mentiras e demagogias que assolam o país, tanto política como socialmente. Mas, eu vou torcer, para que tudo dê certo e não fique naquelas trapalhadas, como a da política salarial. As crianças devem ser levadas muito a sério, porque elas são o futuro do país.

Izaniltom dos Santos
São Paulo - SP

Prestes



Prestes: vida de luta

Quero parabenizar terceiro mundo pelo alto nível de suas reportagens e, em especial, pela reportagem sobre Luís Carlos Prestes, para mim um ídolo e uma das maiores personalidades da história brasileira.

Aproveito a oportunidade para solicitar a inclusão de meu nome na seção Intercâmbio.

Luciana Magalhães Souza
Rua Dias da Cruz, 273/602
20720 - Méier
- Rio de Janeiro

Socialismo

Sou leitor assíduo desta revista e gostaria que meu nome e endereço fossem divulgados na seção Intercâmbio.

Parabéns pelas ótimas reportagens e gostaria de sugerir uma reportagem sobre a Albânia (socialismo ou ditadura?), um tema de que ainda não recebi informações suficientes. E também pediria reportagem sobre os rumos do socialismo na Iugoslávia, Cuba e Angola.

Luís Marcelo C. Acosta
Av. Portugal, 27 - Quadra 9
78050 - Jardim Tropical
Cuiabá
Mato Grosso

Índio

Passados os cem primeiros dias do governo Collor, verifica-se que sua ação indigenista nesse período significou a continuidade do genocídio ianomâmi, da violência contra os povos indígenas - em Roraima, mais dois macuxis foram assassinados em junho - e a total paralisação dos processos de demarcação das terras indígenas. As duas únicas medidas conhecidas até o momento - a dinamitação das pistas construídas clandestinamente no território ianomâmi e a minuta de um decreto que reformula o processo para demarcação de terra - são mostras de que nada mudou na política governamental para com os povos indígenas.

A decisão de dinamitar as pistas não passou de golpe publicitário - o próprio Cimi denunciou, na época, a medida como inócua. Para que essa providência tivesse eficácia, seria necessário, antes de qualquer coisa, a retirada de todos os garimpeiros do território indígena, como determinou medida liminar da Justiça Federal, e a revogação de dois decretos do ex-presidente

Sarney, que nele criaram duas reservas garimpeiras. A omissão do governo Collor, frente a esse problema, o coloca como co-responsável pelo genocídio ianomâmi.

A primeira redação do decreto que reformula o processo administrativo para demarcação, enviada pela presidência da Funai ao ministro da Justiça, no início de julho, é uma simples repetição das normas demarcatórias previstas no decreto 76.999, editado pelo general Geisel em 1976 e que prevaleceu até 1983.

Apesar de o texto do decreto não prever a existência de um grupo de trabalho interministerial e nem centrar a decisão sobre as demarcações nos ministros de Estado, não se propõe a participação dos povos indígenas no processo. De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 231 da Constituição, são os usos, costumes e tradições dos índios o critério fundamental para a definição das terras indígenas. Além disso, a minuta submete a demarcação ao arbítrio do presidente da Funai, contrariando a Constituição, que afirma ser ela dever da administração federal, que não pode depender da decisão voluntária do responsável pelo órgão indigenista governamental.

A falta de explicitação de uma política indigenista significa, na prática, uma conduta contra os povos indígenas.

Conselho Indigenista
Missionário
Brasília - DF

Nicarágua

Importantes reflexões suscitadas a honesta explicação do ex-presidente Daniel Ortega, publicada em terceiro mundo, sobre os motivos da derrota sandinista nas eleições da Nicarágua e as perspectivas futuras. Como ele acentua, é



Ortega: o desafio nicaraguense

incrível que, neste final de século XX, o mesmo homem, que conquista o espaço, não atinja um sonho muito mais antigo: a igualdade de todos os seres humanos, a liberdade e a justiça social.

Apesar do custo que este intervalo possa representar, enquanto não chega a segunda etapa do sandinismo - que virá, sem dúvida - o povo nicaraguense pode considerar-se privilegiado: neste mundo pós-moderno, em que se questionam os princípios éticos e se reverenciam o oportunismo e a superficialidade, poucos países podem apresentar um estadista do porte de Daniel Ortega.

Mariana Méndez Alvear
Lima - Peru

Panamá

A Fundação Omar Torrijos lançou um concurso latino-americano de ensaios sobre a invasão dos Estados Unidos contra o Panamá, enfocando sua gênese, desenvolvimento e consequências.

Uma vez que o envio dos originais dos trabalhos à sede da Fundação, no Panamá, pode vir a sofrer interferências, estamos solicitando que os interessados em participar do concurso remetam seus ensaios para nossa representação no México, no seguinte endereço: Concurso Latino-Americano Omar Torrijos - Casa de Chile en México, A.C. - Mercaderes, 52 - Colonia San José Insurgentes - México D.F. - 03900

Nils Castro
Coordenador do Concurso

• Marcos Alexandre Faganello da Silva

Rua Dr. Mário Viana, 347-casa 2

Bairro Santa Rosa

CEP: 24240 - Niterói - RJ

Brasil

• Cristina Costa

Rua Pedro Otávio de Farias 503

Jardim Paulistano - Campina grande - PB

Brasil

CEP: 58100

• Ana María Elizalde

18 de Julio 420

Caja Postal N° 80.000

San José - Uruguai

• Juliana Engelmann

Rua Portão, 1556-Bairro Lira

CEP: 93600 - Estância Velha - RS

Brasil

• Paulino Comatti X.

A2 - Cd Lilia X.

Caixa Postal N° 81

Benguela - Angola

• Aguinaldo Nunes da Conceição

Rua Beco do Adão - 86 - João Mariano

CEP: 36570

Viçosa - Minas Gerais

Brasil

• Humberto Chavez Zegarra

Rua Lisboa 50/61

CEP: 12215 - São José dos Campos

São Paulo - Brasil

• Carlos José Lito

Rua Vasco da Gama

Caixa Postal N° 178

Malauepe - Angola

• Humberto Chavez Zegarra

Rua Lisboa 50/61

São José dos Campos - SP

CEP: 12215

• José Avelanze da Silva Santana

Rua José Carlos Machado, N° 1011

Conjunto João Alves Filho

CEP: 49950 - Município de Japoata

Sergipe - Brasil

• Sergio Piacentini

SQS - 103 - Bl.E - Ap. 514

CEP: 70342 - Brasília - Brasil

• Ligia Affine Jorge

Rua André Luiz Brizo, 79

Vila Nova - Paraguaçu Paulista

CEP: 19700 - São Paulo - Brasil

• Rafael Antonio Alves

Rua 20, N° 385, Jardim Novo I

CEP: 13840

Mogiguacu - São Paulo - Brasil

• Jozimar Ramalho Lopes

Rua dos Timbiras, 2170

14 de Março - Generalissimo

Cremação

CEP: 66040

Belém - Brasil

Publicações com informações e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes.

Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 Grupos 105/106
20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: (021)252-7440/222-1370
Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Diretor Geral: Neiva Moreira
Diretor Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bissio
Subeditores: Roberto Remo Bissio, Claudia Guimarães, Procópio Mineiro
Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

Redação: Aldo Gamboa, Marcelo Montenegro, Nereida Daudt (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)
Dept. de Arte: Pedro Toste (editor), Reginaldo Caxias, Dayse Vitoria

Centro de documentação: Maria Helena Falcão (diretora), Angelica Campello de Oliveira, Walmyr Peixoto da Silva, Isabel Falcão, Roberto de Oliveira
Banco de Dados: Raimundo José Macário Costa

EDIÇÕES REGIONAIS:

Edição em Português:
Diretor: Neiva Moreira
Editores: Procópio Mineiro e Claudia Guimarães
Sucursais: Paulo Cannabarra Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memória Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia)
Revisão: Cléa Márcia Soares
Diretor administrativo: Henrique Menezes
Circulação e Assinaturas: Mauro Antonio Mendes
Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122/104-105 - RJ - BRASIL - Tel. Assinaturas: (021)252-7440.
Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Sede de Lisboa:
Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10/1º andar - Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650
Telex: 42720 CTM-TE-P

Edição em Espanhol
Sucursal do Rio da Prata

Diretor: Roberto Remo Bissio
Vendas e Assinaturas: A.C.U. S/A
Miguel del Corro 1461 - Tel.: 49-6192
Montevideu, Uruguai
Distribuição no Uruguai: Berriel y Martinez, Paraná 750 esq. Ciudadela
Distribuição na Argentina (livrarias): Ediciones Colihue (Buenos Aires)

Edição em Inglês:
Editor: Bill Hinchberger
Editor Adjunto: Roberto Raposo
Assinaturas: Andréa Moutinho da Costa Santos
Correspondência: Rua da Glória, 122/105-106 - CEP: 20241 - Rio de Janeiro / Brasil - Tels.: 222-1370/242-1957 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHIATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile), Third World Network (Malásia), Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current (EUA). Fotos: Agence France Press (AFP).

SÓ PARA ASSINANTE:
RENOVE SUA
ASSINATURA
COM DESCONTO
ESPECIAL

Assinatura normal: Cr\$ 1.800,00

Agora escolha sua opção:

Renovação por 1 ano: Cr\$ 1.400,00

Renovação por 2 anos: Cr\$ 2.700,00

Renovação por 1 ano

mais 1 amigo como assinante

por 1 ano: Cr\$ 2.880,00

Renovação por 2 anos

mais 1 amigo como assinante

por 1 ano: Cr\$ 3.960,00

Nesta opção você ganha
2 livros-brinde

Pagamento por: Cheque nominal,
Vale Postal, Reembolso Postal ou
Credicard. Qualquer dúvida ligue
(021) 252-7440



Editora Terceiro Mundo Ltda
Rua da Glória 122 Grupo 105/106
Glória
20241 - Rio de Janeiro - RJ
Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Um governo de unidade

Os partidos políticos peruanos enfrentam o desafio de se unir em torno de Fujimori para superar a crise que afeta o país, ou serem co-responsáveis pelo seu fracasso

Aldo Gamboa

A vitória do engenheiro Alberto Fujimori nas eleições presidenciais peruanas coloca as forças políticas desse país diante de duas inusitadas alternativas: cerrar fileiras com a oposição de direita ou apoiar um governo cujo programa é praticamente desconhecido.

Ao fazer um apelo à unidade, o presidente eleito enfatizou que a proposta de seu partido, Cambio 90, sobre um acordo político – do qual participariam outras forças, grupos empresariais e sindicatos, já convidados por Fujimori – se mantém de pé.

Alguns setores se manifestaram de forma favorável. O dirigente da Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP), Valentín Pachón, afirmou que esse apelo “está de acordo com o sentimento dos trabalhadores e a CGTP não lhe faz objeções, pois acreditamos que se necessita de um acordo popular”. Por sua vez, Bernadino Céspedes, secretário-geral da Central de Trabalhadores do Peru (CTP), assinalou que o governo de Fujimori vai precisar de um ambiente de paz nas clas-



ses trabalhadoras para aplicar as primeiras medidas de seu governo.

A Associação de Exportadores (Adex), que reúne quase 90% dos empresários do setor, divulgou uma nota onde defende que “é urgente para o país que todos os cidadãos se unam para tirar o Peru da crise que o sufoca”.

Do lado das forças progressistas, tanto a Esquerda Socialista (IS) de Alfonso Barrantes, como o governante Apra (Aliança Popular Revolucionária Americana) manifestaram certa abertura em

O presidente eleito, Alberto Fujimori, propõe um amplo pacto social para tirar o seu país da crise em que se encontra

relação à proposta de um pacto social. A Esquerda Unida (IU), liderada por Henry Pease, até agora não se definiu. Versões que circulam em Lima indicam existir uma divisão nessa organização, entre os que apóiam o pacto e os que se opõem a ele.

No terreno do derrotado candidato Mario Vargas Llosa, a situação não é melhor: sua própria corrente, denominada “Liberdad”, é radicalmente contra a qualquer acordo com o novo governo, embora seus sócios majoritários na

Fredemo (Frente Democrática), os partidos Popular Cristão (PPC) e Ação Popular (AP), estejam ainda “estudando” a questão. Eduardo Orrego, candidato a vice-presidente na chapa de Vargas Llosa e dirigente da AP, disse que seu partido pode estar na oposição sem que isso lhe impeça de participar do acordo e inclusive co-governar.

A atual formação do Congresso peruano depois das eleições legislativas de abril passado mostra que Fujimori não está em condições de governar sozinho.

Com 60 deputados, a Fredemo é a principal força, seguida pelo Apra (55) e Cambio 90 (32). Com a direita ou a esquerda, Fujimori terá que fazer um pacto para ter governabilidade num país devastado pela crise econômica.

O programa – Desde o início da campanha eleitoral – quando Fujimori tinha dois por cento das intenções de voto e Vargas Llosa 44% – o agora presidente deixou claro que é contra uma política de choque para deter a inflação. Em compensação, propôs a aplicação de uma política de ajuste gradual e controlado, já que, na sua opinião, a situação social e econômica reinante no Peru não aguentaria um golpe demasiado duro.

Fujimori, de 51 anos, se distanciou de Vargas Llosa em seu enfoque estruturalista da crise, em contraposição à visão monetarista do escritor. "A crise não é só inflacionária – isto é, monetária – mas também recessiva, porque mostra uma queda na produção", enfatizou o presidente eleito. "Por isso, não é possível se concentrar apenas em sanear a moeda, porque a recessão resultaria numa explosão social", acrescentou.

O modelo de ajuste de Fujimori dá uma atenção especial ao poder aquisitivo dos salários. Propõe criar uma nova moeda que nascerá com uma paridade equivalente à do dólar e tentará se manter ao nível dessa divisa.

Segundo o deputado Wilfredo Alvarez, do Cambio 90, a base do programa de Fujimori é um acordo entre todas as forças da sociedade. O primeiro ponto do seu plano de governo – de uma relação de 12 diretrizes – é justamente costurar um pacto social que permita iniciar uma etapa de desenvolvimento, com participação de todos os setores econômicos e sociais.

O segundo ponto está dirigido a estimular estruturas de mercado que levem em conta os interesses da maioria da população, em vez de contrapor o mercado ao planejamento estatal.

Em relação ao combate à violência, o presidente eleito propõe o restabelecimento do estado de direito nas zonas de emergência, onde o poder atualmente não está em mãos dos governadores civis, mas dos chefes militares de cada região.

Ao mesmo tempo, para combater uma força guerrilheira como o Sendero Luminoso, que procura apoio entre os camponeses, Fujimori considera que o exército não deve se limitar a perseguir e eliminar os rebeldes. O presidente eleito pensa que as forças armadas devem se envolver diretamente na realização de obras de desenvolvimento rural.

As organizações populares de autodefesa também deverão ser fortalecidas para o combate à guerrilha.

Finalmente, Fujimori reconhece a dívida externa peruana (16 bilhões de dólares) e a obrigação de pagá-la e anunciou uma viagem por vários países para manter reuniões com os bancos credores. Sua política internacional estará orientada, segundo anunciou, para a preservação da paz mundial, a solidariedade hemisférica e o fortalecimento do Pacto Andino.



Mais de um terço da população peruana vive em situação de pobreza crítica e três quartos não têm trabalho formal





Para Fujimori, o problema da guerrilha também exige soluções de natureza política e social

O Peru é um país convulsionado pela crise econômica, a violência, a miséria e as diferenças sociais e raciais. "Não há racismo no Peru", garantiu um dirigente da Fredemo antes das eleições. "Isso é cegueira social", respondeu um líder do Cambio 90.

As possíveis causas de uma vitória – O Peru é um país dividido em três mundos por uma geografia de profundos contrastes: a costa, a montanha e a selva. A esses três "países" geograficamente distintos correspondem habitantes culturalmente diferenciados.

Os modelos de administração em vigor desde a época colonial até o presente fazem, de fato, com que um só destes "países" governe: a sociedade *criolla*¹ de Lima, a capital. Essa hegemonia fez com que na região costeira se concentrasse a maior parte da infra-estrutura material e produtiva e que, a partir dela, se obstaculizasse o desenvolvimento das culturas regionais.

Nesse contexto, a candidatura de Vargas Llosa representava os interesses e aspirações dos setores brancos mais aristocráticos de Lima e dos grandes empresários. Por

essa razão, a demissão de um milhão de funcionários públicos era um dos pontos chaves do seu programa, sem levar em conta que o Peru é um país com 49% da população economicamente ativa desempregada ou subempregada. No país dos mestiços, *cholos* e *zambos*², dos camelôs



Lima: as batidas policiais já fazem parte do dia-a-dia

e da miséria, Vargas Llosa propôs um plano de governo baseado em demissões e privatizações.

Fujimori representa outro segmento da realidade peruana: os pequenos e médios empresários que não querem se afundar na crise e que seriam varridos com uma só penada num projeto ultraliberal como o da Fredemo. Alberto Kenyo Fujimori, filho e neto de japoneses, levantou, em vez disso, a bandeira da

"honestidade, trabalho e tecnologia".

As palavras "trabalho" e "tecnologia", somadas ao sobrenome do candidato, fizeram com que uma gigantesca massa de peruanos pobres começasse a sonhar com miragens orientais: o desenvolvimento japonês transplantado para o Peru. O destino do país estava sendo jogado nessas duas opções.

Desafios – Fujimori foi o vencedor e agora tem um grande desafio pela frente. Mais de um-terço da população peruana vive em situação de pobreza crítica; três-quartos não têm trabalho formal e a metade dos que morrem anualmente são crianças menores de cinco anos. Um milhão e meio das unidades produtivas rurais – formadas por famílias de no mínimo quatro pessoas – estão em mãos de camponeses pobres e um milhão e 200 mil unidades produtivas urbanas são formadas por microempresas, que enfrentam a mesma angústia e incerteza dos camponeses.

Nessa conjuntura, só a união tornará possível a sobrevivência.

¹Criollo: descendentes brancos dos colonizadores europeus, nascidos nas colônias de além-mar, particularmente na América.

²Cholos: mestiços de branco com índio; zambos: filhos de criollos e negro.

Em busca da verdade

Gabriel Canihaunte

Nas escuras celas de Santiago e outras cidades do Chile, centenas de presos políticos continuam esperando que o processo de redemocratização que vive o país depois de 16 anos e meio de ditadura ilumine também as prisões, que pouco mudaram desde a era pinochetista.

Muitos desses homens e mulheres, em sua maioria com idades entre 25 e 40 anos, viveram períodos de exílio e clandestinidade e ajudaram a conquistar a atual democracia. Contribuíram para o ressurgimento das organizações populares e dos partidos de esquerda – a maior parte legalizados – e para a conquista do direito dos jornais e revistas antes clandestinos a circularem livremente.

Os presos políticos – em geral, acusados de tentar derrubar o regime do general Augusto Pinochet por métodos violentos – são mais de 400 e estão distribuídos em diferentes prisões por todo o país.

O presidente Patrício Aylwin, do Partido Democrata Cristão, apesar de ter sido eleito com mais de 50% dos votos, deve governar com as limitações da legislação autoritária que herdou do regime militar¹. E os presos políticos chilenos – talvez os únicos que na América do Sul estão atualmente detidos por ter combatido uma ditadura – são as vítimas mais

Os militares tentam negociar a liberdade de 450 presos políticos, em troca de uma anistia que deixe impunes as violações aos direitos humanos

evidentes dessa institucionalidade mutilada.

Consciente de que a situação dos presos é um dos mais delicados temas da transição chilena, o presidente Aylwin enviou, poucos dias depois de tomar posse no governo, uma mensagem ao Congresso Nacional para que tramitasse “em caráter de urgência” algumas leis

Parentes de desaparecidos exigem o esclarecimento e punição dos responsáveis por esses delitos



que poderiam facilitar a libertação dos presos. Aylwin não pode decretar uma anistia porque isso implicaria estender esse benefício aos militares comprometidos em graves violações aos direitos humanos. As possibilidades de indulto, por sua vez, ficaram restritas a cerca de 50 detidos, considerados “presos de consciência”.

O governo declarou que estudará caso por caso e precisou que a coalizão de partidos, denominada Acordo para a Democracia, estabelece uma diferença entre os que estão envolvidos em derramamento de sangue e os chamados presos de consciência. Entre as reformas propostas pelo presidente ao Legislativo, se inclui a abolição da pena de morte e a transferência dos processos contra os detidos políticos, atualmente em mãos de promotores militares, para a Justiça civil.

Segundo o ministro da Justiça, Francisco Cumplido, essas reformas são indispensáveis para esclarecer a situação processual desses presos e atender aos pedidos de seus parentes e organizações humanitárias que exigem sua libertação imediata. Os partidos de direita – que são minoritários na Câmara de Deputados, mas controlam o Senado – se

O saudosismo da direita

Os Partidos do Acordo pela Democracia afirmaram em fins de maio que "a direita está saudosa" da época do general Augusto Pinochet, principalmente das atividades da Central Nacional de Informações (CNI), sua polícia secreta, dissolvida pouco antes que Aylwin tomasse posse como presidente.

A esse "saudosismo" eles atribuem a campanha desencadeada pelos principais partidos da direita a partir de 11 de março, quando se instalou o governo democrático, acusando as novas autoridades de estimular o terrorismo e uma suposta campanha contra as forças armadas.

Dirigentes do Partido Renovação Nacional (RN) e da União Democrática Independente (UDI) pediram a criação de um organismo especializado, paralelo à polícia, para combater as ações violentas que se registraram na capital, Santiago. Por sua vez, o diretor dos Carabineiros, Rodolfo Stange, se pronunciou contra a formação de um órgão paralelo, mas anunciou a criação de uma Direção de Informação, organismo que, segundo o comunicado oficial da instituição, "contribuirá com todo o seu empenho para neutralizar a delinquência e o terrorismo, dentro da ordem legal e institucional vigente".

O clima ficou ainda mais tenso depois da denúncia do senador Julio Lagos, do RN, que afirmou existir no Chile um plano para assassinar Pinochet. Segundo o senador, documentos que estão em seu poder pedem que se estabeleça "um verdadeiro julgamento de Nuremberg" contra o ex-chefe de estado.

Legisladores socialistas e democrata-cristãos intimaram Lagos a entregar as provas de sua denúncia, enquanto o presidente do Partido pela Democracia, Erich Schnake, assinalava que isso faz parte de um plano para desestabilizar o processo democrático.

opõem a essas propostas, argumentando que aliviar a pena contribuiria para estimular o terrorismo.

O governo calcula que o processo legal de revisão dos casos levará cerca de um ano, um prazo considerado "demasiado longo" pelos detidos e seus familiares.

É importante lembrar que alguns dos presos levam quase dez anos atrás das grades, sem que seus processos tenham sido concluídos. Permanecem detidos sem julgamento e enquanto não haja uma sentença não podem ser considerados "culpados".

Os advogados das entidades dos direitos humanos consideram que muitos dos processos foram irregulares. Como exemplo, citam o caso do líder de uma associação de moradores de Santiago, Jorge Cortés Molina, de 26 anos, acusado de matar um policial militar. Detido em maio de 1988, Molina foi libertado em março deste ano sem que nenhuma acu-

sação oficial tenha sido formulada contra ele. Passou dois anos numa prisão para que a polícia decidisse que não havia nada contra ele.

As provas com que contam os promotores militares não passam muitas vezes

Presos políticos: um dos mais delicados problemas do período de transição



da confissão dos próprios detidos, arrancada sob tortura. Por isso a situação se complica em casos como o de seis detidos, acusados de estar envolvidos em ações armadas que custaram a vida de policiais e militares. Para eles, a promotoria militar pediu a pena de morte. É possível que se peçam penas parecidas para outros 20 presos, acusados de estar implicados no atentado contra Pinochet, em 1986, no qual morreram cinco dos seus guardacostas.

A fuga de janeiro – Uma das ações mais importantes protagonizadas pelos presos políticos no Chile aconteceu em 30 de janeiro passado, quando 43 detidos da Prisão Pública de Santiago fugiram através de um túnel de 80 metros. Nenhum foi recapturado e, na verdade, a polícia praticamente não os está buscando.

Nos últimos quatro meses, os parentes e as organizações que os apóiam têm se mostrado particularmente ativas. Em 10 de março, um dia antes da posse do presidente Aylwin, dezenas de familiares ocuparam a catedral de Santiago exigindo a libertação imediata de todos os presos, sem exceção. Em 28 de março, os detidos da Prisão de Valparaíso – a segunda cidade com maior população do Chile – realizaram, junto com uma dezena de seus parentes, uma "ocupação" do presídio. Os familiares permaneceram 24 horas no local, numa espécie de "visita prolongada".

Uma das últimas e mais importantes



atividades dos detidos foi uma greve de fome, que começou no dia 14 de março e terminou no início de abril. Participaram mais de cem detidos de diferentes prisões do país. O ministro Francisco Cumplido considerou a greve um "ato inoportuno".

Apesar dos longos anos que esses presos levam detidos, eles têm uma visão clara do significado do momento atual. É o caso de Guillermo Rodríguez Morales, um ex-guarda-costas do presidente socialista Salvador Allende, assassinado em 11 de setembro de 1973, quando os militares bombardearam o Palácio de La Moneda. Morales está preso há quase 11 anos e acha que sua situação, como a de outros detidos, é a dos militantes de esquerda que lutaram por "uma alternativa que foi derrotada e cujo fracasso estabeleceu as bases do próprio processo de transição que vivemos".

A consciência das dificuldades do momento atual não impede Rodríguez Morales, ex-militante do MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária), de fazer uma reflexão amarga: "É uma ironia que enquanto nós estejamos presos, gozem de plena liberdade, privilégios e importantes posições no Estado os mesmos que se apoderaram do poder e do Palácio de La Moneda; os responsáveis por tanto horror, por sequestrar, torturar, queimar e matar pessoas..."

Enquanto isso, os parentes conti-

Aylwin herdou da ditadura militar uma constituição e legislação autoritárias



nuam se mobilizando. Do dia 25 ao dia 31 de maio passado, se comemorou a "Décima Semana Internacional pelos Detidos-Desaparecidos". A jornada, que também se realizou em outros países da região, foi organizada pelo grupo de familiares de detidos-desaparecidos e contou com o apoio de outras entidades humanitárias.

Esclarecer a verdade – O presidente Aylwin tem sido sensível ao apelo dos familiares e da sociedade, em geral, e parece decidido a continuar avançando na investigação das violações aos direitos humanos cometidas desde 1973. Para isso criou, em fins de abril, a chamada

"Comissão de Verdade e Reconciliação", que analisará o caso dos detidos-desaparecidos, executados, mortos em consequência de torturas, sequestrados e vítimas de outros delitos nos quais o Estado esteja envolvido pela atuação de seus agentes ou de pessoas a seu serviço.

O presidente advertiu que a comissão, que já começou seus trabalhos, convocando em maio passado parentes e representantes das vítimas das violações

aos direitos humanos, "não será um foro público para ventilar acusações a reacender paixões, mas uma instância aberta, séria e responsável", a fim de esclarecer "a verdade e abrir caminhos de reconciliação".

Os militares e os partidos da direita (Partido de Renovação Nacional e União Democrática Independente) se opuseram totalmente a esta iniciativa. E um coronel que ia proporcionar importantes informações sobre o caso do assassinato de três membros do Partido Comunista, que foram degolados, foi assassinado. É a mais recente vítima do terrorismo de extrema-direita.

A igreja católica, que criticou duramente o governo Pinochet por sua violação aos direitos humanos, apoia a Comissão. E o vigário da Solidariedade do Arcebispo de Santiago, Sergio Valach, decidiu se reunir com o presidente da comissão para analisar a forma de levar os trabalhos adiante.

O perigo, neste momento, é que a pressão dos militares transforme a libertação dos presos numa simples transação: tantos esquerdistas livres em troca do perdão de alguns torturadores e assassinos.

¹ No sistema de legalidade autoritária que vive o Chile, o general Pinochet, que liderou o golpe de estado de 1973, se manteve como comandante-em-chefe do exército. O general só está subordinado ao presidente Aylwin, que por sua vez está submetido à Constituição imposta pelos militares em 1981.

A sombra da impunidade

O governo prepara um indulto para militares comprometidos em graves violações aos direitos humanos, em um projeto que iguala vítimas e algozes

Cristian Mira

O presidente argentino Carlos Menem anunciou que antes do fim do ano indultará os militares ainda presos por crimes que cometeram quando governaram o país entre 1976 e 1983. Também será perdoado Mario Firmenich, o antigo chefe dos Montoneros, a guerrilha urbana mais poderosa dos anos 70.

Novamente, a sombra da impunidade paira sobre a Argentina. Antes tinha sido o presidente Raúl Alfonsín, que com as leis de "ponto final" e "obediência devida" anistiou cerca de mil oficiais que tinham participado na repressão, cujo saldo foi o desaparecimento de 10 mil pessoas, segundo cifras do governo, ou 30 mil, segundo organismos de defesa dos direitos humanos.

Já em outubro de 1989, Menem tornou sem efeito a pena de uma dezena de militares de alta patente que não tinham sido beneficiados pelas leis de Alfonsín. Além do mais, nesta anistia incluiu 300 oficiais que tinham promovido levantes contra o governo constitucional; os que dirigiram a guerra das Malvinas e uns 60 civis, que fizeram parte nos Montoneros e de outras organizações guerrilheiras. Para estes últimos, o trâmite do indulto presidencial foi particularmente estranho: muitos deles já tinham sido assassinados.

O segundo capítulo do indulto se produzirá depois da visita que o presidente dos Estados Unidos, George Bush, realizará à Argentina, em setembro. De acordo com as versões que circulam pelos despatchos oficiais, ficarão em liberdade os ex-comandantes Jorge Rafael Videla, Emilio Eduardo Massera e Roberto Viola; os generais Ramón Camps, Pablo Richieri e, quase seguramente, Guillermo Suárez Mason.

Quanto ao ex-chefe guerrilheiro Mario Firmenich, em 1987 pediu perdão ao papa João Paulo II por sua atuação nos Montoneros e já nessa ocasião solicitou a absolvição dos militares presos, em nome da paz.

Realinhamentos – Para não poucos analistas políticos, estas medidas significam a continuação do projeto global de Menem, que inclui o realinhamento com a política externa dos Estados Unidos e o apoio aos grupos econômicos mais concentrados, à igreja e às forças armadas.

O presidente considera que o indulto é uma atribuição do chefe de Estado, conferida pela Constituição, e que é necessário para conseguir a "pacificação dos argentinos". Explicou que pode ou-



O anúncio de indulto aos militares gerou protestos

torgá-lo porque já perdoou seus próprios carneireiros, depois que foi destituído do governo da província de La Rioja em 1976.

Em uma carta aberta publicada nos jornais de Buenos Aires, o Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS) lhe respondeu: "Pensamos, senhor presidente, que não pode continuar invocando a sua prisão para explicar estes novos indultos. O senhor saiu vivo e ganhou o privilégio de ser o presidente da Nação. Seus 30 mil compatriotas assassinados no cativeiro não tiveram essa sorte e seus familiares não conseguiram sequer ver os cadáveres porque as forças armadas mantêm oculto esse dado", expressa o documento.

"Tampouco gozou da reparação que o sr. teve, cerca de um milhão de argentinos que foram assassinados, presos, obrigados a partir para o exílio, discriminados por suas posições e demitidos de seus empregos pelos futuros beneficiá-

rios do indulto anunciado", recordou o presidente do CELS, Emilio Mignone.

Corrupção e morte – Um dos que certamente se beneficiará do indulto presidencial será o ex-general Guillermo Suárez Mason, vulgo *Sam* ou *Pajarito*. Seu exemplo serve para ilustrar a combinação de corrupção e morte que significou para a Argentina o governo dos militares.

Depois do golpe de 1976, Suárez Mason foi chefe do I Corpo de Exército que, no esquema montado, devia ocupar-se da repressão na província de Buenos Aires, a maior e mais povoada de todo o país.

Até 1979 ocupou esse cargo, pelo qual foi responsável pelo funcionamento de mais de 40 centros clandestinos de detenção e a coordenação dos comandos que durante a noite sequestravam os cidadãos indefesos.

Quando se retirou do exército, Suárez Mason foi designado interventor da empresa petrolífera estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) que, graças à sua gestão, terminou com um déficit de 4,3 bilhões de dólares que engrossaram a dívida externa argentina.

No início de 1984, quando se iniciou um processo pelo desfalque cometido na

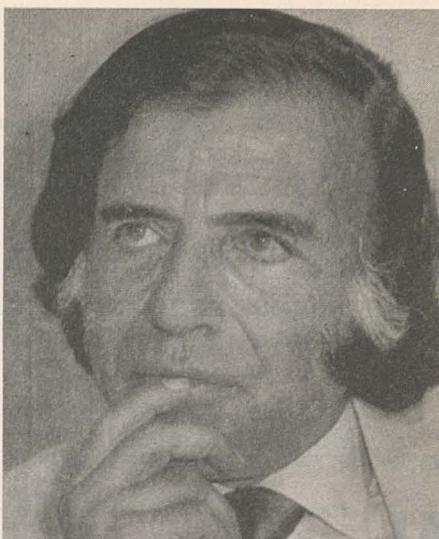
YPF através da comercialização de nafta adulterada, fugiu do país dizendo que ele "não ia ser o bode expiatório da história", em alusão a que não queria ser o único a pagar pelas culpas de seus camaradas.

No entanto, a sua liberdade acabou em 1987, quando foi preso na Califórnia, Estados Unidos, por dois policiais civis. Os juízes norte-americanos o condenaram a pagar 21 milhões de dólares a um cidadão argentino que o processou ante os tribunais desse país pelas torturas que sofreu nas prisões argentinas.

Em maio de 1988, foi extraditado por sua responsabilidade em 39 assassinatos que ordenou e pelos quais deve responder em um julgamento oral que se realizará em agosto próximo. Entre suas vítimas, se encontram os legisladores uruguaios Zelmar Michelini e Héctor Gutiérrez Ruiz.

Quando Menem anunciou que voltaria a outorgar um indulto, se acreditou que Suárez Mason não ia ser beneficiado pela medida, já que foi foragido da Justiça Argentina e condenado pelos tribunais dos Estados Unidos, onde não se veria com bons olhos a liberdade de *Pajarito*. No entanto, desde o início de junho começou a circular com insistência a versão de seu iminente indulto e o presidente se li-

As rebeliões militares contra o governo constitucional ficaram sem punição



Menem: igualando vítimas a algozes

mitou a dizer que o caso Suárez Mason estava "em estudo".

Quadro difícil – O quadro político e social que cercará o indulto não é tranquilizador. As contas do plano econômico não fecham e a tentativa de estabilidade das variáveis econômicas não dão resultados. A inflação ultrapassa os 10% mensais, a recessão faz com que as indústrias produzam 30% menos que 1989 e o desemprego alcança já 17% da população economicamente ativa. A venda das companhias de telefone (Entel) e de aviação (Aerolíneas Argentinas) engrossará as filas de desempregados e os próprios dirigentes sindicais aliados do governo crêem que o descontentamento social irá aumentar.

Para Menem, em compensação, se trata apenas de atravessar um período difícil rumo à consolidação definitiva da "revolução produtiva" e do "salariado" (um grande aumento real dos salários), dois eufemismos de sua campanha eleitoral que lhe deram o apoio de 47% do eleitorado nas eleições presidenciais de maio de 1989. Mas os partidos políticos, sindicatos e organizações sociais da oposição consideram que se avança rumo a um modelo de exclusão social que, necessariamente, conduzirá à repressão.

A impunidade dos condenados pela justiça civil, nesse contexto, só trará mais sombras a um país que viveu durante muito tempo nas trevas da morte.

A hora fundamentalista

A vitória da Frente de Salvação Islâmica nas primeiras eleições multipartidárias argelinas confirma o avanço dos fundamentalistas em todo o mundo árabe

Mohamed Salem

No dia seguinte às primeiras eleições municipais e regionais pluripartidárias realizadas na Argélia desde a independência, os jornalistas estrangeiros que cobriam o evento comentaram que era visível o aumento do número de homens vestidos com a longa túnica árabe tradicional, a *hidjab*.

Não era por acaso. A vitória em junho passado da Frente de Salvação Islâmica (FIS), a mais radical das correntes fundamentalistas argelinas, que se esboçava desde o início da contagem de votos, era um fato irreversível poucas horas depois. Com sua consagração nas urnas, os muçulmanos integristas tinham também conquistado uma legitimidade que antes não possuíam para se apresentar nos seus locais de trabalho e estudo com suas barbas e roupas tradicionais.

Mas os militantes da FIS não pretendiam apenas exteriorizar livremente o seu retorno às tradições mais puras da cultura islâmica. Dois dias depois do pleito, o líder máximo da Frente de Salvação, o filósofo e sociólogo Abassi Madani, pediu publicamente a dissolução do Congresso e a convocação de eleições legislativas e presidenciais.

Com 53% dos votos a seu favor – quase 20% mais do que a governante Frente de Libertação Nacional, que obteve 34% – a FIS se sentia com força suficiente para exigir a aceleração do cronograma de abertura política traçado pelo presidente Chadli Benjedid e aprovado pela FLN. Dias depois das eleições, quando os jovens barbudos saíam das mesquitas depois das orações semanais, levanta-



O avanço do fundamentalismo cria um novo quadro no país

ram a mesma bandeira, acusando os atuais deputados, todos da FLN e cujos mandatos vão até 1992, de “ladrões”.

“O socialismo e o capitalismo mostraram seus limites reais na Argélia. A única alternativa é a solução islâmica”, tinha afirmado Abassi Madani.

Laicismo versus fundamentalismo – A FIS não se preocupou durante a campanha eleitoral em apresentar um programa econômico alternativo ao da

Frente de Libertação Nacional, apesar de que foi a crise econômica que canalizou para suas fileiras milhares de jovens frustrados com a falta de emprego e o alto custo de vida.

A estratégia dos fundamentalistas foi simples: por um lado, se dedicaram a uma política de natureza “beneficente”, distribuindo dinheiro, alimentos e roupas aos necessitados nos bairros mais pobres da capital, através do que eles chamaram de “comissões de ajuda social”.

Simultaneamente, organizaram uma espécie de “pólicia islâmica”, encarregada da preservação da tradição religiosa mais pura. Essas milícias fundamentalistas também escolheram como cenário os bairros marginais, nos quais atacavam as mulheres que se vestiam à maneira ocidental ou que, simplesmente, saíam para trabalhar.

A FIS defende a aplicação estrita das leis islâmicas, repudia as correntes laicas, atéias e comunistas e quer transformar as forças armadas em policiais a serviço da ordem religiosa tradicional. Nesse sentido, defende a submissão total da mulher ao homem e a proibição de que as argelinas pratiquem esportes, trabalhem fora de casa e estudem culturas estrangeiras. Seu modelo é

a República Islâmica do Irã, que pretendem transplantar para a Argélia.

É preocupante que um movimento com uma orientação religiosa tão tradicional tenha crescido tanto em pouco menos de um ano de existência legal. Especialmente num país como a Argélia, onde a Frente de Libertação Nacional liderou desde a independência um processo de marcada orientação socialista. Embora a religião islâmica fosse majoritária no país, a FLN se preocupou em não misturar a questão religiosa com os assuntos do Estado e como partido único, até a reforma do ano passado, fez do laicismo uma de suas bandeiras.

O papel dos jovens – Sessenta e cinco por cento da população argelina têm atualmente menos de 25 anos. Para esses jovens, o fato da FLN ter sido protagonista de uma das mais belas e sofridas páginas da luta anticolonial na África pouco significa. Os milhões de mortos e mutilados da guerra contra os franceses são para eles uma página virada dos livros de história ou uma lembrança familiar dramática que é melhor esquecer.

A FLN atual, que é a que eles conhecem, é a responsável por uma queda de mais de dois por cento ao ano do Produto Interno Bruto, pela diminuição dos investimentos, pela perda do poder aquisitivo dos salários em 15% desde 1988 e pelo desemprego de um entre quatro argelinos.

Numa situação difícil como esta, e num momento em que a onda fundamentalista está em crescimento no mundo islâmico, é fácil imaginar a aceitação que encontrou o argumento da FIS de que se a mulher permanecer em casa, de acordo com os preceitos religiosos, a pressão no mercado de trabalho vai diminuir, sobrando mais empregos.

Por outro lado, os próprios dirigentes da FLN reconhecem que depois de quase 30 anos de exercício do poder, o partido e o Estado tinham se misturado de tal forma que já era difícil estabelecer a separação entre um e outro. Por isso, as falhas que apresentava a administração

pública, automaticamente eram atribuídas à Frente de Libertação Nacional.

O primeiro sintoma de que o descontentamento dos jovens estava fugindo ao controle foram as manifestações de outubro de 1988. Naquela ocasião, depois de uma série de paralisações em várias zonas industriais do país, os jovens ocuparam as ruas de Argel para protestar contra o aumento do custo de vida e o desemprego. O dedo dos muçulmanos integrantes já estava por trás dos conflitos, que deixaram como saldo o saque de várias repartições públicas e a destruição de muitos carros.

As desordens foram reprimidas com rigor por um governo desacostumado a lidar com problemas internos desse tipo. O número de vítimas fatais foi calculado em 170 pelos organismos oficiais e em mais de 500 pelos militantes integrantes.

Foram esses protestos que detonaram as mudanças políticas impulsionadas por Chadli Bendjedid pouco tempo depois. Num discurso transmitido pela televisão, o presidente assumiu o compromisso de promover uma profunda reforma política e econômica. Essa promessa conseguiu acalmar os ânimos e pôr fim ao levante, que já tinha se estendido a outras cidades.

Mas, de novo, a máquina burocrática

retardou o processo de mudanças. Acusado de não promover as reformas com suficiente velocidade, caiu o primeiro-ministro que Chadli tinha nomeado depois dos incidentes, Kasdi Merbah.

Mulud Hamrouch, seu sucessor, depois do anúncio da aprovação do pluripartidarismo em julho de 1989, legalizou todas as organizações que pediram registro e preparou as eleições de junho passado. Ao mesmo tempo, apresentou o projeto de criação de sociedades mistas, com aceitação do ingresso de capitais estrangeiros em determinados campos da produção.

Os militares desconfiam – O caminho para uma democracia representativa ao estilo ocidental parecia irreversível na Argélia, pelo menos formalmente. Mas a vitória da Frente Islâmica de Salvação pode alterar o rumo desse processo, pois seus seguidores são acusados de usar estilos antidemocráticos para impor seus pontos de vista.

Foi significativa nesse sentido a reação dos movimentos de mulheres de vários países do Terceiro Mundo e também da Europa diante da vitória eleitoral dos fundamentalistas. "Me dá um frio na espinha só de pensar no risco que correm as mulheres na Argélia a partir de ago-



As reformas promovidas pelo presidente Benjedid (esquerda) não foram suficientes para impedir a vitória da organização liderada por Abassi Madani (direita)

A vitória da FIS

A Frente de Salvação Islâmica (FIS) venceu em 45 das 48 *wilayas* (províncias) da Argélia nas eleições de 12 de junho passado. Metade das cidades argelinas está agora sob controle dos fundamentalistas, entre elas Argel, Constantine, Orã e Annabe. Só Kabilia – onde mais de 80% da população acataram a orientação do seu líder histórico exilado, Hocine Ait Ahmed, e se absteve de votar, e o restante optou pela Associação pela Cultura e a Democracia (RCD), de Said Saad – escapou da onda avassaladora dos integristas.

O fato de que correntes democráticas, como a Frente de Forças Socialistas, de Ahmed, tivessem boicotado as eleições (que tiveram um índice de 40% de abstenção, a nível nacional) foi assinalado pelos observadores como uma das causas da explosão eleitoral do FIS, que praticamente monopolizou a oposição à Frente de Libertação Nacional (FLN).

“Os resultados da eleição eram previsíveis”, comentou o líder máximo do FIS, Abassi Madani, um professor de Filosofia de 59 anos, educado em Londres. E acrescentou: “As eleições marcam o começo de uma mudança extraordinária na Argélia”.

Para um homem como Madani, que reconhece como única lei a *Sharia* islâmica, ou seja, a do Corão, essa mudança implica a “perseguição aos corruptos e negligentes”, o regresso ao “Estado islâmico” anterior à chegada dos colonizadores à Argélia e a implantação de um modelo inspirado nas interpretações mais retrógradas da cultura do Oriente Médio.

Alguns estudiosos da sociologia e da história árabes consideram que a ideologia anticolonial dos integristas argelinos se nutriu das desigualdades sociais que a gestão socializante da Frente de Libertação Nacional não conseguiu superar e do descontentamento dos jovens que ficavam excluídos do sistema escolar antes da implantação do idioma árabe em todas as escolas e no ensino secundário, quando foram levados para Argélia professores de vários países do norte da África e do Oriente Médio.

As idéias nacionalistas árabes radicais teriam sido introduzidas na Argélia nos anos 70, por cooperantes, sobretudo da Síria e do Egito, que se somaram às fracas correntes fanaticamente religiosas já existentes no país.

ra”, comentou Michelle André, vice-ministra dos Direitos da Mulher na França, quando soube dos primeiros resultados parciais divulgados em Paris.

Por outro lado, está o problema das forças armadas argelinas. Mais de 80% dos oficiais superiores foram formados na União Soviética e muitos deles também estudaram na França, Grã-Bretanha, Itália e até nos Estados Unidos. As for-

um respeito total à hierarquia, é indiscutível que o discurso dos fundamentalistas é de difícil assimilação nos quartéis argelinos.

O líder da FIS, Abassi Madani, tomou a iniciativa de colocar o problema: “O exército deve se abster de qualquer tentativa de golpe de estado”, disse num comício de fim de campanha. E acrescentou: “Porque se os militares voltam a sair dos quartéis, também sairemos nós, homens e mulheres, que formaremos o exército islâmico, a serviço da causa de Maomé, o profeta de Deus”.

Com o antecedente das verdadeiras



O crescimento do integrismo ameaça conquistas das mulheres argelinas, como o direito a trabalhar fora de casa e ir à Universidade

ças armadas da Argélia nasceram das forças guerri-lheiras da Frente de Libertação Nacional, que travaram a guerra contra o exército francês.

Depois da independência, também elas estiveram intimamente vinculadas ao poder, ao ponto de que tanto o coronel Boumedienne (morto em 1978) quanto Chadli Benjedid, que era o comandante militar de Orã, tivessem chegado à presidência por indicação dos oficiais, acatada e ratificada pelos mais altos organismos da FLN.

Embora Chadli tenha se esforçado em profissionalizar os militares, impondo inclusive o grau de general e

hordas humanas, principalmente de menores de 18 anos, que o aiatolá Khomeini enviava à frente de combate durante a guerra com o Iraque – que iam para uma morte certa inflamados pela promessa da conquista da graça eterna – a advertência do presidente da FIS, que se inspira no exemplo iraniano, não é nada desprezível.

Uma sangrenta guerra civil poderia ser a consequência direta de uma intervenção militar que tente reconduzir o processo de abertura política na Argélia por canais independentes da influência fundamentalista.

Por essa razão, os observadores estão comentando que se criou uma situação curiosa: a Frente de Libertação Nacional, que foi duramente questionada nas urnas, é agora vista como o único partido capaz de conter, no plano político, o avanço esmagador dos fundamentalistas islâmicos argelinos.



Mathieu Kérékou, do Benin (esq.); Houphouet Boigny, da Costa do Marfim; Mobutu Sese Seko, do Zaire, e Omar Bongo, do Gabão

O crepúsculo dos reis

Os jovens que não viveram a etapa colonial saem às ruas dos países africanos de língua francesa para exigir o fim do regime de partido único, liberdade de expressão e a substituição dos políticos corruptos

Paul Bernetel

Num momento em que a França comemora o quinquagésimo aniversário da entrada do general Charles De Gaulle para a história (18 de junho de 1940¹), um dos legados mais invejáveis do *gaullismo* – a descolonização pacífica de mais de 20 países da África de língua francesa – se desmorona sob o olhar ansioso de Paris.

A chamada África “moderada” atravessa uma espécie de crise existencial, cujo desfecho ninguém pode prever. Um destino inesperado para um grupo de nações que durante quarenta anos foi considerado pela França como um exemplo de um projeto bem-sucedido.

O desenvolvimento tranquilo que tiveram as ex-colônias francesas se baseava principalmente em três pilares: a descolonização sem dramas, uma zona monetária única (com uma moeda conversível no mundo inteiro) e os acordos de cooperação com Paris em todos os campos (educação, saúde, defesa, etc.).

A resultante dessas três forças garantiu à África francófona uma estabilidade e crescimento que davam inveja aos países vizinhos de língua inglesa e portuguesa. Também proporcionou uma estabilidade que evitou que as fronteiras desses países fossem ameaçadas pelas ambições territoriais dos vizinhos do norte.

Esse panorama não se alterou com a chegada da esquerda ao poder na França, após a vitória de Mitterrand em 1981. O governo socialista não introduziu nenhuma mudança na política tradicional da chancelaria francesa em relação à África. A palavra de ordem foi garantir a continuidade. Mas o que era um motivo de orgulho no início da década de 80, se transformou hoje num pesadelo para os responsáveis pela política africana da França.

De fato, a análise excessivamente conservadora e burocrática da realidade desse conjunto de nações impediu que Paris percebesse as sutis mudanças que se gestavam na África de expressão fran-

cesa. Hoje em dia, a maior parte da população desses países está formada por uma geração que não conheceu o período colonial. E as equipes que governam essas nações não souberam ou não quiseram garantir a renovação política.

Por outro lado, a crise mundial e o endividamento das nações africanas há algum tempo estão comprometendo seriamente seu crescimento, paralisado na maior parte delas a partir de 1984. E os planos do Fundo Monetário International (FMI) e dos grandes bancos internacionais, “vendidos” como receitas milagrosas para sair do poço, estão sendo cada vez mais questionados pelas populações, suas principais vítimas.

Em busca de renovação – Por não ter estado atento a essa realidade, o governo francês sente agora que a “sua” África está fora de controle e trilhando caminhos que podem levá-la ao que a ex-metrópole considera uma aventura.

De fato, o que está ocorrendo na África de língua francesa é que as mudanças democráticas no Leste europeu – em países nos quais também se vivia sob o regime de partido único – estão sendo acompanhadas com o máximo interesse pelas novas gerações. Como nos países socialistas, os jovens das ex-colônias francesas da África fizeram da liberdade de expressão e do pluripartidarismo suas

principais bandeiras. E reivindicam o afastamento dos burocratas ineficientes e dos maus políticos.

No Senegal, Benin, Gabão, República Centro-Africana e Zaire se sucedem as greves e manifestações e as ruas se transformam em cenário de episódios sangrentos. No Gabão e Zaire, os presidentes Omar Bongo² e Mobutu Sese Seko têm cedido, em parte, às reivindicações populares. Decretaram o fim do regime de partido único e abriram caminho para medidas concretas que estabeleçam o pluripartidarismo.

Ao dar esses passos, sua expectativa era acalmar os impacientes e poder controlar a evolução dos acontecimentos. É difícil saber se conseguirão esse objetivo.

Em Benin, um país cujo governo se define marxista-leninista, o presidente Kérékou avançou ainda mais. Num brevíssimo lapso de tempo, essa pequena nação da costa atlântica africana abandonou o marxismo, adotou o pluripartidarismo e instaurou a econo-



Charles De Gaulle: ideólogo de um modelo que começa a naufragar

mia de mercado. Esse giro de 180 graus mostra o esforço do presidente beninense para adaptar-se às exigências da juventude de seu país.

O último exemplar – De todas as ex-colônias francesas da África, sem dúvida

a que vive a situação mais dramática é a Costa do Marfim, apesar de ter sido durante longo tempo o exemplo, a vitrine do desenvolvimento alcançado pelos países que se tornaram independentes de Paris no pós-guerra.

O presidente, Félix Houphouet Boigny, de 86 anos, é o último representante de uma espécie em extinção: a dos dirigentes africanos que viveram a época colonial e o nascimento de seus países para a vida independente.

Chefe de Estado da Costa do Marfim, sem interrupção, desde a independência (1960), nesses 30 anos que exerceu o poder – sem restrições – sempre contou com a admiração de seus subordinados e inclusive dos adversários. Com qualidades que todos reconhecem, pôde garantir ao país a estabilidade e o desenvolvimento, num contexto de paz e diálogo.

Pode-se dizer que até 1985, o balanço da sua gestão foi altamente positivo. Teria sido o momento oportuno de deixar o governo e conduzir sabiamente a suces-

BENIN

Com 112.662km² de extensão, Benin tem 4.040.000 habitantes (36 por km²).

A capital é Porto Novo. Os beninenses são originários de 60 grupos étnicos, sendo os *fon* os majoritários (47%).

Oitenta por cento da população praticam os cultos africanos, 12% são muçulmanos e 8% católicos.

Sua dívida externa chegava em 1985 a 676 milhões de dólares.

Existe um médico para cada 14.400 pessoas e 72% da população são analfabetos.

Seus principais produtos são: óleos vegetais, algodão e calçados.

Tornou-se independente da França em 1º de agosto de 1960.

COSTA DO MARFIM

Sua extensão é de 322.463km² e possui 10.160.000 habitantes (32 por km²). A capital é Abidjan. A população é originária, basicamente, de cinco grupos étnicos. Dois terços dos ebúrneos praticam os cultos tradicionais, 23% são muçulmanos e 12%, católicos.

Em 1985, sua dívida externa era de 5,7 bilhões de dólares.

Existe um médico para cada 5,7 bilhões de pessoas e 65% da população não sabem ler ou escrever.

Seus principais produtos de exportação são: cacau (maior produto mundial), café, derivados do petróleo.

Tornou-se independente em 7 de agosto de 1960.

GABÃO

Com 267.667km² de extensão, o Gabão tem 1.170.000 habitantes, dos quais mais da metade de origem bantu. A população está subdividida em vários grupos étnicos (*galoas*, *nkomis*, *irungus* e outros). Cerca de um-terço é constituído por *fangs* e *kwelws*.

A religião majoritária, porém, é a católica. A capital do país é Libreville.

A dívida externa gabonesa ascendia a 1,5 bilhão de dólares. Possui um médico para cada 3.070 habitantes e 87,6% da população são analfabetos.

Seus principais produtos são: óleo cru, minerais não-ferrosos e madeiras.

No dia 17 de julho de 1960 se tornou independente da França.

ZAIRE

Tem uma extensão de 2.345.409km² e 30.850.000 habitantes (13 hab. por km²). A capital é Kinshasa.

O povo zairense está formado por mais de 200 grupos étnicos.

A maioria pratica cultos tradicionais africanos, existem 40% de católicos e minorias islâmicas no norte.

Sua dívida externa era de 4,8 bilhões de dólares em 1985. Possui um médico para cada 13.790 habitantes e 45,5% da população são analfabetos. Seus produtos mais importantes são: cobre, petróleo, café e diamantes.

Sua independência da França ocorreu em 30 de junho de 1960.

Fonte: Guia do Terceiro Mundo

Democracia em troca de ajuda

Realizada no balneário francês de La Baule, em fins de junho, a tradicional reunião de cúpula anual entre os chefes de Estado africanos e franceses transcorreu num clima particularmente tenso.

As aspirações democráticas dos povos africanos têm se manifestado com tal violência nos últimos tempos que já não era possível para o presidente Mitterrand ignorá-las.

Na cerimônia de encerramento, presidida conjuntamente por Mitterrand e pelo chefe de Estado gabonês, Omar Bongo – cujo país será sede da reunião de cúpula de 1991 – a França deixou a entender claramente que daqui para frente sua política de ajuda será estabelecida em função da evolução do processo democrático de cada parceiro africano.

O multipartidarismo já foi ou está a caminho de ser implantado na Costa do Marfim, Benin, Gabão, Senegal, Zaire

e Camarões, com algumas nuances de um país para outro. E Paris já avisou que não concederá mais ajuda (a maior dada por um país ocidental, em relação ao seu PNB) aos regimes autocráticos que a usufruíram até o momento.

A França pretende ser a porta de entrada da África ao grande mercado europeu unificado que será criado a partir de 1993. Os países da Europa continuarão a ser os principais compradores das matérias-primas que a África exporta e que hoje, por causa da saturação do mercado, têm os seus preços em constante queda. Finalmente, o presidente francês deu a conhecer sua decisão de não limitar seus contatos aos partidos que estão no governo. Nesse sentido, já deu instruções ao Partido Socialista de organizar reuniões com a oposição africana. E deixou claro que, ainda contra sua vontade, os dirigentes africanos têm de entrar em sintonia com os ventos de abertura, se querem continuar se beneficiando da ajuda e cooperação francesa.

(P.B.)

são. A conjuntura era favorável, pois contava com altos índices de popularidade, tanto na África como entre as nações industrializadas.

Mas não foi isso que fez. E além do desgaste natural de três décadas de governo, ocorreu uma série de fatos que interferiram no seu caminho:

• A situação econômica começou a se deteriorar com a queda dos preços do cacau, produto do qual a Costa do Marfim é o primeiro produtor mundial, e com o peso da dívida externa (14,5 bilhões de dólares, a maior dívida per capita do continente africano);

• O regime ficou virtualmente isola-

do, em termos políticos, pela forma absolutista como Boigny insistiu em governar, cercado de assessores questionados pela população;

• O governo cometeu, além disso, erros evitáveis, que aumentaram seu desgaste diante do povo. O mais óbvio deles foi a construção, em Yamoussoukro, aldeia natal de Boigny³, da maior basílica da África, num país que, além de estar numa séria crise, possui 40% da população de religião islâmica. Este exemplo mostra o progressivo distanciamento do regime da realidade que o cercava, um erro que acabou sendo fatal.

Agora Houphouet Boigny anuncia todos os dias que vai se retirar e promete instalar o pluripartidarismo, mas nunca passa das palavras à ação. Os estudantes foram os primeiros a questionar a legitimidade de sua permanência no poder. Depois foram os professores e mais tarde os

próprios militares aderiram ao grupo dos descontentes. A cada dia, o mal-estar aumenta. Sua popularidade diminui, seu discurso contraditório cai no descrédito.

É difícil acreditar que Boigny realmente esteja disposto a se afastar do poder, quando se fez reeleger pela sétima vez presidente da República. Mas ele alega que escolheu o vice-presidente já pensando em que este deverá substituí-lo dentro de pouco tempo.

O país, paralisado, vive um estado de letargia, num período de ansiedade, enquanto os investidores esperam, alertas. O velho dirigente busca uma saída. Por muito tempo alvo de uma especial consideração por parte da França e demais potências europeias, Boigny é hoje um chefe de Estado debilitado e criticado pela juventude. Para as novas gerações, a época do reinado dos governantes inquestionados tem que chegar ao fim. •

¹O dia 18 de junho de 1940 marca o histórico discurso de De Gaulle na BBC de Londres, pedindo ao povo francês para não abandonar a luta e continuar a resistência, contra a posição de Pétain, que defendia um armistício com a Alemanha.

²O presidente Omar Bongo foi responsabilizado pela população do Gabão pelo assassinato do líder da oposição Joseph Redjimbe, ocorrida no dia 23 de maio. Redjimbe foi encontrado morto no quarto de hotel onde tinha ido se encontrar com uma mulher, que desapareceu. Sua morte provocou uma verdadeira rebelião popular contra o regime de Bongo.

³O Gabão, a menor nação integrante da Opep, modificou sua Constituição na última semana de maio, adotando o pluripartidarismo. As primeiras eleições com as novas regras de jogo políticas foram marcadas para setembro.

⁴O presidente Boigny tentou transferir a capital do país para Yamoussoukro, mas o projeto foi rejeitado pelo Parlamento.



Costa do Marfim: o governo enfrenta uma onda de protestos populares

Um elemento novo

Benjamin Beit-Hallahmi

Desde meados da década de 1980, a população de Israel diminui permanentemente porque muitos cidadãos emigram, sobretudo os jovens, e poucos judeus da diáspora chegam ao país. O governo discute o problema, que chama de "a questão demográfica", utilizando um eufemismo para disfarçar sua verdadeira preocupação: a possibilidade de que em pouco tempo os árabes sejam maioria. Um estudo realizado pelo



A extrema-direita israelense continua pensando que voltará a ocorrer uma onda de consciência sionista no mundo

A imigração de judeus soviéticos muda o perfil demográfico e altera a vida política israelense

governo em 1986 revelou que de todas as crianças nascidas durante a década anterior em Israel e nos territórios ocupados, 56% eram palestinas. Esse levantamento demonstrava também que, no ano 2000, 43% de todos os palestinos viverão sob jurisdição de Israel.

O governo de Telavive viu na imigração maciça de judeus soviéticos a solução para esse sério desafio demográfico. Mas a resistência dos judeus soviéticos em irem para Israel e sua preferência pelos Estados Unidos inflingiram uma grande derrota ideológica para Israel. Ninguém teria sido capaz de prever uma afronta pública tão grande, nem uma rejeição tão contundente ao sionismo.

Os judeus soviéticos receberam vistos para viajar à sua "pátria" (segundo constava nos documentos oficiais que lhes foram entregues), mas preferiram uma nova diáspora, dessa vez mais atraente.

Determinar qual será o fluxo imigratório que Israel receberá nos próximos anos é impossível. O que se pode fazer, não obstante, é traçar com segurança uma projeção dos limites máximos que esse movimento poderia alcançar. Os índices mais confiáveis são os

que foram elaborados pelas fontes mais conservadoras.

Atualmente, vivem em território soviético aproximadamente um milhão e 800 mil judeus. De todos eles, cerca de um milhão provavelmente emigrarão nos próximos 10 anos. A metade, com certeza, não irá para Israel. Isto nos deixa um número aproximado de 500 mil pessoas. O impacto que só a metade deste número produziria na sociedade israelense seria grande.

O total de imigrantes em 1989 foi de 13 mil pessoas. Um número menor que o dos israelenses que saíram do país rumo aos Estados Unidos, África do Sul ou Canadá. Só um pequeno grupo de ultradireitistas continua pensando que voltará a se produzir uma onda de consciência sionista em todo o mundo que levará um milhão de novos judeus a Israel para povoar a Cisjordânia.

Os EUA fecham as portas – Uma surpreendente mudança no destino do sionismo ocorreu como resultado das novas políticas migratórias aplicadas na URSS e nos Estados Unidos. Enquanto os soviéticos abriam suas fronteiras para os judeus que iam embora, os Estados Unidos fechavam as suas ao êxodo. A partir do primeiro dia de outubro de 1989, os judeus soviéticos não puderam utilizar mais os vistos de Israel para emigrar para os Estados Unidos.

O número de judeus soviéticos autorizados a entrar nos Estados Unidos foi limitado a 40 mil por ano. O restante, tinha que ir, efetivamente, para Israel.

Essa enorme corrente imigratória para Israel implica uma mudança no equilíbrio da população e complica a chamada "questão demográfica". Na discussão do problema se fazem duas comparações. Primeiro, a proporcionali-

dade de árabes e judeus dentro do território de Israel e, segundo, essa mesma proporcionalidade não só em Israel como na área total, somados os territórios ocupados.

O percentual de judeus em ambos os casos está diminuindo, ainda que não de forma drástica, desde 1967. Um aumento considerável de 400 mil judeus israelenses até 1995 (incluindo o crescimento vegetativo normal e a imigração soviética e não-soviética) alteraria significativamente o quadro.

A atual onda imigratória acelera a chegada do momento no qual a maioria de todos os judeus do mundo viverá no Estado de Israel, o que deverá ocorrer por volta do ano 2000.



A maioria sefardita apóia os "falcões" do Likud, como Yitzhak Shamir, (ao lado) e sua política de não negociar com os palestinos nos territórios ocupados (acima)



Se chegará a esse momento crucial da história do sionismo porque o total de judeus em todo o mundo é cada vez menor, independente do parâmetro que se tome para determinar "quem é judeu". No começo do terceiro milênio não haverá mais de 10 milhões.

Mas há outros aspectos da "questão demográfica" em Israel que serão afetados, como, por exemplo, a proporção de judeus sefarditas¹ e de judeus religiosos. Até o momento, os judeus sefarditas, que não chegam a representar 20% do total mundial, são maioria dentro de Israel.

Do total de cidadãos israelenses, 15%

nasceram em países árabes. E seus filhos representam 40% da população atual do país. Esse núcleo demográfico tem características sócio-culturais próprias. Compõe o escalão mais baixo em termos de renda e educação e apóia o Likud. Setenta por cento do total dos votos desse partido provém desse grupo, que respalda também outras agrupações de extrema-direita religiosa, como o Shass.

Estes dados indicam que a política israelense está assumindo características tribais e que a maioria sefardita mantém um comportamento autoritário e tradicionalista, enquanto que a minoria

ashkenazi² apóia majoritariamente o Partido Trabalhista e outras organizações situadas à esquerda do Likud.

Na concepção cultural predominante em Israel, os judeus soviéticos são "ocidentais". A maioria está composta por judeus brancos, cujos filhos tocam violino e jogam xadrez.

Não podemos nos esquecer de que na União Soviética os judeus são a minoria étnica mais bem educada, com uma importante presença no Partido Comunista e destacados representantes nas artes, na ciência e nos meios de comunicação, tal como ocorre nos Estados Unidos. Ao



Manifestação nos EUA pedindo que a URSS permita a emigração de judeus soviéticos

assumir sua recém-adquirida condição de cidadãos israelenses, os judeus soviéticos não são sionistas, nem praticam a religião e assumem uma atitude pragmática no terreno político.

Sua chegada a Israel, contrariando as expectativas da direita, inclinará a balança demográfica a favor dos *ashkenazis* que passarão a ser maioria também em Israel. Isso implica menos poder para os

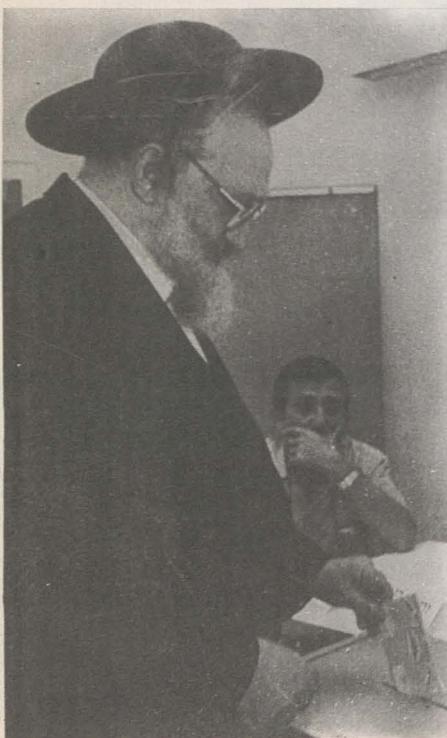
partidos religiosos de extrema-direita, ainda que os novos imigrantes assimilem – como certamente vai acontecer – a ideologia hegemônica em Israel. A maior dúvida agora é se esses novos cidadãos israelenses passarão a engrossar a campo dos “falcões”, ou seja, dos que defendem a linha dura em relação à questão palestina.

Por ora, os militantes do Partido Trabalhista se sentem muito otimistas com a perspectiva de ganhar a simpatia dos recém-chegados.

Os novos imigrantes não serão assentados na Cisjordânia, região onde atua a organização religiosa *Gush Emunim*³. Pelo contrário, muitos deles irão viver nos subúrbios de Jerusalém. E se forem para os territórios incorporados por Israel depois da guerra de 1967 será em busca de ofertas de trabalho e de casa, e não por motivos ideológicos.

Repetição do cenário de 1930 – A imigração de judeus da URSS na década de 90 pode repetir a situação criada nos anos 30, quando chegaram grandes contingentes de judeus alemães para se instalar no território da antiga Palestina. Eram 250 mil pessoas, na maioria laicas. Sua presença teve como resultado uma verdadeira revolução na comunidade judia da Palestina e permitiu a vitória do sionismo em 1948.

Para muitos judeus formados culturalmente na Europa, a chegada dessa



Ortodoxos: um setor de peso na sociedade

nova corrente imigratória reatualiza o sonho de voltar às condições prévias a 1977, ou inclusive ao perfil do país antes de 1967. Também cria novas condições para a preservação da identidade israelense tradicional, baseada na maioria sefardita, amante da música clássica e da literatura europeia.

Esse cenário pode parecer demasiado idílico. De fato, se deixaram de lado nessa análise as possíveis consequências negativas da imigração. Poderia, por exemplo, ocorrer uma reação da comunidade sefardita, que expressaria o ressentimento dos mais humildes pela eventual facilidade que os novos imigrantes encontrariam para desfrutar dos benefícios do estilo de vida da elite de Israel, graças aos programas de ajuda do governo.

Também poderia acontecer o contrário: que se entrasse num período de crise em função da incapacidade do governo de oferecer fontes de trabalho e moradias para os recém-chegados. Ambas as hipóteses são possíveis, mas por agora é difícil saber qual delas ocorrerá.

Este novo êxodo continuará a revolução demográfica do século XIX, que levou os judeus da Europa do Leste para o Novo Mundo, e que agora os conduz ao Estado de Israel.

Em 1988, a maioria dos judeus da diáspora – 77% do total – vivia nos Estados Unidos e na União Soviética. Em dez anos mais, a metade desse total poderá estar vivendo em Israel. Isso representaria uma vitória acidental do sionismo, já que os imigrantes se dirigem a Israel por não ter outra opção melhor.

Seja como for, não deixa de significar uma vitória e um ponto de partida para uma mudança na auto-estima nacional de Israel, que está em crise desde 1973, quando chegou ao fim sua última grande corrente migratória.

¹Sefarditas: judeus provenientes dos países do norte da África e Oriente Médio e uma parte da península ibérica

²Ashkenazi: judeus originários da Alemanha, países da Europa Oriental (principalmente Polônia) e União Soviética

³Gush Emunim: Grupo religioso ortodoxo, que promove o estabelecimento de colônias nos territórios árabes ocupados

Vida amarga

Uma delegação israelense descobre numa visita à Cisjordânia uma realidade que ignorava

Rayna Moss*

A entrada do orfanato "Al-Amari", em Abu Dis, uma pequena cidade situada a poucos quilômetros de Jerusalém, fomos recebidos por Liana, uma menina de três anos. A história de Liana é um espelho do que é a vida dos palestinos sob a ocupação de Israel.

O pai de Liana estava cumprindo uma sentença de 18 meses de prisão, acusado de pertencer à Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Quanto à mãe, nos últimos quatro anos foi sancionada com 18 meses de prisão domiciliar, durante a noite, e proibida de ultrapassar os limites da cidade. Esse regime de prisão vigorou também durante sua gravidez.

Naquela época, quando perguntou o que devia fazer se o trabalho de parto começasse durante a noite, as autoridades militares responderam que deveria pedir ao comando israelense uma autorização para abandonar a cidade e dar entrada na maternidade mais próxima, situada a alguns quilômetros de distância.

Gracias a uma grande campanha, Liana não nasceu numa cela. A mãe anunciou que não ia pedir permissão para dar à luz e se esperava, portanto, que fosse detida por desrespeitar o seu regime de prisão.

Dirigente do Movimento de Mulheres Palestinas nos Territórios Ocupados e líder sindical, a mãe de Liana nunca conseguiu permissão para ir aos vários



Os palestinos dos territórios ocupados estão sujeitos a um permanente controle das forças israelenses (ao lado, soldados interrogam uma família de um acampamento de refugiados em Nablus)

congressos internacionais aos quais foi convidada.

Paradoxalmente, seus frutíferos esforços para conseguir a união das mulheres palestinas com as ativistas israelenses a transformaram num alvo da repressão. Atualmente, cumpre seu quinto período sob prisão administrativa com proibição de deixar a cidade.

Descobertas surpreendentes – A visita da delegação israelense se estendeu até a casa da tia de Liana, Fátima, também sob o mesmo regime de prisão. Não contentes em ter limitado os movimentos de Fátima, impedindo-a de ir à escola onde dava aulas, as autoridades militares a demitiram, sob o argumento de que ela tinha abusado de sua posição, incitando seus alunos e conversando sobre política com eles. As crianças tinham entre seis e sete anos.

A perseguição contra Fátima começou em 1980, quando participou de uma greve de três meses realizada nas escolas públicas para exigir o reconhecimento do direito à sindicalização. Desde então, suas qualificações como professora de língua e literatura árabe começaram a ser ignoradas e lhe destinaram trabalhos de menor importância na escola primária.

Para alguns dos membros da delegação, essa visita à Cisjordânia foi reveladora de uma ocupação desconhecida pela opinião pública israelense. Para muitos deles, foi difícil aceitar que um co-

mandante militar tivesse semelhante poder sobre a vida das pessoas, a ponto de poder lhes negar o direito de visitar parentes que vivem a cinco minutos do lugar. Os exemplos desse arbitrário poder se sucediam: o teto da casa de Fátima estava em condições lamentáveis de conservação, simplesmente porque as autoridades militares não autorizavam a família a fazer as reformas necessárias.

Os visitantes perguntaram a Fátima como tinham reagido seus parentes e amigos diante da sua prisão domiciliar. "Os que sempre estiveram ligados a mim e apoiam minhas atividades, se aproximaram ainda mais. Em compensação, os que não eram tão chegados, se afastaram".

Os membros do grupo se ofereceram para fazer contatos com organizações dos direitos humanos, escrever cartas e preparar atos de protesto. A campanha dentro de Israel já começou. Participam dela dezenas de figuras nacionalistas, o sindicato ao qual Fátima pertence, o comitê de mulheres e também sindicalistas democratas israelenses.

Se a campanha fracassar, quase certamente Fátima não conseguirá voltar às salas de aula, pelo menos até que acabe a ocupação da Cisjordânia. Tal como era esperado, seu regime de prisão domiciliar foi renovado novamente por mais seis meses.

*TWN/ Rayna Moss fez parte da delegação israelense mencionada no artigo.



A redução de armamento na Europa obriga a indústria bélica a procurar novos mercados

Um negócio obscuro

Pablo Piacentini

Um arsenal gigantesco aponta para o Terceiro Mundo. Trata-se dos equipamentos bélicos que ficaram ociosos depois dos acordos entre os Estados Unidos e a União Soviética, após as negociações de Viena sobre redução de armamentos convencionais. Calcula-se que serão mais de 40 mil tanques, muitas centenas de aviões de combate e uma infinidade de armas pesadas e leves.

Isso não é tudo. O fim da guerra fria e a redução dos aparelhos militares das duas superpotências e de seus aliados na Otan e no Pacto de Varsóvia – que se está perfilando com intensidade inimaginável há um ano – está reduzindo drasticamente a demanda de equipamentos bélicos por parte do Norte industrializado do planeta.

As indústrias militares de todo o mundo estão, assim, enfrentando uma forte retração da demanda. Apesar dos seus esforços desesperados para conver-

ter parte de sua infra-estrutura para fins civis – um processo lento e difícil –, elas tentarão, paralelamente, expandir suas exportações para os mercados restantes, ou seja o Terceiro Mundo, pelo menos num futuro próximo.

Destino incerto – A combinação de ambos os fatores insinua uma perspectiva inquietante para os países subdesenvolvidos: “As armas que deverão ser retiradas da Europa, poderão ser cedidas gratuitamente ou a custo muito baixo fora da região, acirrando as tensões em outras partes do mundo”.

A previsão de Yasushi Akashi, subsecretário geral das Nações Unidas para as atividades de desarmamento, se baseia em que até o momento ninguém sabe qual o destino que Washington e Moscou darão às armas excedentes no cenário europeu.

“É portanto urgente que Leste e Oeste cheguem a um acordo sobre o destino dessas armas, assegurando que sejam distribuídas ou que a indústria militar

A redução dos aparelhos militares dos Estados Unidos e União Soviética, e por extensão, da Otan e Pacto de Varsóvia, deixa à deriva uma enorme quantidade de armamento, que poderá ser canalizada, a baixos preços ou até de forma gratuita, justamente para as regiões mais conflitivas do planeta

seja reconvertida para fins civis. Em nenhum caso, esse armamento deve ser transferido aos países do Sul”, disse Akashi a **terceiro mundo** em Florença, onde se celebrou entre 25 e 28 de abril uma conferência organizada pelo Fórum para os Problemas da Paz e da Guerra.

Tal preocupação se justifica porque, como afirmou na conferência o especialista sueco Herbert Wulf, já foram verificadas transferências gratuitas.

“Os Estados Unidos – disse Wulf – ofereceram, gratuitamente, centenas de tanques ao Egito, que só terá que pagar o custo do transporte. A Washington convém dá-los para não pagar por sua destruição. Por sua vez, no ano passado, a República Democrática Alemã deu a Etiópia 152 tanques de fabricação soviética. Não chegou a entregar os 48 que faltavam para completar os 200 prometidos, somente porque o governo caiu antes.”

Wulf apresentou um estudo no qual se mostra que nos últimos anos o comércio internacional de armas observou uma

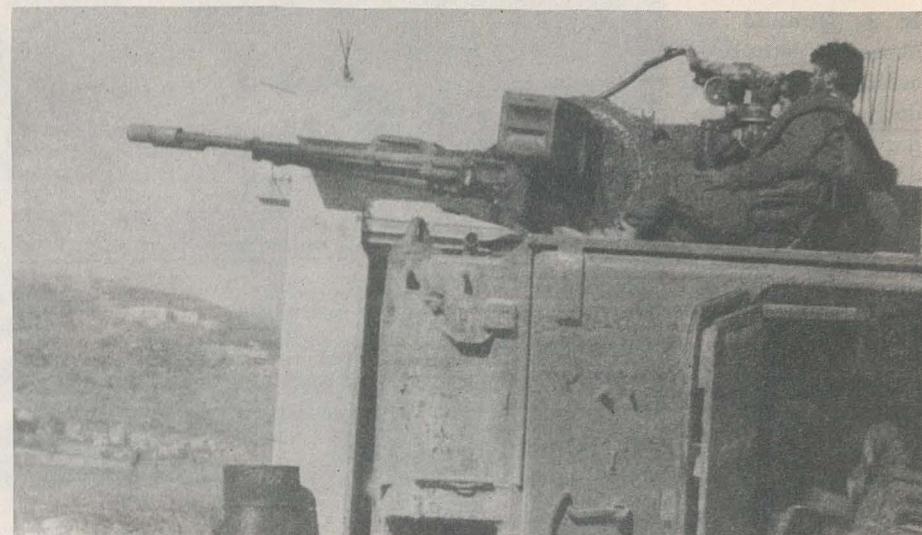
queda, depois de uma longa onda de crescimento, em particular na década de 70.

"Nos últimos 10 anos, as cifras do comércio mundial das principais armas convencionais oscilaram entre um mínimo de 30 bilhões de dólares em 1980 e um máximo de 39 bilhões em 1987, que foi um ano excepcional. Mas no final dos anos 80, as exportações haviam baixado ao nível de 1980."

A queda foi o resultado da diminuição das compras por parte do Terceiro Mundo, já que no mesmo período cresceram as aquisições dos países industrializados, principalmente dos membros da Otan.

Mas essa diminuição "nada teve a ver com uma hipotética e consciente política de desarmamento, nem foi consequência de medidas para controlar a transferência de armamentos. Se deveu exclusivamente à escassez de dinheiro nos principais países importadores, ao final da guerra Irã e Iraque e ao aumento da produção nacional em vários países do Terceiro Mundo".

Wulf acrescentou que era de se espe-



O armamento deixado ocioso poderá ser canalizado para as regiões em conflito

rar que, ao menos no começo da década de 90, devido à gigantesca dívida externa dos países subdesenvolvidos e à continuação da crise econômica, a venda de armas ao Terceiro Mundo prosseguirá com tendência à queda.

Mas a distensão Leste-Oeste e a redução do armamento no cenário europeu, apesar da sua histórica projeção e dos benefícios universais que trarão, poderiam paradoxalmente reverter essa tendência.

Naturalmente, é improvável – à parte alguma exceção – que o Sul aumente o valor de suas importações. O temor dos especialistas reside em que, devido à concorrência desenfreada da indústria da guerra, assim como à abundância de armas deixadas à deriva pela distensão Leste-Oeste, estejam à disposição dos potenciais compradores equipamentos bélicos mais baratos, com créditos suaves e em não poucos casos gratuitos.

Dessa forma, poderia haver um grande crescimento quantitativo das aquisições, sem que aumentasse o valor das compras dos mortíferos artefatos.

Ofertas tentadoras – As previsões revelam que, enquanto alguns países poderão encarar com relativa indiferença as tentadoras condições que lhes apresentaram os comerciantes da guerra,

haverá outro grupo que seguramente não desperdiçará a oportunidade.

Akashi indicou o perigo de que os equipamentos bélicos excedentes engrossem o aparato militar de países do Terceiro Mundo onde persistem "disputas tradicionais, históricas, étnicas, religiosas e de outra natureza".

A distensão só resulta em favor da superação das disputas quando suas causas são de tipo ideológico e se inserem na tradicional rivalidade entre as duas superpotências. É este, por exemplo, o caso do Afeganistão.

A maior parte dos conflitos no Terceiro Mundo tem outras origens. Os mais notórios são o confronto árabe-israelense e a crônica rivalidade entre Índia e Paquistão, mas já passam de 30 os conflitos com emprego de armas convencionais que se sucederam de 1980 até hoje.

Em consequência, o temor concreto dos especialistas e de todos os partidários da paz é de que as novas condições derivem em um aumento da transferência de armas, precisamente às zonas de maior tensão. E já que a escalada armamentista é um fator que por si só acirra a tensão entre os países envolvidos, teríamos um "rápido aquecimento" da atmosfera e uma maior possibilidade de conflitos armados em uma série de zonas críticas.



A ONU já está estudando formas de tornar mais transparente o comércio de armas

Falta de controle - Quando se observam estes processos e se pensa no destino ainda incerto das armas que serão desativadas pelo Pacto de Varsóvia e a Otan, talvez o vazio mais importante esteja na ausência de normas internacionais e de controles para a produção e o tráfico de armas convencionais e estratégicas.

De fato, quase tudo o que acontece nesse campo é decidido pelos Estados Unidos e a União Soviética, que são responsáveis por 60% das exportações mundiais de armas. E são também responsáveis pelo fato de nem as Nações Unidas nem outra instituição internacional terem ingerência neste âmbito, no qual até agora privilegiaram as ações unilaterais e os acordos bilaterais.

Embora a tensão Leste-Oeste seja, obviamente, por si só excelente, não há indicações até agora de uma disposição das superpotências de ceder prerrogativas às Nações Unidas neste campo, embora seja possível - e sobretudo desejável - que o novo clima permita alguns avanços.

Como disse Akashi, "as Nações Unidas tentam cooperar para que se preencham alguns vazios deixados após os acordos sobre a retirada de forças militares em diferentes partes do mundo", mas não contam com nenhuma atribuição para a limitação, controle e sequer a verificação do tráfico de armamentos.

Só recentemente se conseguiu a formação de um grupo de especialistas no marco da ONU, que analisará as políticas e as medidas que poderão ser adotadas para assegurar a transparência no comércio internacional de equipamentos bélicos.

A transparência implica meramente o conhecimento de quais países (e empre-



Beirute: devastada por 15 anos de guerra



sas) vendem e compram armas, e não inclui funções de nenhum tipo para a regulamentação deste tráfico.

A conferência de Florença, à qual assistiram especialistas de numerosos

países, inclusive dois funcionários que na União Soviética e Estados Unidos estão encarregados da questão do desarmamento, foi patrocinada pela ONU e pelo governo da Itália, e foi uma instância preparatória e a nível de consulta, de um processo que prosseguirá entre 1990 e 1991.

A meta é que, através da ONU, a comunidade internacional possa garantir a transparência no comércio de armas. Isso

constituiria uma ameaça ao tráfico, assim como um obstáculo às ditaduras ou aos governos que se dobram diante da pressão de suas forças armadas, as quais querem expandir o poder bélico à revelia da opinião pública.

A transparência é, antes de tudo, um assunto de informação, que deve compreender a obrigatoriedade para todos os países de tornarem conhecidos todos os dados das operações de exportação e importação.

Por isso, a instituição de um registro internacional de armas e os mecanismos de verificação foram os instrumentos mais mencionados pelos especialistas.

O resumo dos trabalhos e dos debates apresentados em Florença serão antecedentes que o grupo de especialistas considerará antes de redigir no próximo ano um estudo para o secretário geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar.

Por sua vez, Pérez de Cuellar - se considera que poderá obter consenso - formulará uma série de recomendações à Assembleia Geral da ONU que se reunirá no segundo semestre de 1991.

Se forem aprovadas, as recomendações servirão para institucionalizar algumas formas de transparência no comércio internacional de equipamentos bélicos. Se forem rejeitadas, pelo menos se saberá quais os governos que desejam manter oculto o tráfico de armas.

O único caminho

As sombrias perspectivas do continente africano levaram vários líderes a buscar uma solução para as guerras internas e a adotar uma nova tática de emancipação econômica

A. M. Babu

As mudanças ocorridas na Europa Oriental tiveram grande repercussão na África. Tal como muitos dirigentes africanos previram, o fluxo de capitais europeus tomou o caminho do Leste e abandonou o Sul. Isto tem motivado uma crescente consciência de que a sobrevivência do continente só será viável se forem deixados de lado os custosos conflitos políticos e militares em que está envolvido e se se concentrarem todos os esforços na emancipação econômica.

Essa linha de ação deve ser implementada num mundo que tem mudado drasticamente e já não pode mais ser interpretado a partir de muitas das suposições implícitas no cenário posterior à Segunda Guerra Mundial.

Durante muito tempo, a África se va-

leu do medo da "expansão do comunismo" para obter concessões do Ocidente. O fim da guerra fria acabou com esse recurso diplomático para atuar diante da Europa.

Os recursos vão para o Leste – Historicamente, a relação da África com os países europeus esteve marcada por uma extrema desigualdade: escravidão, colonialismo e intercâmbio comercial favorável às ex-metrópoles¹.

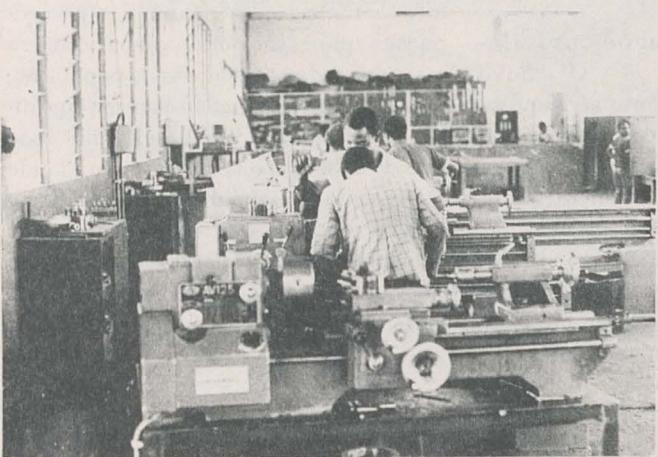
Agora, com a mira dos investidores ocidentais voltada atualmente para o Leste, a situação do continente africano se tornou mais sombria, uma vez que ficará relegado à condição de provedor de matérias-primas baratas. Enquanto isso, os investimentos produtivos se praticarão no Leste europeu, onde o capital estrangeiro pode se beneficiar de mão-de-obra especializada e de uma infra-estrutura industrial já montada.



África: perspectivas sombrias

A velha divisão da Europa beneficiava o Terceiro Mundo, e a África em particular, já que os países socialistas deste continente lhe ofereciam relações comerciais alternativas mais favoráveis que as que podia estabelecer com as nações capitalistas. Mas agora, os novos regimes da Europa Oriental reclamam seu ingresso na Comunidade Econômica Européia (CEE) porque querem participar de sua prosperidade.

Depois da reunião de cúpula de Malta entre os presidentes Bush e Gorbachev, foram transpostos os obstáculos que impediam o ingresso da União Soviética no Gatt (Acordo Geral de Comércio e Tari-



Incrementar a produção industrial e agrícola é um dos maiores desafios dos governos africanos



A guerra é uma das principais causas da pobreza

fas) e com isso Moscou inevitavelmente se prepara para participar do campo dos beneficiários da nova ordem econômica mundial.

Isso significa que a África deverá enfrentar um bloqueio comercial europeu de grande porte, estando numa posição de extrema fragilidade. Enquanto a URSS está em condições de oferecer aos europeus grandes quantidades de matérias-primas que atualmente eles

importam da África, o baixíssimo preço das mercadorias africanas e a falta de experiência desse continente no terreno das negociações internacionais ameaçam condená-lo à pobreza eterna e à inanição.

Esse sombrio panorama levou vários dirigentes africanos à convicção de que urge buscar uma solução para os conflitos internos que estão devorando a região e, ao mesmo tempo, elaborar estratégias alternativas de sobrevivência.

Enquanto a guerra continua devastando a Etiópia e o Sudão, em outros países, principalmente Angola, Namíbia e Uganda, se têm dado passos significativos para pôr fim a sangrentos conflitos.

Por outro lado, todos os Estados do Norte da África – inclusive a Líbia – estão trabalhando na formação de um bloco econômico e político, conscientes de que não existe outra alternativa.

Relações privilegiadas – O novo pensamento africano se baseia em três pontos. Primeiro: a África deve

abandonar sua postura de “neutralidade”, atualmente irrelevante. É necessário estabelecer na Europa relações com partidos políticos – de governo e de oposição – para formar alianças estratégicas, supragovernamentais.

Em geral, esses partidos estão preocupados com o crescimento nos seus respectivos países das posições nacionalistas de extrema-direita (cujas vítimas são os imigrantes do Terceiro Mundo),

que fomentam a divisão e o racismo na África.

Ainda que o apartheid sul-africano esteja condenado a desaparecer, o Ocidente em seu conjunto e a Europa em particular continuam exercendo uma grande influência em toda a África. O poder econômico confere à Europa uma voz de comando sobre o destino dos africanos.

Segundo: os dirigentes africanos chegaram à conclusão de que necessitam desenvolver economias regionais fortes com mercados internos maiores e um comércio interno mais fluido. Isso contribuirá para que a economia do continente seja menos vulnerável aos choques externos.

A África tem mais recursos humanos e minerais e mais água do que qualquer outra região do mundo. Com governos estáveis, novos investimentos e o fim das guerras, o continente pode recuperar sua viabilidade econômica em pouco tempo.

Terceiro: a dramática explosão ocorrida no Leste europeu pode repercutir de maneira benéfica na África ao ter questionado os regimes do partido único e as ditaduras militares que neste continente têm dificultado a evolução para uma sociedade livre. A única esperança da África percorrer um caminho alternativo ao caos econômico está em dar democracia ao seu povo. Uma África próspera só poderá ser fruto de um povo livre.

Estes novos pontos de vista, influenciados pelos fatos na Europa Oriental, não estão se disseminando somente entre a elite intelectual africana. São preocupações que estão sendo discutidas em camadas cada vez maiores da população, inclusive entre o cidadão comum, cujo nível de educação está aumentando. Todo mundo sabe que o barco está afundando e só há uma maneira de salvá-lo. O tempo está correndo. A África deve atuar antes que a nova ordem econômica europeia se consolide e a deixe do lado de fora, ao relento.

¹Um recente relatório das Nações Unidas sobre o balanço atual entre ambos os continentes revela que mais de 100 milhões de dólares são transferidos por dia da África para os ricos cofres europeus e outros sócios comerciais. Os capitais que retornam através de ajuda para o desenvolvimento, créditos e investimentos representam menos de um terço do que os que saem do continente.

Resgate do passado

Para Rigoberta Menchú, líder indígena guatemalteca, a América Latina só terá condições de alcançar a paz e o desenvolvimento se olhar para dentro de si mesma e refletir sobre suas raízes históricas, étnicas e culturais

Beatriz Bissio

Eduardo Galeano afirma que nós, latino-americanos, não precisamos buscar fontes de inspiração externas quando se trata de estudar modelos ou caminhos que nos conduzam a uma sociedade mais justa. Na sua opinião, é suficiente – e necessário – nos remontar à nossa própria história: nada mais intríngue às tradições da América Latina que o socialismo, essência da sociedade comunitária indígena destruída pelo colonialismo português e espanhol.

O escritor uruguai não é o único a analisar assim um tema tão candente nesses dias em que os meios de comunicação ocidentais se transformam de forma suspeita em caixas de ressonância

das mudanças no Leste europeu e se apressam em anunciar o fim do sistema socialista. Como Galeano, também pensam muitos intelectuais e historiadores que estão fazendo uma revisão crítica da forma como os latino-americanos vêem a si mesmos nos séculos posteriores à conquista.

Esta reflexão está sendo feita não só por militantes das causas populares, mas também por um crescente número de indígenas do continente. A cada dia que passa, eles se organizam melhor e clamam com mais força por um espaço próprio na grande corrente que procura abrir caminho para libertar nossa América de suas amarras e mazelas.

Um dos países do continente em que as comunidades indígenas mais têm avançado em sua organização é a Guatemala. Ali os descendentes dos maias representam mais de 50% da população e não por acaso estão entre os setores sociais mais explorados. Nos últimos anos, os indígenas guatemaltecos têm se incorporado às lutas populares, no plano legal e na clandestinidade, e têm formado suas próprias lideranças.

Entre esses dirigentes, uma mulher conquistou, com muita luta, um lugar de destaque. Trata-se de Rigoberta Menchú, cujos pais deram a vida pela causa que hoje ela abraça: a epopeia dos descendentes dos maias pela sobrevivência de sua cultura numa Guatemala verdadeiramente democrática.

Rigoberta conversou com **terceiro mundo** sobre estes temas num dia particularmente duro: tinha recebido um telefonema de seu país informando sobre o assassinato na véspera de três de seus colaboradores mais próximos. Todas as evidências apontavam os esquadrões da morte – tolerados pelo governo de Vinicio Cerezo – como os executores do crime.

“Eu me sinto orgulhosa de participar das lutas de nosso povo, de representar organizações que nunca tiveram a oportunidade de serem ouvidas”, diz Rigoberta. E lembra que para manter viva sua cultura, os descendentes dos maias têm pago um preço muito alto: “Nossas aldeias têm sido queimadas, destruídas. Mas não foi em vão: nas no-



Indígenas: apesar de maioria, são completamente marginalizados na Guatemala

vas gerações há muita motivação para cumprir o papel de resgate cultural de nosso povo".

Na Guatemala, 65% da população são, como diz Rigoberta, "herdeiros dos maias". Falam 22 idiomas diferentes, mas o espanhol – que 80% da população indígena desconhecem – é a língua oficial do país. Os líderes das comunidades, em geral homens, costumam falá-lo, mas as mulheres não. "Quando começamos a nos organizar, tivemos que iniciar por algo tão elementar como aprender a ler, escrever e falar castelhano. Nunca frequentamos uma escola. Aprendemos com nosso próprio esforço, estudando depois do trabalho".

Esse sacrifício lhes permitiu entender-se entre eles ("aprender espanhol é mais fácil que estudar 22 línguas indígenas") e descobrir o que realmente tinham



Vinicio Cerezo: um governo repressor

preservado da memória maia. "Nossos povos guardam muitos ensinamentos valiosos que transmitem de geração para geração de forma oral, porque nossos idiomas não são oficiais", lamenta Rigoberta.

Ela desmente as versões do governo e do exército que atribuem a responsabilidade da luta nos campos guatemaltecos a influências externas, ao comunismo, aos soviéticos, numa linguagem de guerra fria bastante fora de moda depois das vertiginosas transformações no cenário mundial:

"A luta de nosso povo é legítima. Nasceu da fome e da miséria; nasceu da discriminação dos índios, da injusta distribuição da terra. Não é possível que 73% das terras mais ricas de nossa pátria estejam nas mãos de dois por cento da população, quando quase sete milhões de guatemaltecos sobrevivem da terra, comendo um pouco de milho".

Desafio à luta de classes – Rigoberta incursiona no terreno da teoria revolucionária. Afirma que a luta dos

Sangue maia, coragem de mulher

Rigoberta Menchú nasceu em Chimal, "uma aldeia herdeira dos maias", do departamento de Quiché, na Guatemala. É da etnia *quiché*, um dos 22 grupos indígenas que há no país. Sua língua materna é o *quiché-maia*. Nasceu numa família pobre e cresceu nas fazendas agroexportadoras, cortando café, algodão, cana de açúcar. "Como podem imaginar, um trabalho nada leve..."

Conta que não passou fome, mas aprendeu o que quer dizer essa palavra. Eram nove irmãos, que tiveram que ganhar o seu sustento desde crianças. Só duas irmãs estão vivas. "Todos os demais, inclusive

papai e mamãe, foram assassinados", diz Rigoberta com tristeza.

Há dez anos não vê essas duas irmãs, que eram as caçulas. "Agora, já são adultas. Foram viver nas montanhas, clandestinas. São militantes do Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), que é membro da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG). "Não tenho forma de vê-las".

O primeiro que morreu foi seu irmão Patrocínio, há onze anos. "Foi queimado vivo numa das aldeias de minha terra, depois de ter sido barbaramente torturado. Acusavam-no de ser subversivo... Patrocínio era ainda



Rigoberta Menchú: um testemunho que comove o mundo

um menino, tinha 16 anos. Foi o irmãozinho que cresceu comigo, porque tínhamos quase a mesma idade. Parecíamos gêmeos".

Por isso, se sua morte foi um duro golpe para toda a família, mais ainda para Rigoberta, que é incapaz de conter as lágrimas quando

se refere a ele. Patrocínio foi assassinado em 1979, durante o governo do general Lucas García.

"Depois de Patrocínio, vi morrer muita gente, vizinhos, amigos. Também havia muitos sequestros na região, Uspatán, quando impunham a militarização".

maias na Guatemala e que de outros grupos étnicos na América Central "desafiou conceitos tradicionais, como o da luta de classes". E adverte que os exemplos da Nicarágua e El Salvador mostram que embora o questionamento aos setores dominantes da sociedade seja a coluna vertebral, não se deve deixar "para depois" a luta contra a discriminação étnica e racial.

A incorporação dos indígenas às lutas políticas e sociais da América Latina é, para a dirigente guatemalteca, um fator essencial. "Nossa presença dá um sentido mais profundo ao processo: o resgate e a defesa de nossos costumes, de nossa cultura, de nossa fé. Mostramos que a luta de classes e a luta cultural vão juntas. De fato, é uma abordagem diferente da que existe nos países onde os índios foram aniquilados".

Os pais de Rigoberta exerciam uma forte liderança na sua comunidade. A mãe era curandeira e partidária. "Todos a respeitavam muito. A influência que exerceu dos 16 anos até os 53, idade em que morreu, foi muito forte".

Com seu marido, a mãe de Rigoberta lutou durante muitos anos pela terra. A partir dessa luta, a liderança de ambos se consolidou, principalmente nos últimos anos de sua vida. Rigoberta relembra a morte do pai:

"Ele foi queimado vivo na embaixada da Espanha, em 31 de janeiro de 1980, com outros 21 camponeses, mais quatro estudantes, um operário e o morador de uma aldeia do interior. O grupo tinha pedido ajuda para nossa luta em vários colégios, igrejas e rádios da capital. Se voltasse à nossa terra, não chegariam vivos. Já não havia nenhuma garantia de vida. Por isso decidiram pe-

dir asilo na embaixada da Espanha. Os espanhóis lhes deram asilo imediatamente e então o governo de Lucas García começou a negociar. Queria que as autoridades espanholas desalojassem os camponeses. Se eles não fossem entregues num prazo de duas horas e meia, a polícia e as forças de segurança entrariam em ação. O embaixador espanhol, por orientação do seu governo, não os entregou. Então, colocaram fogo na embaixada".

"Esse ato teve uma enorme repercussão", prossegue Rigoberta, chorando abertamente. "Acho que o massacre da embaixada da Espanha foi a síntese da luta do povo guatemalteco. Ali se misturou o sangue índio com o sangue mestiço e inclusive o sangue internacionalista, porque alguns dos mortos não eram guatemaltecos".

"Três meses depois, minha mãe foi sequestrada pela polícia secreta. Suas roupas

apareceram na cidade de Uspatán. Soubemos que estava num centro de detenção chamado Chejul, naquela cidade. Era um destacamento militar. Não tínhamos notícias dela, mas sabíamos que estava sendo torturada. De fato, comprovamos depois que foi barbaramente torturada. Antes, deve ter sido violentada inúmeras vezes, depois foi praticamente desfigurada. Quando a assassinaram, tampouco pudemos recolher seu cadáver. As pessoas do lugar sabiam que seu cadáver estava ali, mas ninguém se apresentou para reclamá-lo. Tinham medo. E pensavam que todos os meus irmãos e eu estávamos mortos".

"Quando minha mãe foi sequestrada, minha irmã menor, que tinha 11 anos, estava com ela. E a outra, de 13, estava fora de casa. Por muito tempo, eu não soube nada de ambas. O que aconteceu é que a menor fugiu e

não foi em vão, nem o seu sacrifício, nem "os 40 mil desaparecidos e os mais de 100 mil mortos na Guatemala. Tampouco é em vão que muitos de nós tenhamos que



A presença da polícia é uma constante em qualquer ato de protesto

Não foi em vão – Rigoberta Menchú pagou um alto preço pessoal pela militância de sua família em favor da causa indígena (ver Quadro). Mas afirma que

foi buscar refúgio de casa em casa. E a outra irmã não voltou mais. Nós éramos uma família muito unida, com uma herança familiar tremendamente sólida. Tudo isso foi um golpe duríssimo para nós. Eu não sabia da vida das minhas irmãs, nem elas da minha. Então, cada uma de nós pensava que ninguém tinha sobrevivido".

Como conclusão de toda a sua vida de sacrifícios e sofrimentos, Rigoberta acredita que sua luta "nunca poderá ser local". Ela aspira a construir um país "no qual todos possam ser felizes – sejam indígenas ou não – e ter assegurados os direitos mais elementares. Uma pátria onde possamos viver todos como filhos da Guatemala, nos respeitando mutuamente e tomando as decisões sobre nosso destino em conjunto. Porque a memória de nosso povo se forjou ao longo de 500 anos, conjuntamente".

Testemunho premiado

Rigoberta Menchú escreveu um testemunho, premiado pela Casa de Las Américas, contando a dolorosa experiência de resistência das comunidades indígenas da Guatemala à repressão oficial. O livro já foi publicado em mais de 16 idiomas e foi muito bem recebido em vários países do mundo. "A repercussão desse trabalho foi uma experiência muito gratificante", diz Rigoberta, com humildade. Em seu livro, entre outros episódios, a dirigente guatemalteca conta como viu morrer seu irmão, Patrocínio, sem poder fazer nada para ajudá-lo:

"Colocaram todos os prisioneiros em fila, vestidos de sol-

dados. O capitão que comandava o pelotão fez um discurso, que interrompia a cada momento para ordenar aos soldados que mantivessem os prisioneiros de pé, levantando-os com baionetas mas eles caíam de novo. Ao terminar o discurso, o capitão ordenou que todos os prisioneiros fossem tratados da mesma maneira. E quando deu ordem de tirar a sua roupa, foi preciso rasgar os uniformes, porque o sangue tinha feito eles grudarem na pele".

"Só então vimos como seus corpos estavam desfigurados... Foram amarrados e amontoados. Em seguida, o capitão ordenou que jogassem gasolina neles e tocassem fogo. Eu olhava meu irmão, que não morreu logo. Nem os outros. Alguns gritavam, outros já nem podiam gritar, mas continuavam se movendo e retorcendo. Por desgraça, em nossas casas não havia água e não podíamos apagar o fogo que os queimava. Quando a água chegou, era demasiado tarde..."

viver fora de nossa pátria. O que conta é que a cultura de nossos povos não está se perdendo, e sim se desenvolvendo. Por esse objetivo, muitos dos nossos morreram".

Nessa luta desigual, uma experiência em particular ilumina o rosto triste de Rigoberta: a luta das viúvas dos mártires. "Durante os últimos dois anos surgiu algo muito lindo: uma organização de viúvas, que atualmente conta com oito mil membros ativos. A princípio, sua principal reivindicação era exigir alguma roupa, comida e um pouco de educação para seis ou sete filhos que ficaram órfãos porque seus pais foram sequestrados e assassinados. Essas viúvas, em sua maioria, senão todas, são mulheres indígenas. Mas sua luta foi se ampliando e chegou a um ponto tal que começa a defender a dignidade da mulher em geral. E exigir o respeito à dignidade da mulher indígena não é algo fácil na Guatemala".

Erros fundamentais – A situação política atual da Guatemala, com a perspectiva de uma negociação entre o governo e os grupos guerrilheiros agrupados na URNG (União Revolucionária Nacional Guatemalteca) merece duros comentários de Rigoberta:



Manifestação contra o aumento do custo de vida

"Na realidade – diz – o diálogo na América Central, estabelecido nos acordos de Esquipulas, padeceu de erros fundamentais. A nível internacional se exigiu de Daniel Ortega na Nicarágua o

cumprimento total da letra dos acordos, mas a comunidade internacional não fez as mesmas pressões sobre Cris-tiani, em El Salvador, ou Cerezo, na Guatemala, países onde continuam a repressão e a violência e onde reina a impunidade total. Nesse sentido, os acordos foram injustos. Se não se atacam as raízes profundas que deram origem à guerra nesses países, nunca haverá paz na América Central".

"Negociar com uma faca nas costas é muito difícil", acrescenta Rigoberta, aludindo aos assassinatos políticos que se sucederam enquanto se dialogava para superar o impasse entre a URNG e o exército. Para ela, a atual situação na Guatemala é complexa e difícil: "Aumentaram as ameaças ao movimento popular, que viu se fecharem muitos dos espaços conquistados. E quanto ao presidente Cerezo, ele resgatou em boa medida no campo internacional a imagem do exército", diz a dirigente indígena.

Mas Rigoberta confia na unidade da luta da cidade e do campo e na unidade dos diferentes setores, que gerou um processo muito mais sólido e foi abrindo novos caminhos. "Nosso povo está cada vez mais consciente da realidade e assume com maior rigor seu compromisso democrático e patriótico".



Apreensão de cocaína na selva: o problema das drogas é estrutural, e não será solucionado apenas com mais repressão militar

O ciclo da droga

Roger Rumrill*

Não existe, na sangrenta sequência de rebeliões indígenas, uma só que tenha significado a ameaça, o risco e a possibilidade de convulsão de hoje. Nem mesmo a guerra de Juan Santos Atahualpa (1742-1752) – que sacudiu o sistema colonial espanhol e se antecipou em mais de 10 anos à grande insurreição de Túpac Amaru, que, ao contrário desta, jamais foi derrotada pelas armas – se assemelha em suas consequências presentes e futuras.

Um dos ciclos mais violentos do processo histórico da região, o do *boom* da borracha – que corresponde à segunda inserção do espaço amazônico na economia e na política internacionais (1880-1915) – não teve as consequências atuais e futuras que tem o *ciclo do narcotráfico*, não somente na região, mas em toda a Amazônia sul-americana, um continente de cinco milhões de quilômetros quadrados. Isso, mesmo levando em conta o genocí-

A ação do narcotráfico e do Sendero Luminoso ameaça a ecologia da Amazônia peruana e põe o Estado em xeque

dio de 40 mil indígenas no norte e no sul da Amazônia peruana, e o severo impacto destrutivo sobre a fauna e a flora tropicais do *boom* da borracha.

Enfim, nenhum dos ciclos econômicos deste e de outros séculos no trópico sul-americano tem a conotação, os alcances e projeções do ciclo do narcotráfico.

De fato, em nenhum dos ciclos anteriores – especialmente no da borracha e no do petróleo, no final do século XIX e princípios do século XX – o Estado foi posto em questão em sua legitimidade e poder como agora no Peru. Além disso, em nenhum dos outros ciclos, o ecossistema amazônico terá sido posto à beira do

colapso por uma onda predatória, que é tanto mais eficaz e destrutiva quanto mais poderoso seja o sistema capitalista que o sustenta e utiliza.

Entretanto, paradoxalmente, em nenhum outro período do passado houve a possibilidade, como agora, de reverter as tendências de uma crise que pode chegar a um beco-sem-saída e desembocar num apocalipse social, político e ecológico.

O poder do Estado em questão – Durante o ciclo da borracha, que corresponde ao período da hegemonia britânica, o Estado peruano encontrava-se em processo de reorganização, após o desastre da Guerra do Pacífico com o Chile¹. Mas, na Amazônia, esse Estado era ainda mais frágil, com uma representatividade quase simbólica.

Isso explica porque, na Amazônia peruana, ao longo de pouco mais de três décadas que durou esse ciclo (1880-1915), os cônsules que tinham chegado com pontualidade britânica para admi-



Dois momentos da participação de agentes norte-americanos da DEA na luta contra as drogas na selva amazônica: uma ajuda questionada

nistrar a riqueza da borracha, assumiram a postura de vice-reis tropicais. No entanto, para os peruanos amazônicos dessa época, ninguém ou muito poucos punham em dúvida a existência pelo menos formal do Estado, embora sua existência real fosse (sobretudo para a população indígena) uma ficção.

Cem anos mais tarde, esse Estado perdeu sua legitimidade e poder em espaços cada vez maiores da região amazônica peruana, que representa 60% do território nacional, cuja extensão é de 1 milhão e 400 mil quilômetros quadrados. O narcotráfico, a guerrilha e os erros governamentais, entre outros fatores críticos, contribuíram para corroer a legitimidade e o poder de um Estado em crise estrutural desde sua fundação.

Esse Estado ideológica e estruturalmente herdeiro da colônia, jamais chegou

a representar a maioria do povo. Foi e continua sendo a expressão ideológica das classes dominantes que o fundaram e construíram à sua imagem e semelhança. Por isso, quando agora a direita política do Peru questiona esse Estado, está fazendo uma caricatura moral de sua grandeza, e sobretudo de sua miséria.

O narcotráfico e a guerrilha aceleraram a decomposição desse Estado a níveis nunca vistos, não somente na Amazônia, mas em todo o país. O Peru não foi o mesmo depois do governo militar do general Velasco Alvarado (1968-1975). E não é o mesmo após nove anos de guerrilha. E seguramente não será o mesmo no final desta convulsão, quando as águas voltarem ao seu nível normal.

Vamos a alguns exemplos. Toda a so-

ciedade peruana (toda a realidade peruana) está em perpétua transformação. É difícil saber, agora, se para o bem ou para o mal. A população rural está fugindo das zonas de guerra. Portanto, existe um processo compulsório de concentração urbana no país e, consequentemente, um despovoamento das áreas rurais cujas consequências ainda não podemos medir.

A indústria peruana está em crise, mas parte dessa crise deve ser creditada a um novo componente da atividade produtiva, inexistente até uma década: a insegurança. A sociedade peruana, talvez uma das mais inseguras do mundo, está se *huachimanizando*², convertendo-se em uma sociedade policial.

O próprio exército está mudando. Uma das instituições mais hierarquizadas e estruturadas do país está sendo sacudida. Estava organizada e preparada como um exército profissional para combater inimigos externos, em uma guerra convencional. Mas não estava preparada para uma guerra interna não-convencional.

Essa guerra, com mais de 15 mil mortos e com perdas que ultrapassam 20 bilhões de dólares – cifra quase igual à nossa dívida externa –, desgastou-o tanto quanto a crise econômica. Não dispomos de números, mas deve ser significativa a quantidade de oficiais que já pediram sua passagem para a reserva para se dedicar a outras profissões, ou para partir rumo ao exterior, onde possam resistir não apenas aos embates da guerra, mas também à crise econômica, que, para muitos, foi um fator de maior empobreimento e de geração de tensões sociais que a própria guerra subversiva.

Os dois *Altos Huallagas* que se instalaram na Amazônia peruana são os dois melhores (ou piores) exemplos de um Estado que perde legitimidade e poder. Porque, ao se mencionar a expressão *Alto Huallaga*, tanto no Peru quanto no exterior, ninguém pensa no vale com esse nome, mas num espaço social, político, econômico e militar onde o Estado já não tem poder. Sua legitimidade está sendo questionada, ignorada e substituída por outros poderes: o do narcotráfico e o da luta armada.

O outro *Alto Huallaga* a que me refiro é o vale do Ucayali, com o estratégico porto de Pucallpa. Essa região sempre foi, na história da Amazônia, uma área estratégica por seus recursos naturais – gás, petróleo, flora e fauna – e por seu caráter geopolítico. O Sendero Luminoso, nos dois últimos anos, tenta controlar as bacias dos afluentes do Amazonas, bloquear a mais importante estrada de penetração no país e sitiá-la, por terra e por água, a cidade de Iquitos, a capital da Amazônia peruana e eixo geopolítico da bacia amazônica sul-americana.

Repressão contra os camponeses – Como se chegou a esta situação? Há muitas causas, mas, sobretudo, duas. Uma é a implacável repressão desencadeada pelo Estado contra os camponeses plantadores de coca, confundidos, por um trágico erro de percepção dos fenômenos sociais e políticos, com os narcotraficantes.

O cruel paradoxo desse imenso equívoco é que o Estado, ao ilegitimar milhares de peruanos, perdeu sua própria legitimidade. É por isso que a guerra dos Altos Huallagas da Amazônia é atípica: são múltiplos os agentes sociais e variados seus interesses. Se algum dia o Estado ganhar essa guerra, não será precisamente apenas com as armas, mas restabelecendo a aliança política e econômica com os camponeses, isto é, legitimando suas vítimas para legitimar-se a si próprio.

A outra causa é também um erro social e político: a incapacidade do Estado e dos governos para responder às necessidades básicas da população e atender minimamente às reivindicações dos camponeses.

A coca cresceu e continua a crescer no Peru, não apenas pela demanda externa, mas também porque os camponeses não têm outra possibilidade de sobreviver, na maioria dos casos. Em 1970, havia ape-

nas 20 mil hectares de coca. Já em novembro de 1989, podia-se afirmar, por baixo, que a superfície plantada com coca era de 200 mil hectares.

Caso não haja uma estratégia local, nacional e internacional diferente, estimamos que, em 1992, quando se

substitui o bosque natural. Outra causa, também consequência da coca, é o envenenamento dos cursos hídricos pelos dejetos químicos, atirados nos rios após sua utilização no processamento da pasta básica de coca (PBC) e no refino do cloridrato de cocaína.

Mas essas não são as únicas causas. O liberalismo de nossos governos ante as pressões das empresas nacionais e estrangeiras, a crise dos modelos rurais e, no fundo de tudo, a maior pobreza camponesa, são, entre outros, os fatores que colocaram em risco uma das mais importantes reservas naturais de água doce, flora e fauna do mundo. Além disso, a Amazônia peruana abriga sociedades indígenas milenares, que se encontram entre as mais importantes do planeta.

Existe, portanto, uma degradação gradual do ecossistema amazônico. Neste caso, as cifras não registram em toda a sua magnitude a gravidade da situação. Porque, quando se afirma que, a cada ano, somente na Amazônia peruana estão se destruindo 500 mil hectares de bosques, não se está contabilizando a perda dos solos, a morte da fauna, a ruptura do sistema hídrico e a agonia biológica das sociedades indígenas.

Não basta, portanto, como pensam alguns ecologistas, salvar borboletas, animaizinhos e algumas espécies exóticas da flora tropical. A salvação da Amazônia passa, sem dúvida nenhuma, pela sobrevivência das culturas indígenas que habitam a grande bacia amazônica.

A Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica), que reúne mais de um milhão de indígenas amazônicos, estabeleceu o que, a nosso juízo, deve ser no presente e no futuro o eixo sobre o qual deve girar uma política de salvação do ecossistema amazônico:

“Nós, os povos indígenas, somos parte integrante da biosfera amazônica há mi-



A maioria dos camponeses depende do cultivo da coca

celebrará o V Centenário do Descobrimento da América, poderá haver 500 mil hectares de coca (não nos esqueçamos, além disso, que existe uma superfície de um milhão de hectares na Amazônia peruana com ótimas condições para o plantio da coca).

Apocalipse ecológico – Em nenhum dos ciclos econômicos e políticos, o Estado peruano deixou sua legitimidade se corroer, nem o equilíbrio do meio ambiente amazônico chegou, como agora, à beira de ser rompido.

O desequilíbrio ecológico é provocado pela expansão geométrica da coca, que

lênios. Temos compartilhado e cuidado de todos os recursos desta biosfera com muito respeito porque ela é a nossa casa, e porque sabemos que nossa sobrevivência e a de nossas futuras gerações depende disso. Nosso conhecimento acumulado, nossos modelos de convivência com o meio ambiente amazônico, nosso respeito pelo bosque no qual vivemos, assim também como por seus habitantes, são as chaves para assegurar o futuro da Amazônia, não somente para nossos povos, mas para toda a humanidade".

Coca: a última possibilidade

— Paradoxalmente, a coca — a planta sagrada dos incas —, que para as sociedades industriais e ricas é uma planta maldita, para o Peru pode e deve ser a última possibilidade de desenvolvimento, depois de haver esgotado os ciclos da borracha, os recursos florestais, da fauna e do petróleo.

Não se trata, pois, de erradicar a coca, porque isso é impossível. O programa de erradicação de 15 mil hectares foi um fracasso, porque 90% voltaram a brotar. Tampouco se trata de destruir a coca com o herbicida *spike*, porque, no dia em que o governo peruano — sob pressão norte-



Lima: queima de duas toneladas de pasta de cocaína

americana — decida fazê-lo, não somente estará afetando a ecologia amazônica, mas também deverá estar disposto a aniquilar uma resistência e uma rebelião em defesa da Amazônia que unirá todos os homens e mulheres, sem distinção ideológica.

E nem se trata de substituir a coca ilegal por outro produto legal. Trata-se, na verdade, é de *substituir a pobreza*. E, para isso, faz-se necessária uma estratégia



Apesar da presença militar, a cada dia a legitimidade do Estado se vê mais questionada

em várias frentes: local, nacional e internacional.

Em escala internacional é fundamental atuar a partir da seguinte premissa: o problema da produção de coca nos países andinos, da papoula e da maconha em outras regiões do Terceiro Mundo, não pode, de nenhuma maneira, abstrair-se da produção do conjunto de matérias-primas.

Porque nossos países estão, hoje, castigados pelas políticas liberais de nossos governos, pela corrupção imperante, pelo protecionismo radical das nações ricas, pelas receitas de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial e pela dívida externa.

Em resumo: o intercâmbio econômico desigual e injusto entre o Norte e o Sul é, sem dúvida, o fator de maior peso na produção de drogas no Terceiro Mundo. Porque esse desequilíbrio gera mais pobreza e violência em nossas sociedades.

Em consequência, uma solução estrutural para o problema das drogas — a coca nos países andinos — passa por um acordo internacional. Passa também por um acordo entre os países andinos e, no caso do Peru, por um acordo nacional sobre uma plataforma mínima para resolver o problema da violência, a crise econômica, o narcotráfico e a reestruturação do Estado.

Os 250 mil camponeses que vivem do cultivo da folha de coca no Peru jamais estiveram em pior situação que agora. Mas, nunca, como hoje, houve a possibilidade de reverter essa situação. 'É preciso começar logo, antes que seja tarde demais.

¹Esta versão inédita da intervenção de Roger Rumrill — um dos maiores especialistas peruanos em temas amazônicos — em um fórum sobre a Amazônia realizado recentemente em Lima, com a participação de representantes de 46 países, foi gentilmente cedida pelo autor para publicação exclusiva em *terceiro mundo*.

²O autor se refere à guerra entre Chile, Bolívia e Peru (1879-1883), na qual estes dois últimos, debilitados por problemas internos, foram derrotados pelos chilenos e perderam parte de seu território (ver *Guia do Terceiro Mundo*).

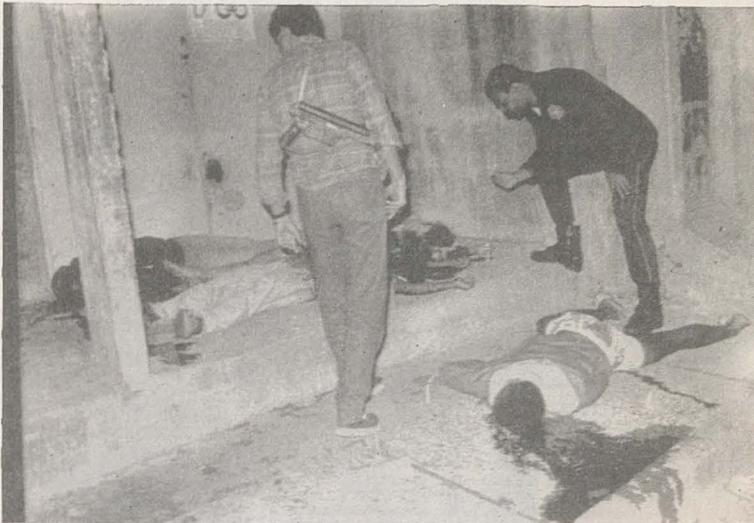
³Este neologismo, inventado pelo autor, deriva da palavra "huachimen", usada no Peru para designar os policiais. Trata-se de uma corruptela da expressão inglesa "watch-man".

Suplemento Brasil

CAPA: Esquadrões da morte, guerras de quadrilhas, negócios da cocaína – tudo isto faz parte da cultura da violência urbana que galga mais um degrau, com a série aparentemente incontrolável de sequestros de milionários no Rio de Janeiro.

Um tipo de ação sofisticada, praticada por uma delinquência muito bem articulada e comandada, desde o interior das cadeias de segurança máxima, por líderes do crime que cumprem penas

42



Saudada pelos Estados Unidos e pelos grandes empresários, a nova política industrial anunciada pelo governo Collor cumpre o roteiro de compromissos da atual administração com o figurino do FMI para as economias do Terceiro Mundo: recessão e abertura de mercados.

Este neoliberalismo é veneno para o nosso desenvolvimento, denunciam políticos, estudiosos e pequenos empresários, estes sempre devorados onde foi implantada experiência semelhante

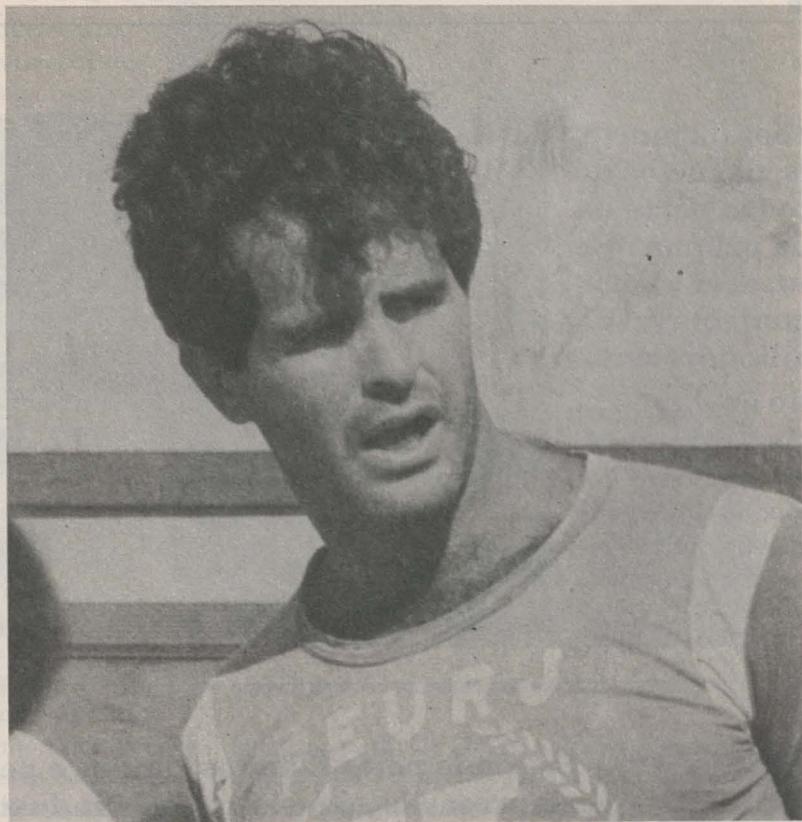
46



O projeto Calha Norte está servindo apenas para reduzir os territórios indígenas e desarticular a vida tribal de povos milenares no extremo norte do país, denunciam lideranças dos grupos atingidos.

Criado para marcar a presença institucional brasileira naquele mundo das florestas de fronteira, o projeto está apenas abrindo caminho para garimpeiros e mineradoras e produzindo um desastre etnológico

53



O crime organizado, que domina o comércio das drogas no Rio, expandiu as atividades para o ramo dos sequestros milionários e revelou escandalosas ligações com o poder, como a do professor Nazareno Barbosa, que gozava de íntimas relações palacianas

Delinquentes fazem a guerrilha urbana no Rio

José Louzeiro

Com a onda de sequestro que se avoluma, o Rio vai se tornando a capital da violência. Praticamente igual a Nova Iorque. Somente neste ano, até o final de junho, os casos somavam 27. As vítimas, na sua maioria, são empresários. Mas, foi com o sequestro do publicitário Roberto Medina, que o governo Moreira Franco e o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, decidiram agir.

Agora, discute-se um pacote de medidas elaboradas pelo governo central, a fim de conter os sequestros, principalmente no Rio e em São Paulo. Entre as propostas, constam a indisponibilidade dos bens dos sequestrados e o aumento, para 30

Máfia do sequestro desafia poder público com armas e estratégias sofisticadas

anos, da pena para crimes de sequestro, atualmente de oito anos. O ministro promete definir, com as lideranças do Congresso, se as propostas devem ser aprovadas através de medidas provisórias ou projeto de lei, a ser votado em caráter de urgência.

De outra parte, ainda que demonstre pressa, o ministro sabe que essas medidas não têm o poder de impedir a ação dos criminosos, embora possam vir a dificultar a atuação das quadrilhas. A indisponibilidade dos bens dos sequestrados é um instrumento que vem sendo utilizado na Itália, com êxito. "Se houver coordenação nessa ação conjunta entre governo federal e os estados, iremos tornar mais difícil a escalada criminosa contra a sociedade", afirmou o ministro Cabral.

Paralelamente ao pacote, o ministro já está cuidando das verbas para reforma e ampliação de

presídios, além de novas construções. O governador Moreira Franco já foi informado de que serão repassadas verbas ao estado, para que seja concluída a penitenciária de segurança máxima Bangú 2, que terá vagas para 576 internos.

O preço do resgate – Divulga-se também, com insistência, que o resgate de Medina foi fixado inicialmente em 5 milhões de dólares (Cr\$ 450 milhões, no câmbio paralelo), baixando depois para 4 milhões de dólares (Cr\$ 360 milhões). Graças à deputada federal Ana Maria Rattes (PSDB/RJ), mencionada em depoimento de Nazareno Barbosa Tavares, líder dos sequestradores, o resgate acabou em 2,5 milhões de dólares (Cr\$ 225 milhões).

Nazareno Barbosa foi treinador de *cooper* do ex-presidente João Figueiredo e transitava livremente pelo Palácio Guanabara no início do governo Moreira Franco, que ajudou a eleger. Ocupou funções de assessor do coordenador de Ação Social do estado, Nélson Moreira Franco, irmão do governador. Confessou ter planejado o sequestro e parte do dinheiro arrecadado com o resgate seria utilizado na sua campanha para deputado estadual.

Em 1986, Nazareno participou da campanha de Moreira Franco e, para provar que era leal e bom cabo eleitoral, desistiu de sua própria candidatura. Quando soube disso, Figueiredo recomendou que tivesse cuidado com os políticos, conselho que Nazareno jamais esqueceu.

O instrutor de educação física é velho amigo da deputada Ana Maria Rattes, daí por que lhe pediu, em maio de 1988, que tentasse junto à juíza da Vara de Execuções Penais, Marilene Melo Alves, a prisão semi-aberta para Francisco Viriato de Oliveira, o Japonês, da favela do Arará, um foragido que cumpria pena de 40 anos de reclusão e acabara de ser recapturado. É que, nas suas andanças pelos morros cariocas, procurando votos para Moreira Franco, Japonês terminou sendo muito útil a Nazareno.

Como acabar com a violência? – Enquanto Moreira Franco garantia, na mídia e nos palanques, que ia acabar com a violência em seis meses, Nazareno tecia apoios ao candidato até nos presídios. Foi com este intuito que esteve inúmeras vezes com as lideranças do Comando Vermelho. Na época, era conhecido como “o homem da agenda preta”. Para obter votos dos parentes dos presidiários, fez promessas. Muitas. Garantia que, se eles votassem em Moreira, teriam segurança e uma vida mais fácil atrás das grades.

A criminalidade aumentou com base no negócio da cocaína, que já propiciou episódios de guerrilha urbana no Rio



Enquanto Moreira Franco garantia, na mídia e nos palanques, que ia acabar com a violência em seis meses, Nazareno tecia apoios ao candidato até nos presídios.

Instalado o governo, Moreira prometeu acabar com a violência e botar delinquentes na cadeia. Isso fez com que as lideranças do Comando se revoltassem contra Nazareno, que, por sua vez, se dizia traído pelo governador. Aí começaram os problemas do antigo treinador de educação física de Figueiredo.

Nazareno Barbosa é o espancador de jornalistas e manifestantes no ato público que a Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro-Famerj realizou em 1985, no Largo do Machado, juntamente com a Central Única dos Trabalhadores. O grupo de espancadores – uns cem – era comandado por Miguelão, chefe da segurança de Rubem Medina, na campanha do PFL à prefeitura do Rio.

Em setembro de 1988, Nazareno acabou sendo

autuado pela primeira vez na Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis, após ser preso em um posto de gasolina, em Benfica. Estava num carro Monza, placa de Niterói, roubado meses antes em Salvador, Bahia. Portava arma sem o competente registro e, durante o depoimento, tentou fugir. Querendo demonstrar intimidade com o poder, exibiu uma carteira do Tribunal de Contas e duas outras: da Casa Civil do governo Moreira Franco e da prefeitura do município de Duque de Caxias.

Tráfico de influência - O mais importante a ressaltar no sequestro do publicitário Roberto Medina é que os cabeças viviam envolvidos, direta ou indiretamente, com o poder. Com as autoridades estaduais, ligados ao governador Moreira Franco.

Daí, o trânsito livre de Nazareno no Palácio Guanabara. Daí, a caminhada da deputada federal Ana Maria Rattes até Japonês, a fim de pechinchar, visando à redução do valor do resgate.

O episódio mostra de forma clara à sociedade que, ao contrário das acusações anteriores, não foi o governador Leonel Brizola o responsável pela explosão da violência no Rio. Muito menos seu governo esteve, em qualquer momento, comprometido com os marginais.

Os bandidos, os torturadores, os espancadores de jornalistas e de sindicalistas têm boas relações com a administração Moreira Franco, e aí está Nazareno Barbosa para provar. Resta saber dos

A ação bem orquestrada dos mafiosos tomou a polícia carioca de surpresa e o governo estadual foi obrigado a aceitar a interferência da polícia federal



Os sequestros no Rio

Mais de 20 sequestros aconteceram no Rio de Janeiro, nos primeiros seis meses de 1990, todos envolvendo, como vítimas, empresários ou seus parentes próximos. Os meses de abril e maio concentraram a maior parte desses crimes. Veja a relação:

JANEIRO

16 - Marcelo Priscival da Silva, estudante

MARÇO

1º - Marco Antônio Ramos, empresário

7 - Ricardo Iguayara, empresário

ABRIL

3 - Antônio Carlos Cavalcanti, empresário

19 - Manoel Caiado dos Santos, empresário

20 - Esther Conceição dos Santos, empresária

23 - William e Alberto Khoury, filhos de empresário
 26 - Marcos Barbosa da Silva, empresário
 27 - Maria de Fátima C. Simonetti, filha de empresário
 28 - Ernesto Pereira Pinto, empresário

MAIO

3 - Odilon Pereira Teixeira, empresário

18 - Mário Miranda, empresário

18 - Kurt Hanz, empresário

18 - Vicenzo Cícero, empresário

21 - Daniel Mayara, empresário

26 - Cristine Bueno, filha de empresário

29 - João Menechinni, empresário

29 - Bruno Jordan, filho de empresário

JUNHO

6 - Roberto Medina

7 - Sebastião Benetti, empresário

S/D - Gregório Belochi, empresário

28 - Isaac Schinazi, empresário



O crime organizado continua a obedecer as ordens dos chefes presos, mas que contam com meios de administrar suas quadrilhas mesmo do interior dos presídios



crimes anteriores que ele praticou. A hora é oportuna para que as polícias entrem em campo e desvendem, de uma vez por todas, a atuação conjunta dos misteriosos grupos de extermínio com as gangs dos sequestradores. Na Baixada Fluminense, esses grupos constituem verdadeiro terror. E, como diz Gilberto Dimenstein no seu livro "A Guerra dos Meninos", por trás dos delinquentes estão políticos influentes que cuidam de manter em ordem as finanças desses esquadrões da morte.

Mafiosos surpreendem - A ação bem orquestrada dos mafiosos tomou a polícia e o próprio governador de surpresa. Casos idênticos haviam ocorrido em S. Paulo, mas, evidentemente, Moreira Franco não acreditava que pudesse repetir-se

aqui. Hoje os sequestros são uma realidade. O Rio tornou-se ainda mais violento. Embora não se saiba exatamente quantos casos já foram registrados, o que a imprensa divulga é bem ilustrativo e dá para preocupar.

Procurando fugir das garras dos sequestradores, a sociedade tem mostrado sua criatividade. Além das grades nas portas e janelas, dos seguranças que rodam em dois, três carros, seguindo o patrão, há também uma cartilha que alerta contra os bandidos e um manual de lutas marciais só para empresários. Isso tudo é acompanhado de rezas fortes, patuás vindos da Bahia e promessas para os santos, principalmente aqueles que gozam da fama de milagreiros.

A escuta telefônica - Juristas de renome opinam sobre a onda de sequestros. A população vai sabendo, afinal, um pouco sobre a atuação das polícias, das suas divergências, do grau de despreparo. O ministro Bernardo Cabral fala em medidas semelhantes às que vigoram na Itália. Nilo Batista manifesta-se sobre a possibilidade de a polícia vir a fazer escuta telefônica, em casos especiais. Argumenta que esse método vem sendo praticado pelos italianos.

"Na investigação - diz Nilo Batista - acho que a interceptação telefônica autorizada seria uma forma de conter a ação criminosa. Nos casos de sequestro e em alguns outros, creio que a escuta telefônica pela polícia tem de ser autorizada. Até porque ela é usada ilegalmente. Para isso, é preciso mudar a legislação. A Constituição abre essa possibilidade, só que nunca foi feita a lei ordinária a respeito. Nesses casos, interceptar telefone seria permitido, com autorização judicial, em atendimento a pedido circunscrito. A polícia teria de pedir ao procurador-geral da Justiça, que pediria ao tribunal. Teria de ter esse nível, porque é uma coisa muito grave".

Autorizar escuta telefônica, como ressalva Nilo Batista, é coisa por demais complicada. Todos aqueles que viveram os dias de angústia da ditadura ainda se lembram bem como a polícia agia. Resta saber se, autorizada a escuta, esta vai se limitar aos casos de sequestro ou se retornaremos aos dias da mais insana arbitrariedade.

De qualquer forma, o Rio vive os momentos iniciais de uma guerra de guerrilhas, muito semelhante ao que acontece na Colômbia, particularmente nas cidades de Cális e Medellin, onde os capi montaram barricadas e estão há meses numa luta sem tréguas contra o governo, as forças norte-americanas lá sediadas e a polícia. •

A política de portas abertas

A política industrial decretada pelo governo Collor lança a indústria nacional numa refrega desigual e tende a resultar em maior grau de desnacionalização da economia, tornando o Brasil simples mercado consumidor de produtos do mundo industrializado. Esta "abertura dos portos" foi praticada nos últimos anos em países como Chile e Argentina e seus efeitos provocam graves apreensões

Procópio Mineiro

Aos que atribuem ao governo Collor a missão de realizar, no Brasil, o programa do Fundo Monetário Internacional para o ajustamento da economia nacional às novas necessidades mundiais do bloco dos países industrializados, não poderia ser mais clara a política industrial anunciada na última semana de junho. O desenvolvimento brasileiro vai agora, obediente, pelo caminho que lhe quiser indicar o conjunto de interesses dos países centrais – lastimam os críticos.

Para o governo e os setores que o apóiam, as novas diretrizes representam uma espécie de "choque de modernidade". Misturando categorias econômicas e morais, concluem que o avanço brasileiro necessita dessa exposição ao poderio externo, pois seria a única forma de o empresariado brasileiro abandonar uma espécie de vida de marajá, adquirir consciência moderna e produzir mais e a preços menores. Os argumentos são coroados por uma mensagem otimista ao brasileiro comum: garante-se que, com a nova política, o con-

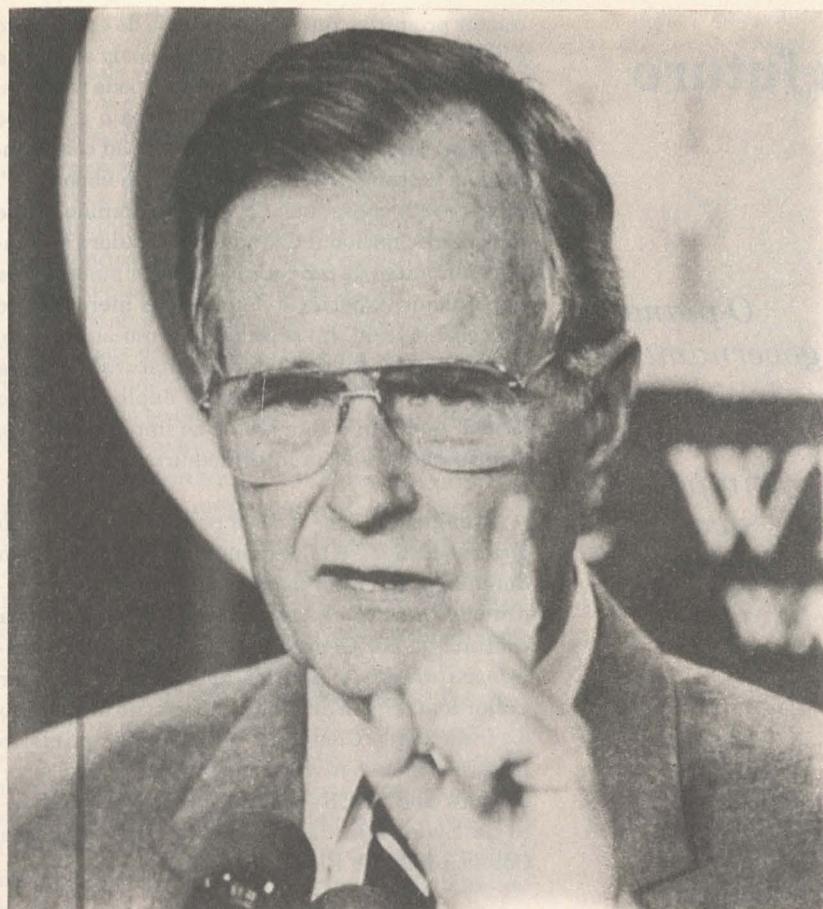


A aplicação de políticas neoliberais no Terceiro Mundo é realizada sob os argumentos da modernização e integração mundial. Na foto, Zélia Cardoso de Melo e o presidente do Banco Central argentino, Antonio Zoccalo, no FMI, em maio

sumidor terá nas prateleiras produtos mais baratos.

A nova política industrial surge como um divisor de águas na história do desenvolvimento brasileiro. Marca a vitória da linha do desenvolvimento pela integração/subordinação às economias dos países centrais, particularmente os Estados Unidos, contra a linha do desenvolvimento autonomista/nacionalista, que, com maior ou menor intensidade, marcou a vida econômica brasileira nos últimos 60 anos e que, desde a Revolução de 1930, foi a responsável pela modernização do país e pelo surto de industrialização. Esta vertente nacionalista considera inviável que o país continue a se desenvolver tecnologicamente dentro da nova orientação, que privilegia o fabricante estrangeiro. Foi sintomático que o governo anunciasse sua política ao mesmo tempo em que aderia à legislação internacional que regula o mercado de patentes farmacêuticas, um entrave ao desenvolvimento tecnológico autônomo.

A nova política industrial brasileira surge na onda neoliberal que varre os países latino-americanos desde o início da década passada e que já



Bush: o futuro da América Latina repousa em mercados abertos para a produção do Primeiro Mundo

deixou rastros em países como Chile, Argentina, Paraguai e Bolívia, e que pressiona, através do estrangulamento decorrente da dívida externa, por se implantar em países como o México, Venezuela, Peru. Como principal economia latino-americana, a adesão brasileira à experiência proposta pelo FMI, que representa os interesses do mundo desenvolvido, é tão significativa, que mereceu saudação ruidosa do presidente norte-americano George Bush, no dia seguinte ao anúncio das medidas pelas autoridades de Brasília.

Ao mesmo tempo em que anuncia o fim de sanções comerciais contra o Brasil, Bush saudava a nova situação, a 27 de junho: "Uma nova liderança emergiu, apoiada pela força de mandatos eletivos. São lideranças que entendem que o futuro da América Latina repousa em governos livres e em mercados livres". E anunciou um novo programa, o Empreendimento para a Iniciativa das Américas: "Os três pilares de nossa nova Iniciativa são o comércio, o investimento e a dívida. Para expandir o comércio, proponho que comecemos o processo de criação de uma zona livre continental; para estimular o desenvolvimento, que nós adote-

mos medidas para criar um novo fluxo de capital para a região; e para amenizar o peso da dívida, um novo tratamento para os débitos da região, com facilidades nas condições".

Estará a economia brasileira no portal da bem-aventurança do desenvolvimento ou entrou no plano inclinado de uma dependência irremediável, de profundos efeitos políticos, sociais e culturais?

Opiniões críticas apontam os perigos dessa política, que expressa os objetivos do neoliberalismo pregado pelo Primeiro Mundo às nações do Terceiro Mundo nos últimos dez anos. A nova onda é a receita às avessas dos remédios que tomaram os países ricos para alcançar e sustentar o pleno desenvolvimento: os países que cresceram amparados por proteções garantem, agora, que o caminho do desenvolvimento é a abertura das economias incipientes à concorrência das que lideram o mercado mundial.

Para o líder da pequena empresa fluminense, Benito Paret, um país enfraquecido está abrindo as portas para economias fortes e famintas: "Nenhum país muda suas regras-de-jogo sem avaliar os impactos e se preparar para as consequências". E aponta que se está obrigando o país a regredir, quando a hora seria de retomar o desenvolvimento nacional. "Essa nova política industrial tem cheiro de D. João VI", define, lembrando a abertura dos portos, em 1808, que inaugurou uma longa predominância inglesa na economia brasileira. A previsão é inquietante: se vier a ser praticada de fato a nova orientação, problemas econômicos e sociais graves atingirão o país.

"Esta é uma política sem futuro", avalia o professor Carlos Alberto Cosenza, da Coppe/UFRJ, advertindo que "o que se deve combater não são as formas de proteção à indústria nacional, mas os oligopólios e os superlucros, que distorcem as políticas desenvolvimentistas. E, antes de tudo, deve-se incentivar a expansão do consumo de massa, base do crescimento", aspecto, aliás, inteiramente fora das preocupações do governo Collor, que considera essencial gerar desemprego, através da recessão que entende ser o instrumento de ressurreição da economia brasileira.

A reação do grande empresariado, representado pela Federação das Indústrias de São Paulo-Fiesp, foi diplomaticamente cautelosa. Mário Amato, presidente da instituição, registrou identidade "filosófica" com os princípios da nova orientação, mas exigiu que a entidade comeasse a participar do acompanhamento das medidas efetivas, sinal de preocupação.

Uma política sem futuro

“Vejo a nova orientação industrial, determinada pelo governo Collor, como uma política sem futuro”, afirma o engenheiro e economista Carlos Alberto Cosenza, professor da Coordenação de Pesquisas e Pós-Graduação em Engenharia-Coppe da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Em sua opinião, falta coerência técnica e política a esse plano, que fixa, entre suas pretensões, a de remodelar a indústria brasileira.

“Várias razões – explicita o professor Cosenza – atuam para impedir que se realizem os objetivos que se alega pretender alcançar. O primeiro ponto relaciona-se com a limitação cambial. Para produzir a pretendida competição de produtos estrangeiros com os nossos, é preciso importar, isto é, dispendêr dólares. Ora, o governo terá, então, que optar entre gastar as reservas em importações ou utilizar esses recursos para enfrentar os compromissos da dívida externa”.

Outro ponto que age contra os objetivos explícitos da nova política é que não deverá ocorrer, de fato, a tal competição. “E não haverá essa prevista competição, simplesmente porque a perspectiva da economia brasileira é a da recessão, mesmo porque a própria equipe econômica está determinada e vive repetindo seu compromisso com a imposição de recessão ao país. Ora, num país que se encaminha para a recessão, praticamente à força, investir é um risco. E associar “abertura dos portos” com recessão é elaborar um coquetel altamente venenoso para os interesses empresariais. O nível de investimento da economia brasileira anda baixíssimo, talvez até abaixo de 15% do PIB. Exportar tal economia à competição é criar o risco de sucateamento do parque produtivo do Brasil”, afirma o estudioso.

Segundo ele, as novas orientações imobilizam nossos empresários, que suspendem os investimentos, aguardando os efeitos da nova política. Portanto, não se dinamizará a produção e, consequentemente, os produtos não baixarão de preços, nem mesmo os que vierem a ser importados. “O resultado é que a competição, sobre a qual o governo funda suas esperanças, não passa de uma expectativa enganosa”.

Os perigos se completam, quando se sabe que

O plano governamental inviabiliza investimentos e impede o avanço tecnológico

o setor produtivo tem sua economia de escala, isto é, funciona de acordo com o tamanho da economia em que está inserido. “Assim, como pode nossa indústria, basicamente voltada para o mercado interno, ter capacidade de competição com a indústria estrangeira especializada em exportar?”, pergunta. A consequência, em sua opinião, é que o segmento nacional da indústria tenderá a desaparecer, antes de ter podido explorar suas opções naturais de exportação, que são os mercados do Terceiro Mundo, em especial o latino-americano, nos quais o Brasil tem liderança natural. “E estes mercados são imensos, nunca explorados pelo Brasil, que tem condições de se impor ante eles, com nossa tecnologia intermediária”.

Reaganomics – A nova política industrial do governo Collor é a persistência do neoliberalismo defendido por uma década pelo governo norte-americano, na chamada era Reagan, agora continuada por George Bush. Na opinião do professor Cosenza, a política agora anunciada por Collor tem origem anterior e nasceu no Ministério da Indústria e Comércio, na gestão do ministro Roberto Cardoso Alves, com elaboração básica por técnicos do BNDES e professores do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica-PUC do Rio de Janeiro.

*Cosenza:
modernização teria
sido possível, só com
os recursos enviados
para fora*



Mas, Cosenza entende haver alguns obstáculos difíceis de serem transpostos, apesar do clima de cruzada neoliberal em que vive o governo. O primeiro é o câmbio, que, de início, favorece o importador, mas liquida as reservas de divisas da nação e elimina de vez as possibilidades de se lançar uma moeda mais forte. Igualmente, o desequilíbrio cambial tanto favorece o importador, quanto prejudica o exportador, levando a uma inversão na balança comercial.

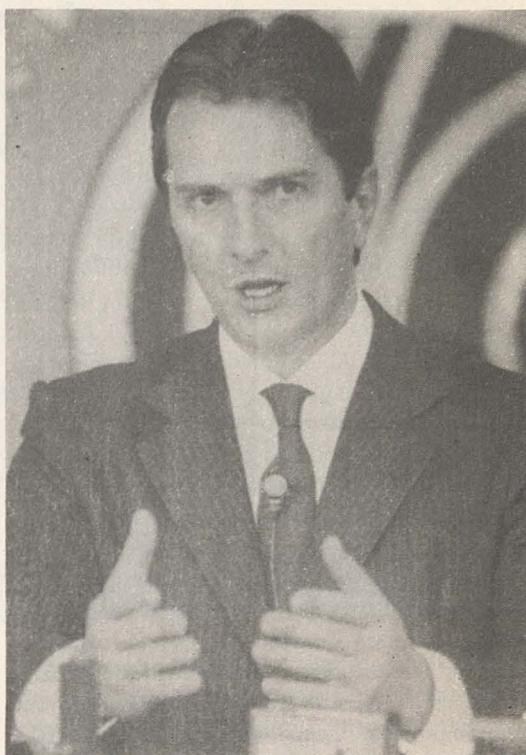
Outro aspecto é que se agravará o sistema que torna o país dependente das transnacionais para entrar no mercado externo. Ou seja, a indústria nacional não se beneficiará de qualquer absorção de tecnologia avançada – embora a nova política anuncie que essa será uma das consequências – porque nossas empresas não têm escala de produção nem mercado, que viabilizem tal absorção. Além disso, “há o aspecto decisivo de que as transnacionais não exportam tecnologia de ponta, simplesmente porque não consta da política delas criar competidores no mercado mundial”.

Um exemplo claro dessa realidade foi o programa Beflex, iniciado na década de setenta, visando a ampliar as exportações através da melhoria tecnológica de nossos produtos. Apesar dos excepcionais incentivos concedidos pelo governo, inclusive para aquisição de máquinas e equipamentos avançados, a indústria automobilística brasileira, que é transnacional, não incorporou os avanços de suas matrizes e sequer reduziu os preços dos carros no mercado interno.

Retrocesso – O abandono da linha de desenvolvimento interno também propiciará outro risco à economia, uma espécie de regressão à intermediação: muitos produtores abandonarão suas fábricas para se tornarem simples comerciantes de produtos estrangeiros. “As consequências econômicas e sociais desse processo são fáceis de prever: queda de produção, preços altos, desemprego”, enumera Cosenza.

“Tudo isso ressalta a base equivocada em que se apóia o governo – continua. O que se deve buscar para impulsionar nossa indústria são meios adequados, que, mesmo permitindo certa competição externa, preserve a produção interna. O que se deve eliminar é a mania de exploração excessiva característica de alguns setores, controlar a ganância e o costume já arraigado do lucro fácil. Com isso, se teriam produtos mais baratos e o mercado seria mais equilibrado e maior”.

Collor: cumprindo o roteiro neoliberal do FMI



vestida governamental contra as reservas de mercado carece de inteligência, pois se está lançando fora uma arma essencial do desenvolvimento das nações atrasadas: “É preciso entender que as reservas de mercado não devem ser abandonadas por terem sido mal usadas. O que se deve é fazer as correções devidas dos abusos, pois o sistema de reserva é a única forma de desenvolver tecnologia”.

Como alternativas equilibradas à nova política, ele aponta diversas providências que o governo poderia facilmente adotar, se quisesse, a começar por um efetivo controle dos custos de produção, de modo a impedir altas exageradas de preços. “Um controle desse tipo, via matriz de insumos, que envolve o controle dos preços destes, tornaria a concessão dos aumentos dos produtos um mecanismo objetivo e rápido, eliminando as negociações diretas entre técnicos do governo e empresários. Este seria um meio eficiente de controlar preços ao consumidor, enfim de baratear os produtos”, explica.

Outra medida capaz de impulsionar a modernização da indústria nacional seria a canalização de recursos financeiros para o sistema produtivo, tornando-o mais atrativo que a ciranda financeira: “O círculo vicioso começava com a posição governamental de tentar equilibrar a economia, através do massacre dos salários. Com isso, o mer-

“É preciso entender que as reservas de mercado não devem ser abandonadas por terem sido mal usadas. O que se deve é fazer as correções devidas dos abusos, pois o sistema de reserva é a única forma de desenvolver tecnologia”

Alternativas – Na opinião de Cosenza, a in-

cado consumidor diminuía e o empresário passava a garantir seus lucros na especulação financeira, enquanto sustentava preços altos, mesmo para um mercado menor, pois seu lucro deixava de vir do negócio em si".

Segundo Cosenza, o governo deveria preocupar-se em utilizar as reservas para modernizar o parque industrial e recuperar a infra-estrutura social, de modo a garantir maior produtividade. "Só com os recursos mandados para fora, teria sido realizada essa modernização. Basta lembrar que mais de 100 bilhões de dólares foram para o exterior, durante o último governo".

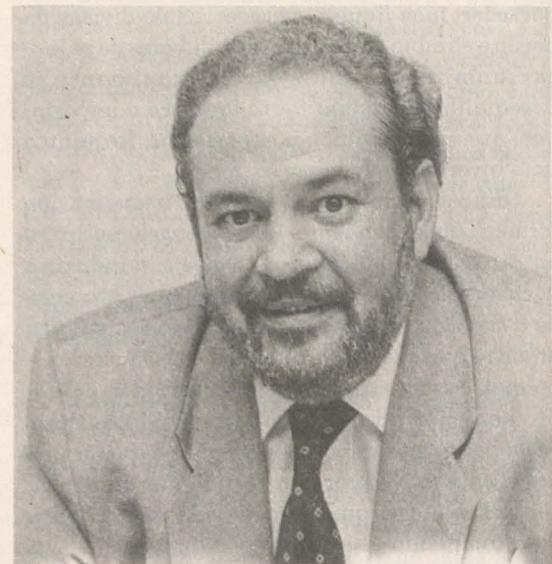
A adoção de políticas regionais esclarecidas seria outra providência capaz de contribuir para o equilíbrio da economia nacional, pois determinaria a exploração racional dos recursos locais, além de fixar as populações em suas regiões.

"Ainda no campo das alternativas, o que o Brasil deveria fazer seria desenvolver tecnologia própria, apoiando institutos de pesquisa e universidades. Tecnologia não se adquire abrindo caixas-pretas, mas de cabeça a cabeça. Cito um exemplo: aqui na Coppe, nos anos setenta, tivemos cursos de professores e pesquisadores do mais alto nível, especialistas dos Estados Unidos, União Soviética, Alemanha Federal, França, Grã-Bretanha. Essa efetiva transmissão de conhecimentos tornou a Coppe um dos maiores centros de pesquisa do mundo. E foi assim que o Brasil tornou-se hoje um país avançado em tecnologia de exploração petrolífera em alto mar, em engenharia biomédica e metalurgia, reconhecido mundialmente. Portanto, o que se deve fazer é trazer ao país pessoal gerador de tecnologia, para que nossos pesquisadores evoluam", enfatiza.

Uma lição que outras nações já aprenderam com desastrosas políticas neoliberais é que só se abrem portos, quando a economia nacional está fortalecida e capacitada a enfrentar a concorrência, ensina o professor. "A política que se está adotando é equivocada e não resultará em qualquer avanço. Esperando que os mais ricos nos dêem de presente as últimas tecnologias, é fatal que estaremos eternamente atrasados. O governo está esquecendo que o início do desenvolvimento é sempre custoso. O que se deve combater não são as formas de proteção à indústria nacional, mas os oligopólios e os superlucros, que distorcem as políticas desenvolvimentistas. E, antes de tudo, deve-se incentivar a expansão do consumo de massa, base do crescimento", conclui o professor Cosenza.

Procópio Mineiro

E a pequena indústria?



Benito Paret: evitar equívocos

Benito Paret*

Muitas das mudanças propostas são concentradoras, aumentam a oligopolização da economia e expandem o desemprego e a crise social

Que o nosso modelo industrial precisa ser revisto, ninguém duvida. Que muitos dos mecanismos de proteção e incentivos foram deturpados, cartelizando e cartorizando a economia, também é consenso. Que precisamos interagir mais com a economia mundial, ampliando os canais do comércio exterior e promovendo maiores intercâmbios, é aceito por todos.

O que não gera concordância é a nova política que estão pretendendo implantar no país. Muitos pontos são, a nosso ver, prejudiciais, outros não estão claramente expostos e muitos não foram abordados. É necessário ampliar a discussão e ouvir os diversos setores da sociedade. A nova política não deve ser gestada exclusivamente pelos representantes dos grandes interesses econômicos, e muito menos apenas por aqueles que estão sediados em São Paulo.

A reformulação do nosso modelo industrial não pode ser planejada a partir de experiências externas, que nada têm a ver com a nossa realidade, nem a partir de avaliações equivocadas do que outros países de fato realizaram.

Japão e EUA - O Japão é um exemplo típico.

Até o final da década de 70, a economia japonesa era muito fechada. Nem a IBM, que dominava todos os mercados capitalistas, conseguiu se impor. As dificuldades legais de importação e de instalação de empresas estrangeiras preservavam o mercado interno e viabilizavam a obtenção de escala, para disputar no comércio internacional. Aliado a uma prática protecionista, o governo japonês investiu pesadamente em tecnologias novas, possibilitando a concorrência de suas indústrias no mercado mundial.

Os países desenvolvidos não atingiram o seu atual estágio de riqueza, sem que praticassem formas variadas de reservas de mercado. Os Estados Unidos têm controlado as entradas de produtos de fora no seu território, através da fixação de padrões e normas difíceis de cumprir pela indústria estrangeira. Durante anos, por exemplo, eles dificultaram a entrada de automóveis, exigindo pesados requisitos de segurança, e manipularam autorizações de alimentos, sob vários pretextos. Ao mesmo tempo, impediam a livre comercialização de determinadas tecnologias e produtos.

Mas, uma questão fundamental neste debate é o consenso, do Primeiro Mundo, sobre a importância estratégica das pequenas indústrias. Com estas, as mudanças tecnológicas ocorrem mais facilmente, na medida em que são mais receptivas às inovações. Prova desta preocupação é o investimento de milhões de dólares do Mercado Comum Europeu na preservação de suas pequenas empresas. Já a nossa nova política industrial o que propõe?

Um faroeste – As pequenas indústrias podem ser agrupadas em três grupos, para efeito de avaliação do impacto das medidas. Há aquelas que produzem para as grandes empresas, as que trabalham em nichos específicos do mercado, e aquelas que estão voltadas diretamente para o público consumidor.

Com a abertura generalizada das importações, os grandes grupos industriais, através de suas relações internacionais, passarão a comprar muito dos seus insumos e componentes no mercado externo, aproveitando a defasagem da taxa cambial, o que levará ao fechamento de milhares de pequenos fornecedores.

Por outro lado, a atração de alguns fabricantes estrangeiros inviabilizará produtos específicos que estão sendo produzidos no país. E, no caso das indústrias voltadas para o consumo, é impossível a concorrência com produtos produzidos em grandes escalas.



*Políticas recessivas
lançaram
trabalhadores na rua,
obrigando ao
subemprego e às
ginásticas da
economia informal*

Muitas das mudanças propostas na política industrial são concentradoras e aumentaram a oligopolização da economia, tornando mais uma vez a prática diferente da teoria. A baixa taxa cambial viabiliza as compras no exterior, sem que, no entanto, garanta necessariamente a pretendida diminuição dos preços dos produtos para o consumidor. Definitivamente, os oligopólios não constróem seus preços finais apenas a partir dos seus custos.

A década de 80 se caracterizou pelo baixo investimento nas atividades produtivas. A produção industrial permaneceu estagnada, o parque de equipamentos não acompanhou a evolução tecnológica e as nossas empresas não estão estruturalmente preparadas para a concorrência pretendida. A própria modernização, através do incremento da automação, precisa ser acompanhada de um programa de reaproveitamento da mão-de-obra. Nenhum país muda suas regras-de-jogo sem avaliar os impactos e se preparar para as consequências.

Preservar as pequenas indústrias não é uma postura corporativa da Flupeme. É, antes de tudo, uma preocupação com a preservação das estruturas básicas da economia e com o combate à cartelização das atividades produtivas. Neste momento, qualquer aumento de desemprego aprofundará a recessão e agravará a crise social em que nos encontramos. Vamos mudar, sim, mas tem que ser para melhor.

Benito Paret é empresário e presidente da Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa-Flupeme.

Um exemplo perigoso

A experiência argentina beneficiou apenas alguns grandes grupos

Marcelo Montenegro

A recente experiência argentina de expor sua indústria nacional à competição externa – para, supostamente, produzir uma aumento da eficiência e da competitividade – deve servir de advertência, quanto ao que pode ocorrer numa economia submetida a uma abertura repentina, que afete a pesquisa e a engenharia locais.

De 1976 a 1983, o governo militar aplicou uma política econômica neoliberal, cujos efeitos na esfera industrial produziram a quebra de quase 60% do parque instalado. A desindustrialização da Argentina – segundo cálculos do economista Aldo Ferrer – produziu prejuízos equivalentes a dois Planos Marshall completos. O produto per capita retrocedeu aos níveis dos anos 60 e a dívida externa multipliou-se por cinco, passando dos 9 bilhões de dólares de 1975 aos 45 bilhões de 1982.

Coquetel explosivo – O processo de quebra e concentração foi particularmente drástico entre 1979 e 1982. Nesses anos, o ministro Martínez de Hoz compôs uma

combinação de variáveis econômicas, que produziu efeitos letais sobre a maior parte do setor manufatureiro do país: liberação indiscriminada de importações; taxas de juros mantidos, artificialmente, em níveis altíssimos; dólar subvalorizado também de forma artificial, produzindo-se a supervalorização do peso argentino. Isto, na prática, funcionou como uma forma de financiamento das importações.

O efeito foi devastador: em 1983 – cinco anos após a abertura dos portos à competição externa – a produção industrial se tornara 10% menor que dez anos antes. O produto industrial, como parte do conjunto da economia nacional, declinou de 38,4% em 1973 para 24,5% em 1983. O investimento industrial, que em 1973 representava 20% do PIB, caiu a menos de 15% em 1983.

A proclamada modernização da indústria argentina, que teoricamente surgiria após a abertura ao exterior, foi extremamente custosa para os industriais médios e pequenos, que praticamente desapareceram. A reconversão das fábricas exigiu, segundo coincidem os analistas, muito capital, grande capacidade de gerência, acesso ao crédito bancário, informações privilegiadas de fontes governamentais e do próprio mercado, e sólidos contatos com o exterior. E tais condições só eram alcançadas pelos grandes conglomerados e pelos “amigos do rei”, os úni-

cos, portanto, a sobreviver. Mesmo assim, algumas transnacionais deixaram o país, como a General Motors, enquanto outras, como a Fiat, transferiram suas fábricas principais para o Brasil.

Os sobreviventes – O plano arrasou a substituição de importações que, laboriosamente, havia sido construída durante 40 anos. Produziu um enorme crescimento do capital financeiro parasitário e transformou muitos industriais médios e pequenos em especuladores. Mas, sobretudo, a abertura econômica ao

dizer, seus créditos estão sendo pagos agora por toda a sociedade. Os especialistas afirmam que esse capital, estimado entre 25 e 30 bilhões de dólares, permanece líquido... e no exterior!

Perez Companc, Garavaglio y Zorraquin, Astra, Celulosa Argentina e Bunge y Born figuram entre tais conglomerados do país, enquanto Techint, Siemens, Brown Boveri, Renault e Autolatina estão entre as transnacionais beneficiadas.

Apesar de serem os grandes beneficiários do plano, a voracidade dos “capitães de indústria” não se saciou com as mutilações que a experiência produziu sobre o parque industrial privado. As empresas do Estado ficaram sob a mira dos grandes interesses e foram submetidas a endividamento externo, péssimas administrações e descrédito ante os usuários.

Isto permite que agora, quase dez anos depois, as estatais argentinas sejam postas à venda, a preço de banana. As comunicações, o sistema energético, a administração rodoviária e o metrô de Buenos Aires, além dos setores mais rentáveis dos Correios e de outros serviços públicos estão sendo passados a mãos privadas pelo governo de Carlos Menem. Os compradores, em geral, são os grupos que se enriqueceram com a abertura de Martínez de Hoz.

Como ficou claro, a liberação das importações, nas condições impostas pelos militares argentinos, provocou o empobrecimento geral do país. Em benefício de uns poucos, que hoje monopolizam recursos e concentram a riqueza.

A abertura econômica ao exterior, comandada por Martínez de Hoz, levou à concentração da atividade industrial rentável em bem poucas mãos

exterior comandada por Martínez de Hoz levou à concentração da atividade industrial rentável em bem poucas mãos.

Nestas, estão as empresas dirigidas pelos chamados “capitães de indústria”: são os donos de não mais que 20 grandes grupos e agora detêm um poder decisivo sobre a economia e a política argentinas. São empresas nacionais e estrangeiras, algumas integradas e associadas. Absorveram a transferência de todo esse capital expelido do mercado e se beneficiaram do crédito externo, retirando dólares do país. O governo deu aval aos empréstimos que tais grupos tomaram junto a bancos internacionais. Quer

Calha Norte reduz terras indígenas

Lideranças tribais reclamam do projeto governamental, que tem por objetivo explícito a defesa das fronteiras do país, mas que está propiciando a ocupação irregular de suas terras

Memélia Moreira

Em três anos e meio, a partir de sua implantação, o projeto Calha Norte reduziu, em mais da metade, os territórios de ocupação imemorial das nações indígenas localizadas nas margens dos rios Negro e Amazonas, atingindo as populações da área cultural do Alto Rio Negro (Tukano, Baré, Desana, Maku, Baniwa) e Tikuna, no estado do Amazonas, e os Yanomâmis, no estado de Roraima.

O projeto foi concebido e instalado pelo general Rubem Bayma Denys que, no governo do presidente José Sarney, foi chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, da secretaria do Conselho de Segurança Nacional-CSN e, posteriormente, da Secretaria de Defesa Nacional-Saden, quando da extinção do CSN.

Em todo esse tempo, o Calha Norte não cumpriu seu objetivo básico, que era o de mostrar "a presença institucional brasileira" na região de seis mil quilômetros de fronteira norte, do Amapá ao Amazonas. Mas, se não foi eficiente para cumprir seu objetivo básico, o Calha Nor-



Calha Norte: porta de entrada de garimpeiros nas terras dos índios

te é responsável pela desagregação política, social e cultural das nações indígenas da região, e pela ocupação massiva dos territórios indígenas por milhares de garimpeiros e empresas mineradoras, com alvarás de pesquisa do Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, além de empresas madeireiras que, mesmo ilegalmente, retiram milhares de metros cúbicos de madeira de lei da Amazônia.

Além disso, a região vem sendo utilizada pelos narcotraficantes para a lavagem dos dólares nas áreas de garimpo. O Calha Norte, responsável pela abertura das primeiras pistas de pouso na região, tem sido débil para evitar a multiplicação desses campos de pouso usados pelos narcotraficantes em suas rotas internacionais.

Os pelotões do projeto são também incapazes de conter o contrabando de ouro, que diariamente sai das pistas de Roraima e do Alto Rio Negro, porque nem mesmo controla as

fronteiras, como dizia o general Bayma Denys ao defender seu projeto.

Doenças e morte – O preço pago pelos Yanomâmis foi alto. Em três anos, de acordo com o relatório de saúde apresentado pelo movimento Ação pela Cidadania, houve uma redução populacional de 15%. Mais de 1.500 índios mortos de desnutrição, malária, pneumopatias e ataques armados dos

garimpeiros. Eles desconheciam essas doenças antes de 1986. E os Makuxi, grupo indígena integrado, de Roraima, não atingidos pelo Calha Norte, sofrem consequências indiretas: os garimpeiros levaram-lhes a aids: já há quatro casos dessa doença, marca da desestruturação do século XX.

Em Brasília, temendo a invasão em massa dos garimpeiros que já começaram a chegar, o líder Alvaro Tukano tem tentado revogar os decretos que reduziram em mais de seis milhões de hectares os territórios indígenas do Alto Rio Negro. Para se ter idéia do processo, os índios dessa região ocupam oito milhões de hectares, mas ficaram reduzidos a pouco mais de dois milhões. O mesmo aconteceu com os Yanomâmis que, dos nove milhões de hectares de terra, foram confinados em dois milhões e 600 mil hectares. Todos esses territórios são descontínuos. Para os Yanomâmis, 19 ilhas. Para os grupos do Alto Rio Negro, 14 ilhas. Álvaro quer a revogação dos decretos que reduziram a terra do seu povo, e sabe que o processo judicial é longo. O Ministério Público Federal está começando a contestar esses decretos, que desobedecem todos os pareceres antropológicos produzidos até agora pela Fundação Nacional do Índio-Funai.

A história do Calha Norte – Em setembro de 1985, alguns parlamentares oposicionistas receberam, em seus gabinetes, um grosso volume, sem assinatura, com um projeto governamental que pretendia ocupar a fronteira norte do país, numa faixa de seis mil quilômetros, estendendo-se do Amapá, passando por Roraima e indo até o estado do Amazonas, na região conhecida por "Cabeça do Cachorro". No documento, dizia-se que o governo levaria para a área a "presença institucional brasileira", com pelotões do exército para apoio médico-hospitalar das populações ribeirinhas, além de infra-estrutura educacional. Nele estariam engajados também a marinha, com barcos levando produtos da Companhia Brasileira de Abastecimento-Cobal e a aeronáutica, com a construção de campos de pouso.



General Denys: mostrar a "presença institucional" do país

O projeto previa também o assentamento do excedente de camponeses que não pudessem ser beneficiados pelo Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA, que estava sendo elaborado naquela época, pelo então ministro da Reforma Agrária, Nélson Ribeiro, e alguns de seus principais assessores, entre eles, o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incar, José Gomes da Silva.

O calhamaço provocou enorme repercussão no Congresso Nacional, principalmente entre os deputados engajados nas causas populares. O primeiro a se manifestar foi o deputado Plínio de Arruda Sampaio, do Partido dos Trabalhadores-PT, de São Paulo e, em seguida, o deputado Lisâneas Maciel, do Partido Democrático Trabalhista-PDT, do Rio de Janeiro. As reações dos parlamentares foram negativas, e o documento rolou de mão em mão, sem que ninguém soubesse sua autoria.

Os protestos se voltavam contra o assentamento de lavradores numa área sem qualquer infra-estrutura, repetindo o fracassado programa de colonização implantado pelo general Garrastazu Médici, na

Amazônia, e rechaçado por toda a sociedade.

Na verdade, a divulgação desse projeto era uma tática costumeira praticada pela ditadura militar que, no lugar de submeter seus planos ao debate nacional, distribuía-os entre parlamentares e jornalistas, para conhecer a reação. Eram os conhecidos "balões de ensaio", que podiam ser engavetados sem desgaste para o governo.

Não houve aceitação, mas os indigenistas descobriram a autoria do projeto e suas implicações para os povos indígenas da região. O projeto, entretanto, pareceu esquecido. Identificado por Projeto Calha Norte, ele foi elaborado pelos generais e coronéis da secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional. O general Ruben Bayma Denys, nas poucas entrevistas que concedia aos jornalistas credenciados na Presidência da República, desfiava declarações de entusiasmo ao

Os chefes indígenas foram a Brasília para protestar



A mais recente figura jurídica usada para reduzir os territórios indígenas é, ironicamente, a floresta nacional. Essa figura foi incorporada, há pouco mais de três anos, aos projetos governamentais e, na verdade, se constitui em escudo protetor junto aos credores externos. Mas, de fato, a floresta nacional não se revela área de proteção ambiental e sim área destinada à exploração econômica.

A criação de áreas de proteção ambiental vem sendo exigida pelos bancos internacionais, desde o início da década de 80. A primeira exigência surgiu na época da construção da estrada BR-364, a Cuiabá-Porto Velho, cortando o território nambiquara, e com recursos do Banco Mundial. A estrada atravessa grande parte do território desses índios, e as entidades nacionais de defesa indígena protestaram, porque o sítio arqueológico dos nambiquara seria atingido.

Imediatamente, o Banco Mundial enviou uma de suas assessoras para discutir o projeto com as entidades não-governamentais do Brasil. Na hora da assinatura do contrato de empréstimo, acatando a sugestão de sua assessora Maritta Koch-Weise, o Bird exigiu proteção para os índios e a defesa do meio ambiente.

Com o crescimento da consciência ecológica na Europa e Estados Unidos, os bancos financiadores de projetos no Brasil passaram a condicionar os empréstimos à proteção ambiental. Não foi difícil aos formuladores da nossa política na Amazônia

Roupagem nova para contratos de risco

nia descobrirem a fórmula mágica que, ao mesmo tempo em que atende às condições externas, pode servir de ponto para a manutenção da política desencadeada no Brasil pelos governos militares.

Além de atenderem aos credores externos, as florestas nacionais vêm servindo para reduzir os territórios

do a fórmula burocrática, com a qual o país driblou a condição aos empréstimos. Essas instituições, principais interessadas na exploração de nossos produtos básicos, jamais se deram ao trabalho de ver o que se passa dentro de uma das chamadas florestas nacionais. Conformam-se com o drible dado pelas autorida-



A presença do branco provoca a desagregação social das tribos

indígenas. Na demarcação de cada território, a secretaria do Conselho de Segurança Nacional, e depois, a Sadan, envolviam as áreas indígenas com florestas nacionais. Aparentemente, não havia como contestar, porque, no princípio, a opinião pública acreditava que a criação dessas florestas significava a proteção ambiental necessária à Amazônia.

Demorou pouco tempo, para que a opinião pública nacional entendesse que essas florestas nacionais são, de fato, áreas de exploração madeireira e garimpeira. Enquanto isso, as instituições financeiras internacionais vêm aceitan-

des brasileiras, com a desculpa, junto à opinião pública de seus países de origem, de que o Brasil está atendendo às exigências de proteção ambiental.

Na verdade, as florestas nacionais são a roupagem nova de um projeto antigo do coronel Mário David Andreazza, que foi ministro do Interior do último presidente militar, general João Baptista de Figueiredo.

No projeto do coronel Andreazza, essa mesma figura jurídica se escondia sob o rótulo de "contratos de risco de madeira", e para isso dezenas de florestas foram mapeadas para exploração. A primeira delas seria a floresta do Tapajós, no estado

do Pará. A reação contra os contratos de risco florestais foi imediata e ruidosa. O coronel engavetou então o projeto, que ressurgiu no governo do presidente Sarney, sob os auspícios do general Bayma Denys e, dessa vez, não apenas para a exploração de madeira, mas para todos os minérios que repousam sob tais florestas.

E as florestas, devastadas pelo garimpo e pela exploração de madeira em larga escala, terão nova cobertura vegetal.

No último dia dez de maio, o ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, responsável pela área de Minas e Energia, acompanhado pelo secretário especial do Meio Ambiente, José Lutzemberger, e o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, visitaram uma área de Rondônia que já foi, há menos de cinco anos, uma exuberante floresta e que hoje se encontra completamente devastada pela atividade garimpeira. A área será reflorestada, e os ambientalistas alertam: uma floresta morta, mesmo recebendo outra cobertura, jamais será a mesma. Nelas sobrevivem apenas os pardais e os tatus.

Apesar disso, o governo insiste em mapear a Amazônia com florestas que nunca foram de proteção ambiental, enquanto os credores externos, satisfeitos por não perderem as comodidades e as riquezas oferecidas pela exploração de nossas matérias-primas, aceitam o jogo das autoridades que estão transformando as florestas brasileiras em uma sucessão de crateras e desertos.

Calha Norte. Dizia ele que até mesmo os territórios indígenas seriam protegidos, porque nenhum invasor ousaria ocupar uma área controlada pelas forças armadas.

Implantação – Na euforia do Plano Cruzado, quando todo o país delirava com a queda da inflação, o Calha Norte começou a ser implantado. Vivia-se maio de 1986. As primeiras pistas de pouso foram construídas na serra das Surucucus, em Roraima, região sagrada dos Yanomâmis. A essa altura, as entidades alternativas de defesa dos índios, entre elas o Conselho Indigenista Missionário-Cimi, condenavam o projeto que, na sua verdadeira versão, ocuparia terras indígenas.

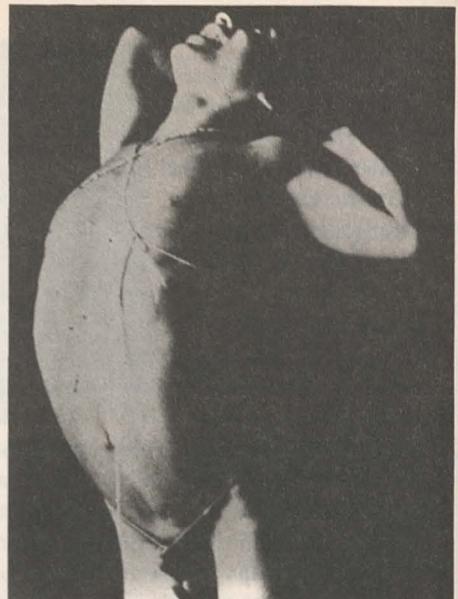
De nada adiantaram os protestos, mas o quadro ainda não era de tragédia. Em sintonia perfeita com o CSN, o então presidente da Funai, Romero Jucá, posteriormente governador de Roraima, expulsou das terras Yanomâmis um grupo de missionários, médicos e antropólogos, e proibiu a entrada de jornalistas. Enquanto isso, mais de cinco mil garimpeiros, usando as pistas de pouso do Calha Norte, desembarcaram em todos os pontos do território Yanomâmi. O primeiro impacto foi assustador: 68 índios mortos, em quatro meses, de doenças e violências.

De forma coordenada, o general Denys atuava junto às comunidades indígenas do Alto Rio Negro. Lá, às

populações indígenas, num total de 11 mil pessoas, o general prometia desenvolvimento econômico, em troca de apoio ao Calha Norte e à mudança do estatuto jurídico da terra. Elas não seriam mais “áreas indígenas”, mas sim “colônias indígenas”. Os estudiosos também foram expulsos. O exército passou a perseguir, frontalmente, a missão dos padres salesianos do Alto Rio Negro, que é bastante criticada pelas lideranças indígenas por sua atuação evangelizadora, mas, que, apesar de tudo, já está em contato com os grupos indígenas da área desde o princípio do século XX.

Mineração – A história do Calha Norte ainda está se desenrolando. No caso dos Yanomâmis, os 1.500 mortos, em três anos, provocam uma interrogação: “O país declarou guerra à última etnia primitiva demograficamente importante do planeta?” Só quando for escrito o último capítulo da história, se terá uma resposta. No caso dos índios do Alto Rio Negro, a batalha se desenvolve em diversos palcos. Grande maioria de seus líderes, os que já estão aculturados, se desloca a Brasília e, de viva voz, sem intermediários, protesta contra a fragmentação territorial imposta pelo Calha Norte.

Eles denunciam também a presença, legalizada pelo governo, das empresas mineradoras Paranapanema, de propriedade de Octávio Lacombe, e Gold Amazon, cujo sócio, Tomé Mestrinho, é



Em três anos morreram 1500 yanomâmis

irmão do ex- governador Gilberto Mestrinho, que volta a se lançar candidato ao governo do Amazonas. A grande imprensa, em particular a Rede Globo, mantém silêncio sobre as mineradoras, porque seu proprietário, Roberto Marinho, é sócio da empresa de mineração Brumadinho, com Octávio Lacombe.

As populações ribeirinhas das calhas do Rio Negro e Amazonas continuam sem o atendimento médico prometido pelo Calha Norte e a barca de abastecimento, com produtos da cesta básica, ainda não chegou. Não há também mais dentistas ou médicos na região. Mas, os índios foram irremediavelmente afetados, enquanto os países vizinhos (Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e França, com sua colônia) vêm, com suspeitas, a presença dos militares que não conseguem controlar as fronteiras nem impedir que garimpeiros construam pistas clandestinas na Venezuela, como ocorreu em 1989. Entendem menos ainda por que pistas construídas pelas forças armadas serviram para abertura de outros campos, onde os narcotraficantes transitam sem incômodos.

E, para completar o processo de espoliação dos territórios indígenas, as mesmas cabeças que elaboraram o Projeto Calha Norte criaram também mais uma figura jurídica no Brasil: as florestas nacionais.



O choque cultural representa a destruição do universo indígena

As cobaias do Calha Norte

Asistemática reivindicação dos índios à autodeterminação – reivindicação iniciada pela nação Tukano –, a existência de atividade garimpeira desordenada, indícios da presença de guerrilheiros do M-19 e o trânsito dos narcotraficantes na região transformaram a área do Alto Rio Negro em prioridade para atuação do Projeto Calha Norte.

Ali, no noroeste do Amazonas, com a presença de mais de 20 mil índios em graus diferentes de aculturação, o general Bayma Denys decidiu testar seu projeto de redução do território indígena, bem como a transformação de parte das áreas indígenas em colônias, onde a secretaria do Conselho de Segurança Nacional pretendia que os silvícolas, independentemente de seus hábitos milenares, cultivassem produtos comerciais de nossa economia.

Os primeiros decretos de homologação das novas áreas não deixaram dúvidas. Dos mais de oito milhões de hectares reconhecidos como área de ocupação imemorial dos índios, em território contínuo, sobraram 2,6 milhões, fragmentados entre si. O restante passou a se chamar “floresta nacional”.

Os últimos decretos de homologação foram assinados uma semana antes de o presidente José Sarney deixar o governo, e todos eles traziam a marca inconfundível do general Bayma Denys, inspirador dos decretos, sob orientação do coronel Couto Filho, a quem coube a redução das áreas e que, ainda hoje, permanece no governo, dentro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, contestando qualquer estudo antropológico que reconheça aos índios a ocupação legal de suas terras.

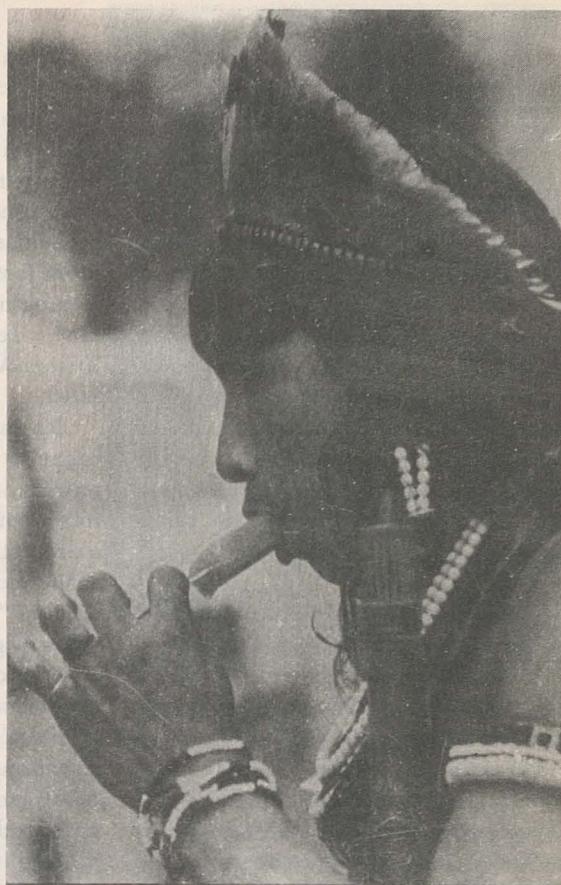
Enquistado na nova Secretaria de Assuntos Estratégicos, criada pelo presidente Collor de Mello, o coronel Couto Filho já é figura conhecida dentro

da Funai. A cada vez que ele determina ao órgão que aponte áreas à Secretaria de Assuntos Estratégicos, para que se proceda a reestudo de limites, geógrafos e antropólogos se alarmam. Invariavelmente, tal reestudo significa redução das áreas. Assim aconteceu com os Yanomâmi, com o Alto Rio Negro, com os Uru-eu-wau-wau, de Rondônia, e assim está acontecendo com os Pakkas-Novos, também de Rondônia. O coronel Couto Filho, que desde a ditadura militar permanece nas salas onde se traçam as prioridades da segurança nacional, é intocável.

Um dos ex-presidentes da Funai, Apoena Meirelles, fez declaração pública de que a Fundação Nacional do Índio tem poderes limitados diante do grupo de militares que trata da segurança nacional.

Durante a implantação do Projeto Calha Norte, em abril de 1986, Meirelles anunciava à Associação da União das Comunidades do Rio Tiquié, que estava fora de seu controle a decisão final sobre a proposta de delimitação daquela reserva: afirmou que a regularização fundiária do Pari-Cachoeira estava “à disposição do Conselho de Segurança Nacional”. Para os índios, foi uma surpresa. Eles desconheciam completamente o fato de que, além do órgão tutor, havia figuras invisíveis que decidiam tudo sobre o futuro das nações indígenas no Brasil.

Sem perder tempo, os índios foram a Brasília no mês de junho do mesmo ano, sendo recebidos pelo general Denys. Na reunião, da qual participava também o novo presidente da Funai, Romero Jucá, as lideranças do Alto Rio Negro apresen-



Apesar da invasão, os índios lutam por suas terras

taram suas antigas reivindicações. A proposta dos índios foi rejeitada pelo general Bayma Denys.

De acordo com o relatório elaborado pelos índios que participaram da reunião o militar “ficou muito furioso, porque fomos favoráveis à terra coletiva, e disse que o presidente José Sarney não assinaria os decretos das reservas indígenas. O general disse que teríamos que aceitar a colônia indígena (divisão em lotes) ou perderíamos todos os direitos sobre a terra”.

Algumas lideranças, temendo a perda total do território, enviaram cartas às autoridades, solicitando, mais uma vez, a demarcação de suas terras em área contínua, mas abrindo mão de parte do sudoeste de seu território tradicional, em favor da mineradora Paranapanema. Essa área tem uma concentração de jazidas de ouro, mas já tinha sido reconhecida pela Funai como de ocupação indígena do grupo Maku.

Era uma trégua à vista. O acordo, assinado sob pressão de perderem toda a terra, foi consagrado em 16 de agosto de 1986.

Pagaram por esse acordo os Maku, índios nômades, sem qualquer contato com a sociedade. Além disso, esse acordo feriu frontalmente a Constituição brasileira, segundo a qual as terras indígenas são bens inalienáveis da União, não podendo, por isso, ser objeto de qualquer transação entre índios e terceiros, estranhos ao grupo tribal. No acordo, a Paranapanema conquistou grande parte da área: ao que se sabe, essa empresa é particular e, portanto, sem qualquer vínculo legal com a União.

Humilhados – Mesmo contrários à implantação do Calha Norte e protestando contra a proposta de transformar a área indígena em colônia, os grupos do Alto Rio Negro viram todas as suas reivindicações naufragarem. Eles mal suportam a presença dos militares, e agora se preparam para enfrentar os garimpeiros, a quem já combateram em agosto de 1986, em incidentes com mortos.

“Será que o presidente Sarney criou esse projeto para guardar as fronteiras do Brasil ou ele apenas o criou para explorar minérios? As nossas terras foram invadidas por soldados, como se fosse a casa da sogra. Fomos humilhados mesmo”, desabafa o líder Tukano Armindo Pereira da Silva.

Na assinatura de homologação dos decretos, entretanto, as colônias retornaram à situação de área indígena, e o prometido apoio ao desenvolvimento econômico, adiado. E, pior ainda, para dar um “álibi antropológico” às novas áreas fragmentadas, o CSN adulterou os critérios de aculturação estabelecidos pelo professor Darcy Ribeiro (parâmetro para designar o grau de integração à sociedade nacional), e terminou por reduzir drasticamente a área indígena em seis milhões de hectares, limitando os índios a 2,6 milhões de hectares de terras. Já as florestas nacionais, que podem ser exploradas por madeireiros, garimpeiros e



As comunidades indígenas se sentem humilhadas

mineradoras, passaram a ocupar 4,2 milhões de hectares, rodeando as 14 ilhas demarcadas.

Eles nunca ouviram falar de Nuvem Vermelha, guerreiro dos sioux oglala que, nos Estados Unidos do século XIX, lutou contra o extermínio de seu povo. Ele deixou para a história uma frase, que pode ser repetida por qualquer índio do Brasil: “Fizeram-nos muitas promessas, mas do que posso me lembrar, mas eles nunca as cumpriram, menos uma: prometeram tomar nossa terra e a tomaram”.

Álvaro Tukano reclama de generais

Álvaro Tukano é um jovem líder de seu grupo. Foi um dos primeiros a aceitar a presença do Calha Norte na região do Alto Rio Negro. Ele acreditou nas palavras do general Bayma Denys, que lhe prometera terra demarcada, desenvolvimento econômico autônomo e, principalmente, segurança na terra contra as invasões. Por ter defendido o Calha Norte, Álvaro viu sua credibilidade enfraquecida e hoje denuncia a “traição dos generais”. Para Álvaro, o general Denys prometeu, também, o uso exclusivo das florestas nacionais aos índios.

“Nós tivemos uma experiência dura com o general Denys”, diz Álvaro, “porque suas palavras eram bonitas, tudo que ele nos dizia era bonito. Mas, pouco ou nada do que ele disse se concretizou. O resultado disso é que nossa palavra ficou desgastada, porque defendemos a implantação do

Calha Norte. Tudo aquilo que nós reivindicamos, que era demarcação de nossas terras, não saiu como prometido”.

O líder indígena – cuja história pessoal é pontuada pela expulsão de seu próprio território por determinação dos salesianos – foi também abandonado por todas as entidades de defesa dos índios, porque nunca se deixou tutelar pelos brancos. Ele faz as alianças que considera necessárias para a sobrevivência de seu povo e, no momento, está sozinho, assumindo todas as responsabilidades pelas acusações contra os militares do extinto Conselho de Segurança Nacional.

“Os militares nos enganaram o tempo todo”, afirma Álvaro, “porque, desde os tempos do general Ismarth (ex-presidente da Funai), nós reivindicamos a demarcação de nossas terras, mas, até agora, o que nós temos é a terra dividida. E não dá para acreditar sequer nos salesianos. Eles são como a Funai, sempre cumprindo ordens de terceiros. Acho que o novo presidente deveria desmilitarizar a questão indígena. Este seria um grande desafio para ele, que tanto gosta de desafios”. Em consequência de sua denúncia, Álvaro se diz perseguido pelo comandante militar da Amazônia, general Santa Cruz, que prega a ocupação das fronteiras com garimpeiros. “Esse comandante quer nosso fim e não toma nenhuma providência para defender as nossas terras”.



**Prof. Krishnamurti
Sarmento**

Já sabemos do prejuízo que o fumo leva às pessoas que são portadoras do vício do cigarro (veja **terceiro mundo**, edição nº 128, p. 63: "Os 1.200 males do fumo"). Agora, abordaremos o modo como o fumo do cigarro interfere na formação de um novo ser humano, levando muito frequentemente à morte.

Dezenas de estudos realizados em diversos países confirmaram plenamente a deficiência de peso dos recém-nascidos de mães que fumam durante a gestação. A diminuição do peso dos fetos está correlacionada ao número de cigarros fumados diariamente. Claro que a formação da criança aí está prejudicada, facilitando, assim, as malformações que possam vir a surgir.

Aborto – Trabalho realizado com 20 mil gestantes mostrou que a proporção de abortos a mais, nas grávidas tabagis-

O cigarro e a gestante

*O aborto ronda
as grávidas
tabagistas,
que têm
nas próprias mãos
a opção da morte
do filho*

tas sobre as abstêmias, alcançou a média dos 100%.

O feto que nasce morto também é uma consequência da mãe fumante. A natimortalidade ocorre em maior proporção nas gestantes que tragam todos os cigarros, com relação às que tragam menos. Entretanto, os coeficientes de natimortalidade nestas últimas (as que tragam menos) são sempre mais elevados, em confronto com as que se abstêm de fumar durante a gestação. Isto está definido em estudos realizados na Inglaterra, Canadá e na França.

Um feto, que normalmente suportaria um trabalho de parto difícil e sairia ileso, não consegue resistir, quando passou a gravidez submetido àquelas condições desfavoráveis. Isto, porque já vem sofrendo os efeitos do fumo há alguns meses e acaba nascendo morto ou morrendo minutos após seu contato com o novo mundo.

Segundo estimativa feita em Québec, Canadá, 120 crianças poderiam ser salvas anualmente naquela cidade. Na Inglaterra, calcula-se que se teria salvo uma entre cinco crianças perdidas, se suas mães renunciassem ao cigarro. A mortalidade perinatal, aquela que acontece até trinta dias após o nascimento,



comprovadamente incide em muito maior proporção nas gestantes fumantes.

Como age o fumo – Vamos tentar explicar, de maneira acessível às mães, como o cigarro age em seu filho, dentro do útero. Com o fumo, há aumento do gás carbônico, que vai se combinar com o sangue, principalmente o da circulação fetal. Ora, todos sabemos que o importante para a vida é o oxigênio, que, neste caso, fica impedido de se combinar com o sangue para nutrir o feto. Isto, porque o sangue é um só, formado de hemoglobina, e esta se combina com o gás carbônico ou com o oxigênio. A pressão parcial de oxigênio (O₂), nos vasos umbilicais de uma gestante, baixa de 41% na circulação fetal ou na concentração de hemoglobina desta circulação.

Lembremo-nos de que o gás carbônico será em maior quantidade, devido à fumaça, trago, etc.. Já está comprovado nas experiências em animais, que isto explica o baixo peso do feto, o nascimento prematuro, o nascido morto e a morte após o nascimento.

Oferecer um sangue mais oxigenado ou um sangue comprometido pelo gás carbônico, esta é uma opção que cabe exclusivamente à mãe assumir, em relação a seu ente mais querido.

O “livre comércio” de Bush e a ecologia

Neiva Moreira

A reunião dos “sete mais ricos” do mundo ocidental em Houston, Texas, foi marcada pela presença, não-materializada mas efetiva, de Gorbachev. O presidente Bush opôs-se à iniciativa franco-alemã de intensificar o intercâmbio com a URSS, abrindo ao seu governo créditos milionários. O chefe de estado norte-americano quer que os soviéticos se desarmem primeiro e contem a cooperação com Cuba, para depois negociar. Ou seja, os Estados Unidos permanecem armados e querem que o outro entregue as armas para iniciar conversações. Como se os soviéticos fossem ingênuos ou estivessem com a corda no pescoço.

A verdade é que, dificilmente, os países europeus da Aliança Atlântica – menos, naturalmente, o governo de Margaret Thatcher – renunciarão a uma crescente cooperação com a URSS. Os soviéticos vivem uma atrativa etapa de modernização de sua indústria, reorientando a produção, até então prioritariamente voltada para as necessidades militares, deixando os bens de consumo relegados a um segundo plano.

Mas o sr. Bush não queria chegar a Houston de mãos abanando e apresentou-se com uma programação de marketing digna do presidente Collor de Mello: anunciou um plano destinado a criar uma “zona de livre comércio para o hemisfério”, partindo de uma redução da dívida externa dos nossos países.

Quando a Alemanha se associa à França ou a Bélgica se une comercialmente à Holanda em uma associação desse tipo, a relativa equivalência de suas economias permitirá um funciona-

mento eficaz do novo modelo de cooperação.

Mas o que dizer da América Latina, com os Estados Unidos e o Canadá parceiros de uma associação continental de “livre” comércio, com países como Honduras, Paraguai ou Equador? Seria o mesmo que aumentar, a uma escala impensável, o nível de dependência industrial de todo o hemisfério aos Estados Unidos. Ou seja, todo o esforço industrial feito na região, sobretudo em países como o México, a Venezuela, o Brasil, a Argentina, seria submerso pela onda de produtos importados norte-americanos.

Um político centro-americano, o vice-presidente de El Salvador, Francisco Merino, tradicionalmente relacionado com os Estados Unidos, fez uma observação correta: “Não podemos desconhecer que dentro das economias americanas, existem graves desequilíbrios, o que tornaria muito difícil uma relação ágil de mercado entre todos os países da América”. E é isso mesmo.

Quanto à dívida, calcula-se que só sete bilhões de dólares de cerca de 500 bilhões do montante do endividamento regional, seriam alcançados pelo “perdão” proposto por Bush e mesmo assim, como advertiram os técnicos do Sistema Econômico Latino-americano (Sela), em Caracas, sujeitos aos condicionamentos impostos pelo Fundo Monetário International (FMI) e o Banco Mundial (Bird).

Essencialmente, o sr. Bush quer multiplicar as exportações norte-americanas, abrindo novas perspectivas à economia do seu país, que não vive um dos seus melhores momentos.

Quanto ao Brasil, não deixa de ser suspeito que o plano Bush apareça quando o governo Collor inicia, sob o pretexto da modernização e da possibilidade de

preços mais baixos, um processo de desnacionalização da economia, que pode levar ao sucateamento da nossa indústria.

O utra iniciativa surgida na reunião dos “sete ricos” e de interesse mais direto para o Brasil, partiu do sr. Kohl e se relaciona com a Amazônia. Qualquer pessoa que conheça, mesmo superficialmente, o que se passa na região amazônica, não pode deixar de se inquietar quanto ao futuro.

Não deixa, no entanto, de provocar desconfiança o ambiente na reunião dos ricos. Um dos temas da pauta era a redução do dióxido de carbono na atmosfera que, entre outros danos à humanidade, aumenta a temperatura da Terra. O governo alemão propôs uma redução de 25% nas emissões de gás e o sr. Bush se opôs, alegando que isso colocaria em risco o crescimento econômico dos Estados Unidos e geraria desemprego. Ou seja, ecologia, mas para os outros.

Na América Latina a proposta norte-americana sobre a dívida e a área de “livre” comércio foi recebida com opiniões que variaram entre o ceticismo e o interesse meramente formal. O caminho do nosso mercado comum não é esse. A etapa atual do nosso desenvolvimento econômico não passa por Washington, mas pelo Rio de Janeiro, México, Caracas, La Paz, Buenos Aires, Havana, Tegucigalpa e as demais capitais latino-americanas.

Os avanços das recentes reuniões de Buenos Aires no processo da integração Brasil-Argentina são um bom começo e devem ser estimulados. Quanto ao plano do sr. Bush, seria uma realização enganosa, destinada muito mais a ampliar a faixa das exportações norte-americanas do que a criar um verdadeiro mercado comum hemisférico.

ANGOLA terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:
Saída / Luanda: 12:30
chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

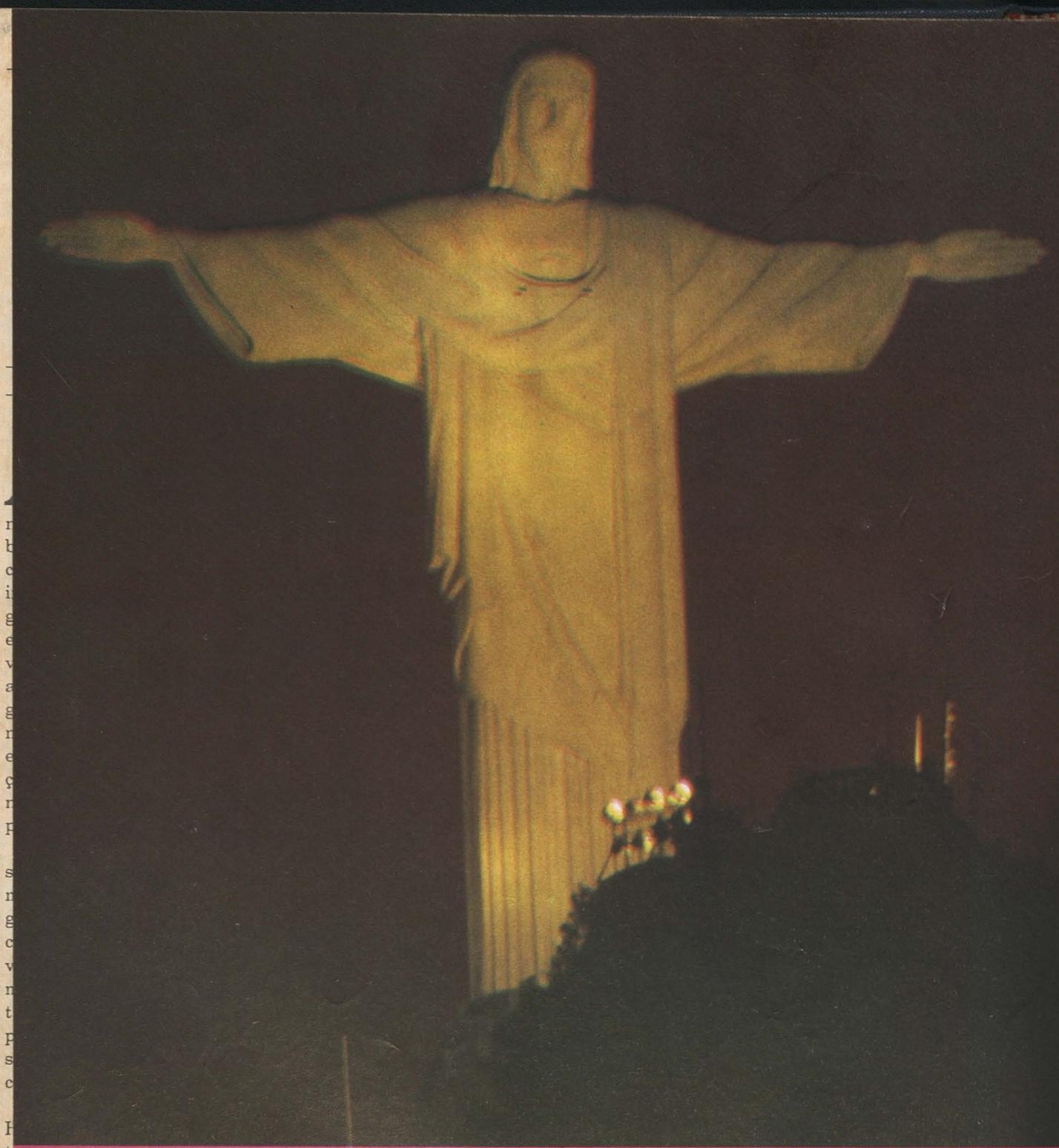
DOMINGO:
Saída / Rio: 16:30
Chegada / Luanda: 04:30
(dia seguinte)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional



Rio, o Brasil
de braços abertos.



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO